

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**FORMAS DE *RESISTÊNCIA COTIDIANA*: O CASO DE CAMPINHO DA
INDEPENDÊNCIA NO LITORAL SUL DO RIO DE JANEIRO**

Annagesse de Carvalho Feitosa

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA: O CASO DE CAMPINHO
DA INDEPENDÊNCIA NO LITORAL SUL DO RIO DE JANEIRO**

ANNAGESSE DE CARVALHO FEITOSA

Sob a Orientação da Professora
Leonilde Servolo De Medeiros

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Junho de 2016

303.6098153 Feitosa, Annagesse de Carvalho.
F311f Formas de resistência cotidiana: o caso de Campinho
T da Independência no litoral Sul do Rio de Janeiro/
Annagesse de Carvalho Feitosa, 2016.
122 f.

Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e
Sociais.
Bibliografia: f. 110-122

1. Conflito Social – Teses. 2. Camponeses – Teses. 3.
Resistência Passiva – Teses. I. Medeiros, Leonilde
Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

ANNAGESSE DE CARVALHO FEITOSA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Ciências.

Dissertação aprovada em 13/06/2016.



Prof.^a Dr.^a Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. John Cunha Comerford (PPGAS/UFRRJ)

Dedico este trabalho às pessoas sem as quais sua produção e finalização não seriam possíveis:
Antonio Celso (*in memoriam*), Manoel, Anna Larissa, Gessilene,
Daniel, Lúcia, Antonio Luiz e Leonilde.

AGRADECIMENTOS

Às famílias de Campinho da Independência, de Patrimônio e todos os informantes que contribuíram para produção deste trabalho.

Agradeço imensamente à minha mãe, Gessilene, não somente por todas as lutas que travou por mim, mas por suas formas próprias de compreender e aceitar as escolhas que fiz para realizar os meus sonhos, mesmo que elas nos distanciassem geograficamente limitando nossa convivência diária.

Aos meus irmãos queridos, Anna Larissa e Manoel, pelo imenso apoio, incentivo e os cuidados que vencem a distância e se tornam cotidianos.

Agradeço à Esthela e Jéssica, ao Alexandre, Emmanuel e ao Nicola, pelos momentos leves e prazerosos que proporcionaram nos últimos meses de escrita. A presença deles é sempre um alento e reforça minhas esperanças de dias melhores.

Às vovós Peduca, Maria, Diva e Gininha por me receberem sempre de abraços abertos, pelas palavras de coragem diante das contingências da vida. Elas também são exemplos das mais variadas formas de luta e resistência.

Ao Rodrigo e Anamariana, agradeço pelo apoio e alegria que proporcionaram em todos os momentos nos quais nos encontramos ao longo desse processo.

Ao amigo Rafael Bezerra Gaspar, quem me recebeu e amparou no Rio de Janeiro no início dessa jornada.

À Lúcia Helena e ao Antonio Luiz, palavra alguma seria suficiente para registrar o meu mais sincero agradecimento por tudo que fizeram por mim desde quando nos conhecemos. Sou muito grata pelo acolhimento, carinho, cuidado e apoio, suporte sem o qual, definitivamente, eu jamais teria conseguido concluir esta etapa.

Ao Daniel, meu amor, por sua compreensão, companheirismo e por estar sempre a postos para me auxiliar em todos os momentos.

Agradeço aos colegas da turma de mestrado 2014, especialmente ao Rafael pelo incentivo, amizade, suas contribuições sobre os projetos, os livros, e por seu exemplo de determinação que me serviu de inspiração. E ao Marcius, meu irmão de orientação, companheiro de alegrias e angústias durante o processo de escrita.

À minha orientadora, Leonilde Medeiros, por orientar este trabalho, pela paciência durante o período de sua produção, mas principalmente por compreender as dificuldades ao longo do caminho que ocasionaram diversas limitações para o seu melhor desenvolvimento.

Ao professor Benedito Souza Filho (Biné), quem me tranquilizou durante o período da seleção para o mestrado com grandes conselhos.

À Maristela de Paula Andrade, por buscar contribuir para meu desenvolvimento pessoal, profissional e por desejar sempre o melhor para mim. Agradeço ainda sua preocupação e auxílio imediato ao longo dos anos em que nos conhecemos, mas principalmente durante os momentos difíceis do mestrado.

À grande família que compõe o Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (Gerur), amigos queridos com os quais compartilho muitos momentos incríveis e que tanto contribuem para o meu aprendizado.

À equipe do projeto *Conflitos por terra e repressão no campo do estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, por muitas trocas e oportunidades de amadurecimento.

Aos professores que aceitaram gentilmente compor esta banca de avaliação, John Comerford, Claudia Schmitt, Regina Bruno e Paulo Alentejano.

Às pessoas queridas do 8º andar, especialmente à Diva e Tiemi pelo carinho e atenção, e auxílios prestados em momentos diversos.

Aos colegas do Laboratório de Pesquisa de Movimentos Sociais pelas suas excelentes contribuições sobre a dissertação durante os nossos encontros.

Aos colaboradores da Biblioteca Municipal de Paraty, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty, do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (Ihap), do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP).

Aos ex-colaboradores e colaboradores do CPDA/UFRRJ, Luiz Antônio, Tereza, Cíntia, Silvinha, Janete, Diana, Ana Lídia, Gabriela, Fernanda, Márcia e Sílvia, agradeço a atenção e os auxílios prestados.

Ao professor Ricardo Ceneviva, por acreditar no meu trabalho e por todas as suas contribuições voltadas aos meus interesses de pesquisa.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela concessão da bolsa de mestrado.

RESUMO

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. Formas de Resistência Cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral Sul do Rio de Janeiro. 153p Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O escopo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre os indícios de formas de resistência cotidiana, *os embates invisíveis*, levadas a efeito pelos moradores de Campinho da Independência – Paraty/RJ frente aos vários processos que afetaram o grupo entre os anos de 1940 e 1980, apreendidas através de revisão bibliográfica, levantamento documental, e pesquisa *in loco*. Ações governamentais e a abertura de uma rodovia ligando o Rio de Janeiro a Santos estão entre os episódios que atraíram agentes de origens diversas para região requerendo as terras onde já viviam pessoas com posse ancestral. Essa resistência caracterizada por ações práticas antecedeu ou foi associada àquela mais pública empreendida pelo grupo através de seu envolvimento com a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty.

Palavras-Chave: Paraty, Campinho, Rio-Santos, Resistência, Campesinato.

ABSTRACT

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. Everyday Forms of Resistance: the case of Campinho da Independência on the south coast of Rio de Janeiro. 153p Dissertation ((Post-Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2016.

The scope of this research is to present a reflection on the evidence of *everyday forms of resistance, the invisible struggles*, carried out by Campinho da Independência residents - Paraty/RJ front of the various processes that affected the group between the years 1940 and 1980, seized through literature review, documental research, and in loco research. Government actions and the opening of a highway linking Rio de Janeiro to Santos are among the events that attracted agents from diverse backgrounds to the region requiring the land where people were already living with ancestral possession. This resistance characterized by practical actions preceded or was associated with that more public undertaken by the group through its involvement with the Pastoral Land Commission (Comissão Pastoral da Terra) and the Rural Workers Union of Paraty (Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty).

Keywords: Paraty, Campinho, Rio-Santos, Resistance, Peasantry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Representação das mesorregiões do estado do Rio de Janeiro	15
Figura 2	Municípios que compõem a Costa Verde	16
Figura 3	A Estrada Real e outros caminhos	32
Figura 4	Localização das Unidades de Conservação	45
Figura 5	Representação da disposição dos agrupamentos nas áreas das três fazendas	75

LISTA DE SIGLAS

Amoc - Associação de Moradores do Campinho

APA – Área de Proteção Ambiental

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Brascan - Brazilian Canadian Corp

Ceasa - Central de Abastecimento do Rio de Janeiro

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CEV/RIO – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

CNE - Conselho Nacional de Educação

Copavel - Consultoria em Engenharia Limitada

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DG - Departamento Geográfico

DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo

Faperj - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fetag-RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Flumitur - Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

FCP - Fundação Cultural Palmares

Gerur - Grupo de Estudos Rurais e Urbanos

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

Ihap - Instituto Histórico e Artístico de Paraty

Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Iterj - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

NMSPP - Núcleo de Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Estado do Rio de Janeiro

ONG - Organização Não Governamental

PNSB - Parque Nacional da Serra da Bocaina

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Supra - Superintendência de Política Agrária

UDN - União Democrática Nacional

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ZCZR - Zona de Conservação da Zona Rural

Zert - Zona de Expansão Residencial e Turística

ZPVS - Zona de Preservação da Vida Silvestre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - PARATY: DE PARAÍSO TURÍSTICO A PALCO DE CONFLITOS.....	30
1.1 Os habitantes da região de Paraty e a chegada do colonizador.....	30
1.2 A descoberta do ouro (1700/1750) e o ciclo do açúcar (1700/1900).....	31
1.3 O declínio do ouro (1700/1750) e ascensão do café (1800/1900).....	34
1.4 Século XX: o ciclo do turismo e a ideia de desenvolvimento.....	35
1.5 <i>A Serpente Prateada</i> : construção da BR-101 e as consequências para Paraty...	37
1.6 Questões ambientais e as Unidades de Conservação.....	43
1.7 Os conflitos fundiários no litoral Sul.....	49
CAPÍTULO II - CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA: A BASE DAS LUTAS E DA RESISTÊNCIA.....	52
2.1 O <i>locus</i> empírico.....	52
2.1.1 O povoamento das terras das fazendas após a doação dos senhores e a formação do bairro rural.....	55
2.1.2 O grupo e sua relação com o entorno.....	60
2.1.3 A religiosidade e as festas.....	64
2.2 A formação do cenário de disputas.....	67
2.2.1 Os primeiros agentes externos em Independência (1926-1950).....	67
2.2.2 O fazendeiro de Paraty-Mirim (1950-1960).....	68
2.2.3 Os colonos de Roberto Silveira (1960).....	71
2.2.4 A instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), em (1970).....	76
2.2.5 Abertura ao tráfego da rodovia Rio-Santos e as consequências para Campinho.....	80

2.2.6	Outras intervenções do Estado (1980).....	83
CAPÍTULO III - O PROTAGONISMO DOS ATORES SOCIAIS: DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA ÀS REAÇÕES PÚBLICAS.....		86
3.1	Algumas contribuições de James C. Scott sobre a infrapolítica dos grupos subalternos.....	86
3.2	Os indícios das formas de <i>resistência cotidiana</i> em Campinho (1940-1980)....	92
3.3	As formas de <i>resistência cotidiana</i> e os embates mais visíveis.....	98
3.4	Campinho da Independência hoje: as formas de <i>resistência cotidiana</i> como ações práticas.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		110

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, proveniente de uma pesquisa no âmbito do projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*¹, buscamos fornecer uma contribuição à vasta literatura que analisa o regime militar e seus desdobramentos pelo país, mas que trata ainda de modo incipiente de sua repercussão no meio rural. O propósito dessa iniciativa é, a partir do enfoque teórico de James Scott sobre as formas de *resistência cotidiana*, recuperar aspectos da *resistência* de populações negras, descendentes de escravos, que viviam em Campinho da Independência, no município de Paraty, situado no litoral Sul do Rio de Janeiro, frente a episódios que ocorreram a partir da implementação de projetos econômicos da ditadura, como é o caso da construção da rodovia Rio-Santos nos anos de 1970 e que provocou profundos efeitos sobre a vida dos moradores locais.

O estado do Rio de Janeiro, tal como é atualmente classificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), é constituído por seis mesorregiões: Baixadas, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Sul Fluminense, como pode ser visualizado na figura a seguir.

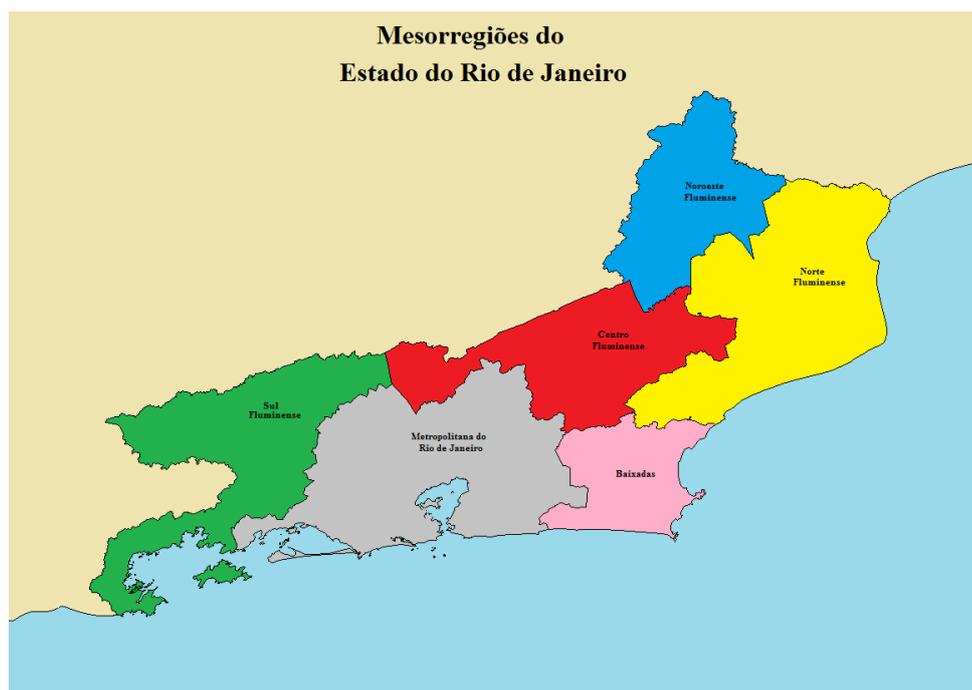


Figura 1: Representação das mesorregiões do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaborado por Annagesse Feitosa, a partir do sítio eletrônico www.mapasparacolorir.com.br e base cartográfica do IBGE.

¹ O projeto foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), por meio de edital público, sob demanda da Comissão Estadual da Verdade, e coordenado pela professora Leonilde Servolo de Medeiros, do CPDA/UFRJ. Trata-se de uma pesquisa sobre as formas de repressão no campo no estado, no período entre 1946-1988 (marcos definidos pela Comissão da Verdade), porém dando maior ênfase ao período referente ao regime militar de 1964 (1964-1985).

Algumas dessas mesorregiões já haviam sido caracterizadas como área de intensos conflitos por terra no período que antecedeu ao golpe de estado no Brasil em 1964. Medeiros (2015) indica que na década de 1940 foi intensificada a criação de organizações e as mobilizações dos trabalhadores no Brasil ao mesmo tempo em que se unificaram as bandeiras de luta de vários segmentos. A autora salienta que isto representava indícios das condições variadas em que se davam os conflitos por terra e por melhores condições de trabalho no país.

Como apontado por Medeiros et al. (2009), da mesma forma que “na maior parte do território do Brasil, a estrutura agrária fluminense é marcada por uma alta concentração fundiária e baixos índices de produtividade” (MEDEIROS et al., 2009, p. 118). A região Sul, onde está situada a Costa Verde, composta pelos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, como pode ser observado na figura a seguir, é uma das apontadas como detentora de índices elevados de concentração da propriedade da terra.

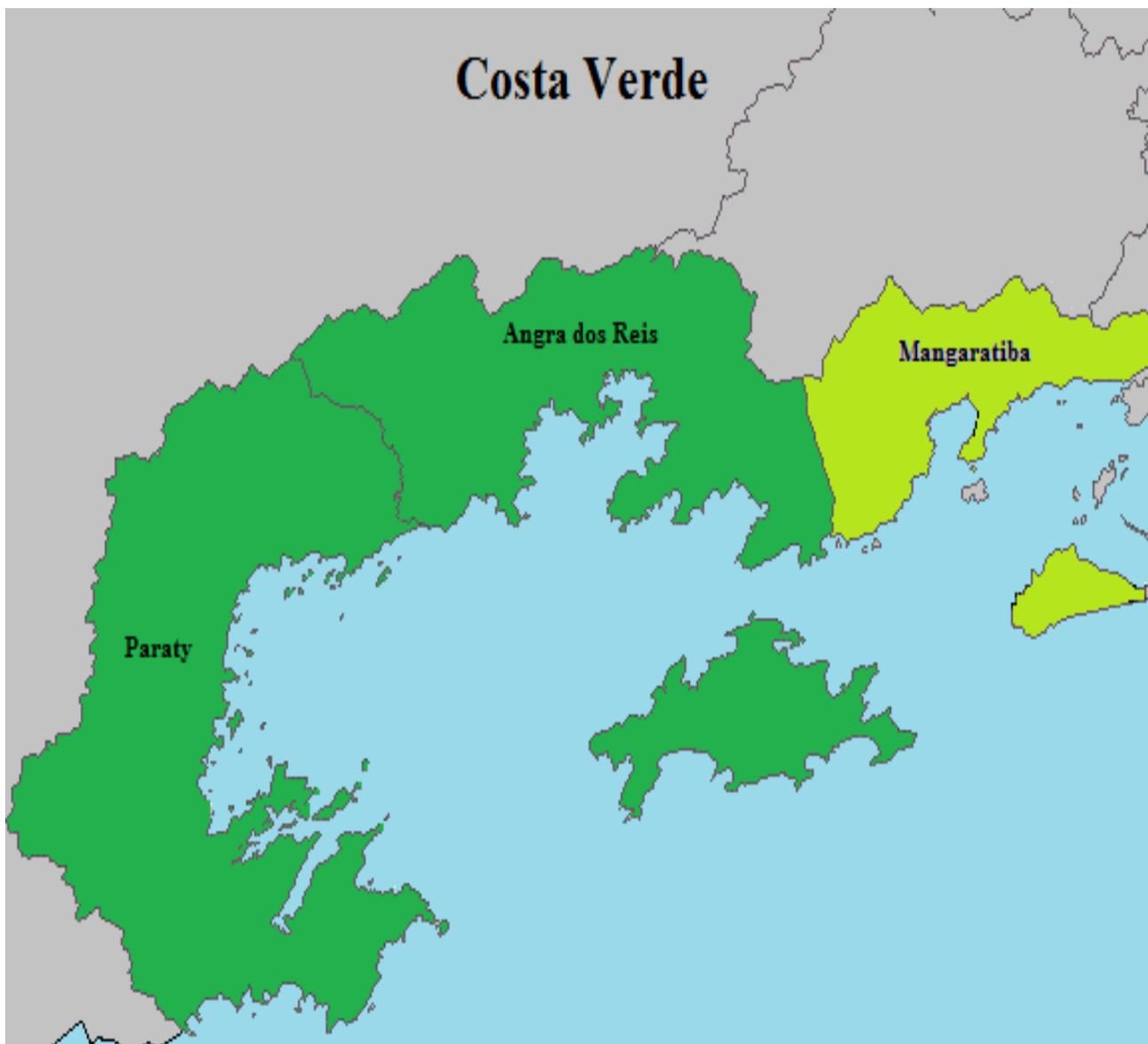


Figura 2: Representação dos municípios que compõem a Costa Verde.

Fonte: Elaborado por Annagesse Feitosa, a partir do sítio eletrônico www.mapasparacolorir.com.br e base cartográfica do IBGE.

Por sua vez, o município de Paraty é marcado por intensa especulação imobiliária, fator que desencadeou diversos conflitos ao longo das décadas. Tal especulação é reflexo de políticas de grande impacto em especial ao longo da década de 1970, voltadas a incitar determinadas formas de desenvolvimento. Trata-se do estímulo aos investimentos turísticos no intuito de expandir o capital, e o caso mais evidente é a construção da rodovia Rio-Santos e a consequente instalação de condomínios, hotéis e *resorts* (MEDEIROS, coord., 2015, p. 79).

Devido ao acesso difícil, a Costa Verde se encontrava razoavelmente preservada nos primeiros anos do regime militar, principalmente no que concerne à sua população, composta, mormente por descendentes diretos de indígenas, de escravos, aqueles que ali permaneceram após o declínio da cafeicultura na região, e *caiçaras*. O termo *caiçara*, segundo Carlos Diegues, começou a ser utilizado no litoral Sul, inclusive, a partir dos processos de disputa derivados da especulação imobiliária:

Esse termo não se aplica a todo o litoral do Brasil, apesar de existirem cidades, por exemplo, no Rio Grande do Norte, que se chamam *caiçaras*. Então é uma palavra indígena que se aplica a várias coisas, por exemplo, *caiçara* seria o feixe de varas que serve para cercar as aldeias, como também são varas que se utilizam como armadilhas de pescas. Mas eu acho que essa etimologia, ela não tem nada a ver com a cultura *caiçara*. O que a gente sabe é que esse termo *caiçara* começou a ser usado no litoral Sul de São Paulo. E, acho eu, ele somente se alastrou até o Sul do Rio de Janeiro - Paraty, Angra - quando começou o processo de especulação imobiliária. Isso desde os anos 40, e as populações de pescadores, moradores, começaram a reagir a essa especulação. Eles eram expulsos de suas terras. E dentro desses processos começaram a surgir, praticamente desde os anos 70, 80, grupos de estudos, [Organizações Não Governamentais] ONGs. ONGs nem tanto, mas tem as universidades que começaram a estudar esses processos de oposição à especulação imobiliária e pode ter influenciado essas comunidades a usar um termo que as distinguisse exatamente dos grupos que vinham do planalto, que eram os paulistas, e eu acho que muito dessa expansão da identidade *caiçara* se dá a partir desses processos de reação a especulação (Antônio Carlos S. Diegues, professor da USP. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em São Luís-MA, em 24/07/2015, grifo nosso).

A rodovia trouxe consigo muitas disputas por terra, potencializou investimentos turísticos e o desenvolvimento de inúmeros projetos governamentais de grande porte na região, como a usina nuclear de Angra dos Reis. Além disso, gerou especulação fundiária, atraindo pretensos proprietários, por vezes chamados de *grileiros* (GRYNSZPAN, 1990), dando origem a um rápido processo de incorporação das terras, à custa, principalmente, dos *caiçaras* e potencializando os conflitos (MEDEIROS, coord., 2009).

As primeiras mudanças na dinâmica local, no entanto, datam do século XVIII, quando foram abertas estradas na região conduzindo às minas, no período conhecido como Ciclo do Ouro. No século XIX houve o plantio de café em algumas áreas. Assim, se a rodovia Rio-Santos realmente mudou muito a região, de fato, sua história não começou com ela, e a cidade de Paraty, que data da época em que ali se fazia escoamento de ouro, é prova disso.

De acordo com um documento da Fetag/RJ de 1981 a construção da Rio-Santos ocorreu junto ao redescobrimto de Paraty por pessoas de alto poder aquisitivo vindas de São Paulo e Rio de Janeiro. O referido documento destaca ainda que o caso do município correspondia à parte de um projeto de desenvolvimento do país posto em prática no final da

década de 1960, período correspondente a abertura de estradas, obras de infraestrutura², e, em Angra dos Reis, a construção de estaleiros e, já no regime militar, a usina nuclear de Furnas Centrais Elétricas e o terminal portuário da Petrobrás (Tebig).

Ao chegar, estes especuladores não se depararam com *espaços vazios*, posto que nessas terras, conhecidas atualmente como tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2006), várias famílias viviam há décadas, produzindo para si e para mercados locais. Nas áreas litorâneas, a partir das iniciativas do regime militar, “a construção de grandes hotéis e os loteamentos para casas de fins de semana foram acabando com os sítios de pescadores e lavradores, conhecidos por *caiçaras*” (GARCIA JR. et al., 2003, p. 56).

Os empreendimentos instalados beneficiaram apenas ao capital (em especial empresas de turismo), prejudicando as populações locais. Muitas famílias foram expulsas e suas terras incorporadas ao patrimônio particular de agentes econômicos diversos. Nessas circunstâncias, observa-se um fato corrente no município de Paraty e em várias regiões do estado: os casos conhecidos como *despejos*, onde as famílias eram forçadas a deixar seus locais de morada e trabalho. Na década de 1970, cerca de 40% dos conflitos fundiários no estado ocorriam na Costa Verde, com maior concentração em Angra dos Reis e Paraty (MEDEIROS, coord., 2015).

Múltiplos foram os episódios de violência³ contra trabalhadores em várias regiões do estado, principalmente a população rural que lutava para permanecer na terra, brutalmente atingida pela especulação fundiária. Conforme registram Garcia Jr. et al. (2003), em Paraty os primeiros conflitos pela posse da terra começaram a surgir já nos anos de 1950 e isto provocou a inclusão de áreas ocupadas por populações tradicionais no Plano de Ação Agrária.

À vista disso, selecionamos um dos casos de conflito ocorrido em Paraty para desenvolver esta pesquisa. Elegemos como *locus* empírico Campinho da Independência, uma comunidade composta originalmente por descendentes de escravos, moradores da antiga Fazenda Independência. As terras dessa fazenda, “provavelmente um engenho de cana de açúcar” (LIMA, 2008, p. 55), foram deixadas a três irmãs que viveram e formaram suas famílias no local. O lugar sofreu diversas mudanças em razão de “medidas de cunho local, estadual e federal” (GUSMÃO, 1990, p. 130) ao longo das décadas de 1940 até 1980. Esses episódios atraíram indivíduos de origens diversas para região, agentes que chegaram requerendo as terras onde já viviam pessoas de posse ancestral, mas, após vários processos de luta (COMERFORD, 1999), o grupo obteve a titulação das terras enquanto remanescentes de quilombo em 21 de março de 1999.

Apoiada nas formulações de Thompson (1978), que propõe a noção de *experiência* para analisar a ação dos sujeitos sociais, entendendo que “eles [enquanto atores] viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não” (THOMPSON, 1987, p. 13, adendo nosso), buscamos explorar suas memórias para identificar quais foram as formas de *resistência cotidiana* (SCOTT, 2002; 2011; 2013) que contribuíram para sua permanência na terra em meio a tantas tramas sociais envolvendo atores diversos. Adotamos neste trabalho o que Scott entende por formas *cotidianas de resistência* camponesa, ou seja, “a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros” (SCOTT, 2011, p. 219). Este autor ressalta que a maioria das formas assumidas por essa luta não chega a ser exatamente a de uma confrontação coletiva.

² FETAG-RJ. Relatório. 15/10/1981. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

³ Para maiores apontamentos sobre a violência no meio rural, ver Martins (1980); Medeiros (1996). Outras considerações sobre violência, ver: Arendt (1994).

A pesquisa feita se justifica por um aspecto fundamental: embora haja razoável bibliografia sobre Campinho (GUSMÃO, 1979; 1990; 1995; LIMA, 2008; BARATA, 2013; ALVES, 2014; LINHARES, 2014), entre outros, as autoras sobre cujos trabalhos nos debruçamos tiveram como objeto de análise outros elementos que não as formas de *resistência cotidiana* empreendidas pelo grupo frente a diversos processos de pressão.

As autoras destacaram vários pontos importantes sobre a trajetória do grupo e, cada qual à sua maneira, com um olhar único, ofereceu os pilares para o início de nosso estudo sobre o local. Não obstante, o foco de nossa pesquisa está direcionado a examinar eventos que afetaram a dinâmica local desde os anos de 1940, fazendo, inclusive, uma releitura de outros trabalhos como os de Gusmão (1990; 1995), quem tratou da luta pela posse da terra, mas priorizando temas não aprofundados, tal como os “embates invisíveis” (SCOTT, 2013).

Adiantamos que não temos pretensão de exaustividade ao tratar do reconhecimento desta comunidade enquanto quilombola, pois como Tosta (2005, p. 11) chama atenção, muitos são os trabalhos produzidos fazendo referência à mobilização desses grupos. A autora explica que grande parte destes estudos:

Tratam das transformações que as “comunidades” vêm sofrendo e o impacto destas sobre seus espaços de reprodução física e social e abordam uma diversidade de temas tais como etnicidade, mobilização política, memória, processos expropriatórios e história (TOSTA, 2005, p. 11).

A categoria *quilombola* reflete uma das maiores conquistas do grupo em questão. No entanto, neste texto, vamos tratar o grupo estudado como camponeses⁴, admitindo a classificação anterior, muito presente nos trabalhos consultados, inclusive, naquele produzido pela antropóloga Neusa Gusmão⁵. Nossa opção se justifica pelo fato de nosso interesse se voltar ao período em que a categoria quilombola⁶ não circulava no grupo, nem entre os mediadores políticos presentes no processo de luta por terra.

É importante ressaltar que trataremos dos fatos relatados pelos moradores⁷, isto é, das informações coligidas em Campinho, a partir das representações (BOURDIEU, 1996, p. 185) dos grupos envolvidos, entretanto, atendendo à tarefa do especialista como salienta Portelli, ou seja, buscando interpretar criticamente as narrativas, pois “estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 1998, p. 106).

Para que esta pesquisa ganhasse corpo, foi necessário abandonar um objetivo previamente delimitado ao ingressar no mestrado em 2014. O trabalho em questão versaria sobre o contexto de proletarianização de camponeses no município de Urbano Santos, localizado

⁴ O termo camponês é aqui empregado fazendo referência ao modo de vida da comunidade, nos moldes de Wolf (1970) e Moura (1988) e não como uma categoria política como trata Grynszpan (1990).

⁵ Neusa Gusmão, antropóloga, realizou os primeiros trabalhos sobre Campinho da Independência, sua dissertação de mestrado na década de 1970 e posteriormente nos anos de 1990 desenvolveu sua tese de doutorado, publicando um livro em 1995. Ela teve papel significativo junto aos trabalhadores de Campinho na luta, pois seu trabalho “se tornou um marco na articulação política da comunidade em torno da posse pela terra” (LIMA, 2008, p. 57). Pinheiro (2015) aponta em seu trabalho que a comunidade foi indicada a antropóloga por Padre Pedro Geurts.

⁶ Para mais informações sobre quando o termo quilombola passou a ganhar sentido social, político e identitário entre os grupos descendentes de negros ver o trabalho de Souza (2008).

⁷ Os nomes e sobrenomes expostos neste trabalho são pseudônimos que atribuímos aos entrevistados, informantes e/ou moradores citados nos depoimentos.

na região Leste do Maranhão, após a inserção do Grupo Suzano Papel e Celulose no local e suas atividades de plantio de eucalipto através de empresas terceirizadas. O objetivo era dar prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos durante outros esforços de pesquisa, ao longo de três anos enquanto bolsista de iniciação científica, no âmbito dos projetos executados pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (Gerur), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenados pela professora Maristela de Paula Andrade. Mas optamos por nos distanciar do objeto inicial e adotar um completamente diferente de nossos domínios. Passamos a nos dedicar às situações relacionadas aos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro. Como aconselham Beaud e Weber (2007, p. 37), escolhemos um universo social não muito familiar, no conjunto daqueles aos quais já estávamos ligados graças às nossas atividades universitárias.

A mudança de objeto se justifica pelo convite recebido, após aprovação para curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, para integrar a equipe do projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, citado anteriormente. A dedicação a algum tema diretamente ligado à proposta era condição *sine qua non* para inserção na atividade. O convite foi visto como uma oportunidade de trabalhar com vários profissionais de diferentes áreas, semelhante à rica experiência enquanto integrante do Gerur no Maranhão, e de aperfeiçoar outros métodos e técnicas de pesquisa, tal como aquelas empregadas durante o levantamento de informações nos arquivos para municiar o relatório da CEV/RIO e esta dissertação, bem como para manuseio e interpretação desses documentos, ou até mesmo aquelas empregadas durante o exercício de trabalhar com a história oral.

O trabalho no projeto envolveu, além da participação nas etapas da elaboração do relatório propriamente dito, várias discussões de diferentes trabalhos. Ensejou também o contato com diversas instituições e pessoas nas regiões pesquisadas, antes, durante e após a conclusão do levantamento. Pudemos reunir, portanto, enquanto equipe de pesquisa, conhecimentos teóricos e práticos, típicos do que Burawoy (2008) denomina de uma *sociologia pública*, ou do que Albert (1995) denomina de uma *antropologia implicada*.

Durante o trabalho realizamos o levantamento⁸ de informações sobre os múltiplos casos de conflitos ocorridos no campo em várias instituições do estado do Rio de Janeiro: Região Metropolitana, Costa Verde, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Noroeste Fluminense, e Norte Fluminense, a maior parte delas com registros a partir de 1968⁹. Foram mapeadas 219 situações de conflito nessas regiões, porém, apenas alguns foram selecionados pela equipe de pesquisadores para aprofundamento. É importante ressaltar que do total de 133 conflitos registrados no estado entre os anos de 1970 e 1980, 56

⁸ O levantamento de informações foi realizado em várias instituições, no entanto, o levantamento realizado no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, sediado no CPDA/UFRRJ foi desenvolvido por Aline Borghoff Maia, Ana Claudia Diogo Tavares, Ana Maria de Almeida Costa, Annagesse de Carvalho Feitosa, Delma Pessanha Neves, Elisandra Galvão, Elizabeth Linhares, Fabricio Teló, Gabriel Souza Bastos, Iby Montenegro de Silva, Mariana Trotta Delalanna Quintans, Marilda Vilela Iamamoto, Ricardo Braga Brito, e Rodrigo Pennutt Cruz.

⁹ Como é apontado no relatório, certamente, isso se relaciona com a natureza das fontes consultadas. A maior parte dos registros deriva de documentos sindicais e o sindicalismo do estado, como pode ser verificado no capítulo 1 do presente relatório, começou a se reestruturar no final dos anos 1960. No entanto, vários deles são desdobramentos de situações que já vinham de longa data.

ocorreram na Costa Verde¹⁰ (FEITOSA E SILVA, 2015, p. 293), e um deles foi escolhido para aprofundamento nesta dissertação. Embora não haja informações definitivas sobre os casos ocorridos antes do golpe, há indícios nos casos estudados que uma parte dos conflitos ocorre com mais frequência nos mesmos lugares, o que indica uma resistência ao longo do tempo, mesmo em condições antagônicas (MEDEIROS, coord., 2015, p. 31).

Apresentamos a seguir os antecedentes da pesquisa em Campinho da Independência e a experiência da inserção em campo, o trabalho e a metodologia aplicada, os caminhos escolhidos e as dificuldades, bem como a prática da coleta de dados e o tratamento do que foi coligido.

Mudando os caminhos: encontrando um novo objeto de pesquisa

Entre a dedicação dispensada às disciplinas referentes ao primeiro semestre do curso de mestrado em 2014, e as tarefas do projeto, buscávamos também um novo problema de pesquisa. Nesse interim, tentamos nos aproximar do caso dos conflitos envolvendo os assalariados de Campos dos Goytacazes, movidos pela afinidade com o tema dos assalariados maranhenses. Porém, durante o contato com todo o material que estava sendo coligido nas diversas regiões do estado, nos deparamos com os casos de conflitos que ocorriam em Paraty, e ali foi despertado o nosso interesse por aqueles envolvendo violências como os *despejos*.

Decidimos nos debruçar sobre o caso de São Gonçalo, conflito que envolvia as disputas entre os *caiçaras* e uma empresa multinacional, a White Martins. O objetivo da pesquisa seria analisar as formas de ação dessa empresa na região, para compreender qual a lógica dos processos de expulsão dos moradores das terras. Para tanto, seria necessário mapear os conflitos em torno do empreendimento, observar o que eles revelavam sobre como estes despejos eram realizados, e como se processava a transição das situações informais até as ações judiciais.

Com o interesse direcionado para este caso, durante o primeiro investimento de pesquisa no litoral Sul, em outubro de 2014, aproveitamos para realizar o primeiro contato com alguns interlocutores, testar a viabilidade da pesquisa no local e negociar um retorno com estadia prolongada. Nessa ocasião visitamos Paraty, Campinho da Independência e Trindade.

Quando seguimos para Campinho fomos recebidos por Lucas, um dos membros da Associação de Moradores do Campinho (Amoc). Lucas nos deu um panorama das disputas em toda a região e aproveitamos essa oportunidade para avançar em levantar dados sobre São Gonçalo. Lucas reiterou as informações a respeito dos assassinatos ocorridos lá, cujos casos podem ser verificados no relatório final entregue pela equipe de pesquisa a CEV/RIO em 2015, nos quais se aponta o envolvimento da multinacional (MEDEIROS, coord., 2015). Durante a conversa, Lucas indicou alguns contatos, pessoas com as quais poderíamos conversar, mas ainda assim alertou sobre as dificuldades que porventura encontraríamos na tentativa de captar os discursos dos moradores sobre as disputas locais travadas com a empresa ou até mesmo sob sua atuação por lá.

¹⁰ Feitosa e Silva (2015) informam que este levantamento baseou-se inicialmente em documento da Fetag/RJ sobre os conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos de 1970 e 1990, disponível no Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ. Mas diversas fontes, tais como os ofícios sindicais, jornais, anotações e demais materiais encontrados no Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ, Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal de Paraty, Instituto Histórico e Artístico de Paraty (Ihap), Arquivo Arquivos do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT, entre outros.

Após essa etapa do trabalho e algumas conversas com a orientadora, foi constatado que não haveria tempo hábil para nos debruçarmos sobre o caso de São Gonçalo, de modo adequado a levantar as informações necessárias para elaborar uma dissertação. Um conflito com aquelas características exigiria uma metodologia específica, seria necessário um tempo superior ao que havia disponível para estabelecer uma relação de confiança com os interlocutores e para desenvolver técnicas de aproximação com aquele tipo de agente, uma empresa multinacional. Nesse contexto, mais uma vez o tema da pesquisa mudou.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido sobre os conflitos, a equipe de pesquisa realizava discussões de textos teóricos sobre temas como violência, memória, periodização e conceituação do regime enquanto civil-militar ou empresarial militar. Foi oferecida, inclusive, a disciplina “*Conflitos e Repressão no Campo no Rio de Janeiro – 1945-1988*”, no âmbito do CPDA/UFRRJ, ministrada pela professora Leonilde Medeiros, que funcionou como um espaço de discussão e amadurecimento de questões relativas ao projeto para os pesquisadores da equipe. Entre os vários trabalhos que tivemos contato neste espaço, nos interessou, sobretudo, aqueles que tratavam da memória, das experiências e da resistência dos grupos atingidos.

Em dezembro de 2014, enquanto estudávamos os diversos conflitos fundiários ocorridos no litoral e finalizávamos os trabalhos do semestre, selecionamos um novo caso para exame, orientados, inclusive, por questões suscitadas durante a disciplina anteriormente citada. O caso escolhido foi o de Campinho da Independência, reconhecido como exemplo de vitória na região, pois em meio às disputas o grupo conquistou a titulação de suas terras. Chamou nossa atenção neste caso o fato do lugar ser reconhecido pela posse ancestral, mas, além disso, os vários processos de pressão sofridos pelos moradores ao longo de décadas, aos quais conseguiram resistir, recebendo a titulação na década de 1990. Soma-se a isso o fato de encontrar nos registros escritos menção a resistência, porém, reconhecida através de ações mais abertas, disputas declaradas. Nesse sentido nosso interesse se voltou aos indícios de existência também de formas de *resistência cotidiana*, aquelas que “não proporcionam manchetes jornalísticas” (SCOTT, 2011, p. 227).

No início de 2015, junto com o aprofundamento da revisão de literatura, iniciamos a pesquisa nos arquivos. Grande parte da pesquisa documental foi realizada a partir de jornais, revistas, relatórios, ofícios, entre outros documentos encontrados no Núcleo de Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Estado do Rio de Janeiro (NMSPP), na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino, no Instituto Histórico e Artístico de Paraty (Ihap), e na Biblioteca Municipal de Paraty. Os documentos coligidos nesses locais são provenientes de fontes diversas, tais como sindicatos, documentos pessoais, etc.

A partir da revisão de literatura e pesquisa documental foram surgindo diversas informações sobre o caso de Campinho que revelavam indícios de uma *resistência cotidiana*. Várias foram as intervenções no local e múltiplos foram os agentes operando ali por interferência de forças externas, inclusive, do Estado, que poderia desencadear na saída do grupo daquela área.

A literatura com a qual tivemos contato suscitou alguns questionamentos que orientaram inicialmente esta pesquisa, tais como: Quais foram os processos ocorridos no litoral Sul que culminaram na integração dessas áreas ao Plano de Ação Agrária em 1960 e como prioritárias a reforma agrária em 1970? Como essas intervenções afetaram a região? Qual a influência desses processos sobre os moradores de Campinho? Quais foram as formas de ação do grupo em questão frente às interferências na região? Seguindo estes

questionamentos, iniciamos uma pesquisa mais minuciosa sobre o local e buscamos melhor recortar o objeto da dissertação.

Além do *locus* empírico, Campinho da Independência, este trabalho buscou dar especial atenção a outros lugares situados nas imediações, as terras das antigas fazendas Paraty-Mirim e Pedras Azuis. Julgamos esta relação pertinente pelo fato de suas histórias aparecerem diretamente relacionadas nos depoimentos dos interlocutores. Privilegiar a conexão existente entre os grupos que habitavam esses três locais nos ajudou a compreender os impactos dos processos ocorridos na região. Certamente não será possível responder a todas as questões suscitadas pelo contato com o material coligido, mas esses dados nos permitem ao menos problematizar. O que importa destacar aqui, por ora, é que muitos desses eventos, sob chancela do Estado, instituíram na região uma situação de todos contra todos.

Realizar um trabalho de fôlego sobre os registros escritos a fim de revelar as formas silenciosas de resistência é uma tarefa particularmente difícil. Exige muito além de dois anos de dedicação, superior àqueles que compreendem a duração do mestrado. Então, para dar conta deste trabalho, metodologicamente, além da pesquisa documental, foi necessário acionar a memória dos moradores de Campinho, mas, além disso, tomar emprestado da antropologia algumas técnicas, tais como aquelas inspiradas no método etnográfico, que envolvem ir ao local e empreender detalhada e atenta observação direta. Porém, não permanecemos no lugar por períodos tão longos.

Nossa escolha foi direcionada por algumas observações de Scott:

A história e a ciência social, por serem escritas por uma intelectualidade que se utiliza de registros escritos, também criados em grande medida por autoridades letradas, simplesmente não estão bem equipadas para revelar as formas silenciosas e anônimas de luta de classe que tipificam o campesinato (SCOTT, 2011, p. 227).

Como fizemos um recorte específico (identificar situações de *resistência cotidiana* em eventos passados), valorizamos a revisão de literatura, a análise dos documentos, mas principalmente as conversas realizadas em Campinho, no intuito de extraí-la das memórias durante a narrativa dos interlocutores, enquanto descreviam os eventos que ocorreram ao longo dos anos ou mesmo quando relatavam sobre como era o seu modo de vida, como se deu sua constituição e as relações sociais que ali se consolidaram, comparando o passado ao presente.

Por meio da revisão de literatura e pesquisa documental fizemos um levantamento das possíveis situações de pressão às quais os moradores de Campinho foram submetidos enquanto imersos em um determinado contexto político, econômico e social nos anos de 1940 até 1980, mas durante as entrevistas essas situações não foram citadas por nós de forma direta com o objetivo de não induzir possíveis respostas dos interlocutores sobre quais processos julgaram como ameaça. Com essa estratégia buscamos determinar quem eram os detentores do poder, ou seja, aqueles que exerciam qualquer tipo de dominação sobre o grupo, e quais eram as estratégias utilizadas pelos moradores de Campinho até o momento em que passaram a agir através de ações mais explícitas ou se combinavam formas de resistência.

Após a revisão bibliográfica e uma primeira análise do material coligido nos arquivos, o objetivo central determinado para esta pesquisa foi centrado em identificar, através da recuperação das experiências, quais foram as formas de *resistência cotidiana* empreendidas pelos moradores de Campinho, frente aos eventos que se sucederam ao longo dos anos antes da titulação das terras. Somou-se a isso a necessidade de compreender quais eram as

reivindicações do grupo e quais fatores fizeram com que os moradores passassem das formas de resistência cotidiana a uma resistência mais explícita ou combinassem as duas formas.

A inserção em campo: caminhos e dificuldades

A primeira estadia em Campinho da Independência com vistas à pesquisa para fins de elaboração desta dissertação foi realizada entre os dias 07 e 12 de junho em 2015. Os objetivos que orientaram essa etapa do trabalho foram: verificar se a pesquisa seria viável no local, considerando o histórico de dificuldades relatado por outros pesquisadores nos trabalhos previamente lidos; examinar quais seriam as instituições em Paraty com arquivos disponíveis para realização de pesquisa documental e já iniciá-la, caso fosse possível.

Para negociar nossa inserção em campo lançamos mão dos contatos estabelecidos em Paraty durante o trabalho realizado em 2014. Além disso, dialogamos com outros pesquisadores que realizaram trabalhos na região para que pudessem apontar alguns caminhos a seguir durante a pesquisa. Um deles havia realizado trabalhos em outras ocasiões diretamente com o grupo em que desejávamos nos inserir, porém, nos alertou que talvez não fosse interessante acioná-lo, para não correremos o risco de atrapalhar o desenvolvimento do trabalho, argumentando que não é estimado pelo grupo devido a divergências políticas.

Somando o conteúdo apreendido em nossa conversa e as impressões provenientes da literatura sobre o lugar, percebemos que deveríamos tratar as relações ali com bastante consciência da fragilidade. Inúmeras vezes ouvimos de terceiros, mas também percebemos a partir da leitura de outros trabalhos o quanto é importante a Associação de Moradores do Campinho (Amoc) no que concerne as decisões tomadas pelo grupo. Estávamos cientes que antes de qualquer esforço de pesquisa no lugar era necessário convencer os representantes da Associação da importância de nosso trabalho uma vez que sem seu aval o acesso às pessoas seria impossível: estas não estariam “dispostas” muito menos à vontade para conversar.

Procuramos um dos representantes da Amoc para tratar da pesquisa. Falamos com Lucas, que conhecemos durante a viagem realizada em outubro de 2014, para marcarmos uma conversa. Devido ao sinal positivo de Lucas saímos do Rio em direção a Paraty, munidos com uma carta redigida pela coordenadora do projeto, Leonilde Medeiros, em nome da pesquisa, com uma apresentação de nosso trabalho e sua finalidade para entregar aos representantes da Associação.

Chegamos a Paraty no dia 07 de junho. Nesse mesmo período descobrimos que o senhor Misael, um dos homens mais velhos da comunidade, havia falecido recentemente. Deparamo-nos com uma situação constrangedora, já que não gostaríamos de procurar Lucas naquele momento delicado para tratar da pesquisa. Seu Misael não era apenas um dos moradores mais velhos da comunidade. Era um pai, um irmão, um avô, era uma parte da história do lugar que estava indo embora. Avisamos Lucas de nossa chegada, mas pedimos que ele decidisse qual seria o melhor dia e horário para nos receber, caso ainda fosse possível, devido às circunstâncias naquele momento. Lucas pediu que comparecêssemos a Campinho no dia 11 de junho no final da manhã. Entretanto, quando se aproximava o horário determinado entrou em contato e pediu que o encontro ocorresse no horário da tarde, às 16 horas.

Ao chegar ao restaurante no qual fora marcado o encontro, notamos que havia um grupo de estudantes de São Paulo conhecendo o lugar e desfrutando do que a comunidade oferece. Entre as atividades disponíveis para esse grupo, além da apresentação de uma dança,

o jongo, havia três mulheres da comunidade com eles, disponíveis para contar a história do lugar e responder a seus questionários.

Escolhemos uma mesa e aguardamos por longas três horas a chegada de Lucas. As pessoas já olhavam desconfiadas para a mesa onde estávamos. Um dos moradores da comunidade indagou: “Ainda aí? Já viu o jongo? Vem ver o jongo”. Junto a ele nos deslocamos para outro ambiente, um espaço construído sobre o restaurante, para observar a performance apresentada aos turistas.

Aproximadamente às 18h25min regressamos à mesa e constatamos que Lucas não havia comparecido. Preocupados com os rumos que tomaria a pesquisa sem aquela conversa prévia, decidimos nos apresentar e conversar com Sandro, também membro da Associação, quando alguém chamou por seu nome e percebemos que adentrava o restaurante. Naquele momento nos aproximamos e começamos a conversar sobre a comunidade. Sandro pensou que fôssemos turistas e começou a explicar sobre o lugar e sobre as acomodações, então, aproveitamos aquela oportunidade e explicamos o que havia acontecido e sobre nossa pesquisa.

Sandro demonstrou interesse sobre os métodos empregados para realização do trabalho e indagou quem seria responsável por executar a coleta de dados no lugar, desejava saber quantas pessoas ficariam circulando pelas terras. Afirmamos que apenas uma pessoa estaria em Campinho e esclarecemos que um dos pontos centrais seria a memória, ou seja, o trabalho implicaria em longas conversas com as pessoas, principalmente os mais velhos. Ele aprovou a ideia e prometeu que mostraria a carta de apresentação que entregamos aos demais membros da Amoc em reunião a ser realizada na manhã do dia 12 de junho, na qual conversaria sobre a pesquisa. Afirmou ainda que esta abordagem sobre as formas de *resistência cotidiana* não se encontrava nos trabalhos sobre o lugar e o resgate dessa memória também é um dos interesses do grupo.

Sandro solicitou apenas que levássemos todo o material possível encontrado sobre Campinho, principalmente aqueles que municiam o relatório final entregue a CEV/RIO em 2015, na próxima vez que fôssemos ao local. Pediu também que entrássemos em contato no dia seguinte para obter uma resposta. Acatando o seu pedido entramos em contato no dia seguinte e nos foi dado um retorno positivo, porém, informou que ainda haveria outra conversa para acertar detalhes. Na ocasião interrogamos se seria necessária a nossa participação na reunião, mas ele respondeu apenas que já poderíamos iniciar a pesquisa. Contudo, solicitou que sempre avisássemos previamente a data de chegada.

Com a realização da pesquisa possivelmente assegurada, pudemos nos concentrar em selecionar algum material documental nas instituições de Paraty. Quando nos dirigimos ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) para sondar a possibilidade de realizar a pesquisa em seus arquivos, fomos recebidos por uma das funcionárias, Rita, que recebeu a carta de apresentação da qual dispúnhamos. Após explicar no que consistia o trabalho, Rita nos informou que o Sindicato de Paraty não possuía documentação disponível para consulta.

A funcionária explicou que na década de 1990 houve uma tentativa de descarte de todos os armários que continham documentação, no entanto, ao assistir aquela situação Rita interveio, porém conseguiu salvar apenas um deles. Para justificar não liberar para consulta, mostrou suas condições: o armário estava em uma pequena sala que mais parecia um depósito. Não havia porta, apenas uma cortina, havia várias cadeiras e madeiras velhas cobertas de pó empilhadas sobre o móvel caído, deixando-o completamente inacessível.

Estivemos na Biblioteca Municipal de Paraty e no Instituto Histórico e Artístico (Ihap), ambos funcionam no mesmo prédio, em busca de documentos. Na ocasião dessa primeira viagem a Paraty com vistas à elaboração da dissertação, não foi possível verificar o

material disponibilizado para consulta no Ihap porque a responsável pelo local não estava presente, mas fomos bem recebidos e auxiliados pelos funcionários da Biblioteca Municipal durante a pesquisa. Quanto ao acervo, temos algumas boas obras que tratam da história mais geral da cidade, no entanto, pouco se encontra especificamente sobre os bairros rurais. Outra dificuldade encontrada concerne ao acervo de jornais de Paraty disponível para consulta: há uma lacuna impressionante no que diz respeito às notícias dos anos de 1940, 1950, e 1960. É notável o número de exemplares dos jornais que tratam dos anos de 1970, porém, as três décadas anteriores deixam a desejar.

Quando nos direcionamos a Câmara de Vereadores para solicitar acesso aos seus arquivos nos informaram que aqueles que sobraram, uma vez que metade também fora descartada, foram enviados para restauração em São Paulo. Essa primeira experiência reforçou o que ouvimos de alguns funcionários das instituições as quais visitamos: parece haver certa dificuldade quanto à conservação da história documental de Paraty.

O trabalho de campo aplicado: caminhos e dificuldades

O trabalho em Campinho com vistas à coleta de dados foi realizado entre os dias 09 e 21 de outubro em 2015. A segunda estadia em campo estava prevista para acontecer a partir do dia 08 de outubro de 2015, mas nosso mediador, membro da Associação sugeriu seu adiamento para o dia 09 de outubro, posto que no dia 8 os representantes da Amoc estariam em Marambaia, outra comunidade quilombola localizada em Mangaratiba-RJ que estaria recebendo sua titulação naquele dia. Entendemos esta postura como um sinal de alerta sobre o cuidado com o qual a Associação lida com pesquisadores, pois o lugar recebe vários turistas todos os dias, mas estes não têm sua entrada condicionada à presença dos representantes da Associação no local.

Acatando o pedido de nosso mediador, chegamos a Campinho apenas no dia 09 de outubro. Sob os olhares atentos e desconfiados dos moradores seguimos para o restaurante do lugar e perguntamos aos que estavam presentes sobre onde poderíamos nos hospedar. Duas garotas que estavam no restaurante sugeriram as pousadas da comunidade. Uma delas indicou a pousada dos Ferreira, argumentou que era um lugar simples, mas que recomendava por pertencer aos seus parentes. A outra garota indicou a pousada dos Gomes, situada do outro lado da comunidade. Naquele momento decidimos nos hospedar nos dois locais, mas fomos primeiro para a pousada dos Ferreira. Para evitar mal-entendidos assim que chegamos à pousada explicamos quantos dias ficaríamos em Campinho e que o período de estadia seria dividido entre os dois locais, pois era importante para a pesquisa também conversar e conviver com as pessoas que moram do outro lado das terras.

Ao chegar à pousada dos Ferreira, Nelson e dona Regina, os proprietários do local, nos receberam. Mostraram as acomodações disponíveis e explicaram como era a dinâmica do lugar. A pousada oferece apenas o quarto de dormida e uma cozinha que permanece aberta para os hóspedes providenciarem todas as suas refeições, pois o restaurante do quilombo permanece aberto apenas até as 17 horas e não existe comércio próximo onde os moradores e turistas possam comprar algum mantimento imediato sem se deslocar para Paraty. Nelson foi muito receptivo, mas dona Regina parecia bem mais desconfiada de nossa presença ali.

Após nos acomodarmos na pousada informamos sobre nossa chegada ao Sandro da Amoc. Quando nos encontramos apresentamos o material prometido durante a primeira viagem a campo, ou seja, tudo o que coligimos sobre Campinho. Além disso, reforçamos a necessidade de realizar conversas com as pessoas mais idosas da comunidade, aquelas cuja

memória alcançasse acontecimentos mais longínquos, ou seja, as pessoas entre 80 e 90 anos. Sandro informou que a maioria das pessoas nessa idade já havia falecido e as que restavam talvez estivessem impossibilitadas de conversar conosco devido à velhice. Ainda assim nos forneceu uma lista com os nomes das pessoas com as quais poderíamos conversar, mas poucas eram aquelas com mais de 80 anos. Os nomes indicados foram os do seu Gilberto, dona Cristina, dona Luiza, dona Regina, Ângelo, seu José, dona Clara, seu Davi e dona Cláudia.

Sandro avisou que nos acompanharia até as residências dos moradores para que não ficassem ressabiados com a nossa presença. No intuito de amenizar o desconforto causado pela chegada de uma pessoa estranha nas casas das pessoas, mas também como uma tentativa de deixá-las à vontade para falar sobre qualquer assunto, adotamos uma tática utilizada em pesquisas anteriores, ou seja, quando conduzidos por algum mediador até a residência dos informantes, indagamos se desejavam realizar a conversa naquele momento ou se preferiam outro horário com mais disponibilidade para conversar.

Com isso, procurávamos garantir a oportunidade de conversar apenas com os interlocutores. Mas é importante ressaltar aqui que, durante a visita a algumas casas, às quais nos dirigimos sem aviso prévio ou sem o mediador, os próprios moradores questionavam se a Associação estava ciente de nossa presença ali.

A desconfiança dos de Campinho com pessoas de fora nos pareceu uma constante. Isto foi percebido pelo comportamento de pessoas do grupo ao conversar com pessoas externas a comunidade. No caso em questão, Ludmila, uma turista que se identificou como organizadora de excursões estava interessada em levar um grupo para conhecer Campinho, mas antes foi ao local buscar mais informações, tais como os valores das acomodações, as datas das apresentações do grupo, e também detalhes sobre a história do lugar. Observamos que alguns moradores forneceram informações, embora timidamente, mas também alguns preferiram não conversar. Ludmila compartilhou ainda suas impressões sobre a desconfiança do grupo conosco.

Situação semelhante à de Ludmila foi vivenciada por nós na ocasião da pesquisa. É necessário ressaltar também que houve uma resistência implícita de alguns moradores em relação ao uso de aparelhos como gravadores. Informamos que o trabalho que realizaríamos era um “trabalho de estudante” (Beaud e Weber, 2007, p.70), mas não somente, posto que um de seus desdobramentos seria um trabalho mais afinado com a proposta da CEV/Rio, e nesse sentido precisávamos realizar conversas informais com os moradores, talvez um pouco semelhante àquelas dos estudantes turistas que compunham o grupo que veio de São Paulo, vistos durante a primeira viagem a campo em junho.

A situação de desconfiança por parte dos moradores descrita acima nos remete ao que foi muito discutido por Foote Whyte (2005) sobre como o pesquisador se insere no ambiente de pesquisa e também por Berreman (1980), sobre o controle de impressões, ou seja, o pesquisador deve aprender a controlar as impressões que os sujeitos vão elaborando sobre ele. Feito isto, o pesquisador pode passar a tarefa de tentar apreender o modo de vida do grupo estudado, já que, quando chegamos a campo, nos vemos confrontados com nossa própria apresentação diante do grupo que vamos estudar.

Quando percebido, em alguns casos, aquele desconforto latente quando lhes era feita alguma pergunta, manifestado de forma mais visível, por vezes, quando se utilizava o gravador, decidimos deixá-lo como um instrumento secundário e privilegiar as anotações no caderno de campo.

Aproximando-se o fim do prazo disponível para nossa permanência em Campinho decidimos nos deslocar da pousada dos Ferreira para a dos Gomes. Fomos recebidos por seu

Vitor e dona Alice. O lugar obedecia às mesmas regras da pousada anterior, não disponibilizava qualquer refeição, apenas a cozinha para os hóspedes utilizarem à vontade.

Quando chegamos buscamos nos aproximar das pessoas cuidadosamente para não sermos invasivos, cientes do comportamento desconfiado dos moradores. Sentimos mais receptividade e facilidade de acesso às pessoas que ali circulavam. Observávamos silenciosamente e quando se iniciava uma conversa ocorria de forma mais fluída, sem o caráter de uma entrevista. Nesta etapa jamais ligávamos o gravador.

Sentimos que aquela aproximação que estava acontecendo era tão desejada por nós quanto por dona Alice. Isso ficou mais evidente pelo fato da dona da pousada preparar um café da manhã e nos convidar. Na ocasião, sem gravador ou caderno, ouvimos atentamente a sua história de vida, de sua família, e da sua integração ao grupo. Durante nossa conversa, enquanto mostrava as fotografias de seus parentes, forneceu muitas informações, principalmente concernentes ao modo de vida local, como será visto adiante. Dona Alice não é filha de Campinho, foi levada para lá por seu marido, nascido e criado no local, como argumenta ela, e este fato influencia sua posição no grupo.

As situações da pesquisa, as conversas com os moradores foram diferentes em seus vários aspectos. Mesmo aqueles moradores mais velhos como seu Gilberto, com o qual tivemos muitas dificuldades para realizar a entrevista devido à sua idade avançada (91 anos), forneceu muitos indícios sobre a questão que nos propomos discutir. Na ocasião do trabalho em sua casa, dona Cristina, outra moradora, se desculpou muitas vezes afirmando não ter nada para oferecer e, por isso, pediu que aceitássemos um “passe”, ritual no qual faz uma oração para proteção, argumentando que quem exerce essa profissão (no caso em questão, a de pesquisadora) “fica muito visado, recebe muito olho”. Após a oração, dona Cristina nos presenteou com uma garrafa de caldo de cana. A situação da entrevista em sua casa foi uma experiência de trabalho inesquecível.

Já transcorrido a maior parte do período disponível para a permanência em Campinho por ocasião do trabalho, em determinado momento durante um almoço com Sandro, André, outro membro da associação, se aproximou e iniciou uma conversa explicando que não poderíamos iniciar um trabalho ali sem o consentimento prévio de todos os membros da Amoc. Argumentou que a proposta de pesquisa deveria ser apresentada para fecharmos uma parceria. Ele citou, inclusive, o caso de outras pesquisadoras, profissionais da nutrição, que estavam trabalhando no lugar e acordaram uma parceria com o grupo. De acordo com André, muitos pesquisadores que vão ao local escrevem coisas que a Associação não aprova, publicam e vão embora. Sua argumentação nos fez imediatamente recordar aquilo que fora descrito por Barata em seu trabalho sobre o lugar:

É de suma importância para os quilombolas do Campinho da Independência a exposição da proposta do projeto, e a aprovação deste a partir da consideração de sua relevância para as suas lutas do quilombo. A disponibilidade dos quilombolas nem sempre é grande, e há alguma resistência às pesquisas visto que já foram muito assediados por pesquisadores e depois caluniados (BARATA, 2013, p. 8).

Tal fato nos remete mais uma vez ao controle de impressões, mas, além disso, à influência que possui a Amoc sobre o grupo. É importante ressaltar que a pesquisa já havia sido apresentada previamente a Sandro e a Lucas, e a carta de apresentação estava em mãos do próprio Sandro, que, inclusive, nos conduziu até a casa de alguns moradores para iniciar a pesquisa, como já apontado.

Quando André se retirou, Sandro se desculpou por suas palavras e arriscou justificá-las exemplificando a postura de outros pesquisadores no local. Garantiu que procuraria a carta entregue a ele durante a primeira viagem, mas solicitou que o trabalho continuasse. Assim o fizemos, principalmente porque não havia mais tempo hábil para aguardar outra conversa com os membros da Associação.

Após a conversa com André tememos que o trabalho fosse comprometido de alguma forma. Como estratégia para finalizá-lo sem maiores problemas evitamos cruzar o seu caminho, por exemplo, não entrevistando pessoas idosas da comunidade ligadas ao seu núcleo familiar. Outra alternativa adotada foi explorar ao máximo as informações sobre a constituição do grupo e a história da região, fornecidas pela literatura disponível e por moradores de localidades próximas a Campinho, a exemplo do que fez Evans Pritchard (1978) ao estudar os Nuer através dos Dinka.

As pessoas entrevistadas durante a pesquisa foram o seu Gilberto de 91 anos, dona Cristina de 85 anos, dona Luiza de 60 anos, dona Regina de 68 anos, Ângelo de 41 anos, dona Alice, aproximadamente 53 anos, e seu José de 71 anos. Além destes, conversamos com pessoas de bairros próximos a Campinho, locais que também foram afetados pelas mudanças que ocorreram na região, como seu Justino de 51 anos, morador de Novo Horizonte, seu João, aproximadamente 92 anos, morador de Patrimônio, e dona Gigi de 65 anos, também moradora de Patrimônio.

Durante esta etapa da pesquisa também conseguimos conversar com Arthur, funcionário do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (Ihap), quem também nos forneceu informações sobre a história do lugar. Arthur reside em Pedras Azuis, lugar vizinho a Campinho, como já mencionado. Ele explicou que foi ele quem levou Neusa Gusmão até Campinho e a acompanhou durante a realização de algumas de suas entrevistas. Arthur nos alertou acerca da tensão existente entre os mais jovens e os mais velhos no lugar em relação a determinadas questões, principalmente no que concerne à Associação. Além disso, assim como o fez Miguel, antigo funcionário do Ihap, Arthur aconselhou especial atenção a produção de novas histórias por parte de alguns moradores. Ao nos depararmos com situações como esta durante o trabalho, percebemos que, talvez, a opção de “criar” uma nova história seja uma forma de *silenciar* (POLLAK, 1989), de não reproduzir uma memória de um passado doloroso, um passado de rejeição, como veremos nos próximos capítulos.

Os componentes de análise deste trabalho foram dispostos da seguinte forma ao longo do texto: após esta introdução, apresentamos o primeiro capítulo no qual situamos o leitor quanto à região pesquisada. Apresentamos a história de Paraty com base na literatura disponível, para que se possa compreender como se deu a configuração social e econômica da região, especialmente de Campinho, mas também expondo uma síntese de alguns dos conflitos ocorridos em Paraty que se relacionam.

No segundo capítulo apresentamos o *locus* empírico da pesquisa, Campinho da Independência, e o contexto onde se forjaram as lutas dos atores sociais na região. Buscamos analisar através das experiências dos moradores, o momento no qual se defrontam com outros atores e quando vão surgindo os contextos de ameaça.

Partindo, do debate proposto por Scott sobre a noção de formas de *resistência cotidiana*, o terceiro capítulo se propõe a apresentar sua perspectiva teórica. Além disso, será demonstrado o exercício de identificação dessas formas de ação que antecederam ou foram associadas às disputas declaradas em Campinho.

Finalmente, apresentamos algumas considerações finais, buscando levantar algumas questões e pistas para continuidade do estudo em outros momentos da formação acadêmica.

CAPÍTULO I

PARATY: DE PARAÍSO TURÍSTICO A PALCO DE CONFLITOS

Em meio a uma história de pujança, decadência e reflorescimento, os anos de existência da cidade de Paraty trazem consigo as marcas das experiências da população que ali viveu e vive. Diversas foram as situações de pressão enfrentadas e as *lutas* travadas ao longo do tempo, tanto pela população ancestral quanto por grande parte de seus descendentes, aqueles que hoje habitam o meio rural.

Com base na literatura consultada, procuramos entender como se configurou e vem se reconfigurando a vida e o espaço na região de Paraty. Este capítulo tem por objetivo situar o leitor quanto à região pesquisada. Apresentamos a história de Paraty para que se possa compreender como se deu sua configuração social, econômica e política, bem como a dinâmica dos acontecimentos afetou determinados locais, especialmente Campinho. Além disso, faremos uma síntese de alguns dos conflitos ocorridos na região por apresentarem alguma relação com o caso estudado em questão, tais como os da Praia do Sono; de São Gonçalo; da Fazenda Barra Grande; Fazenda Taquari; São Roque; e Campinho da Independência, como se verá mais adiante.

Medeiros (1983) chama atenção que grande parte dos conflitos deflagrados no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1969 e 1979, ocorreu em terras desapropriadas antes do golpe de 1964, mas também em áreas consideradas prioritárias para fins de reforma agrária nos anos de 1970. Ademais, parcela dessas áreas desapropriadas antes do golpe voltou às mãos dos antigos proprietários, intensificando a tensão entre os moradores locais e os pretensos proprietários, como foi o caso das fazendas Paraty-Mirim e Independência.

1.1. Os habitantes da região de Paraty e a chegada do colonizador

Para Zuquim (2002) a colonização de Paraty ocorreu por volta do século XVI. Consta nos registros que quando chegaram os colonizadores à região, levados possivelmente por sesmeiros, “os índios, quando não fugiram, foram aprisionados, escravizados e quase totalmente exterminados pelos exploradores, sendo usados como os primeiros animais de transporte através dos árduos caminhos” (SOUZA, 1994, p. 30).

No século XVII dona Maria Jácome de Melo recebeu um lote de terras e lá mandou que fosse construída uma capela consagrada a São Roque. Nesse local se estabeleceram as primeiras pessoas, mas após seis anos, outro núcleo de povoamento foi instituído em área obtida também por meio de doação. No novo local foi erigida uma capela dedica a Nossa Senhora dos Remédios (RIBAS, 2003). Nessa ocasião a sesmeira recomendou, inclusive, que não fossem lesados os índios que ali habitavam, mas seu desejo não foi atendido (MELLO, 2006).

Na primeira metade do século XVII a população paratiense já apontava sinais de seus anseios por independência ao movimentar-se com vistas a sua emancipação de Ilha Grande, fato que só foi consumado em 1667 (MELLO, 2006). Para Mello este foi um dos fatores que

contribuiu para o desenvolvimento comercial da vila, mas também para o plantio da cana de açúcar e para a produção da aguardente no local.

Para Souza (1994) a situação geográfica de Paraty foi determinante para seu crescimento e ascensão à categoria de vila. Era o único caminho disponível para o vale do Paraíba e região das minas e, por isso, Zuquim a descreve como uma “espécie de marco-zero dos caminhos do desbravamento e da colonização do vale do Paraíba e do centro Sul do país” Zuquim (2002, p. 13). Sobre o local, Souza destaca:

Era importante entreposto em um dos caminhos mais utilizados para o acesso a São Paulo de Piratininga e ponto mediano na rota que ia de São Sebastião do Rio de Janeiro a São Vicente, o outro caminho que levava ao planalto, disputando a primazia de lugar de parada das embarcações com a vila de Ilha Grande (SOUZA, 1994, p. 31).

Paraty vivenciou vários ciclos econômicos que marcaram para sempre seus moradores e sua história, bem como foram determinantes para o desenrolar da dinâmica política, econômica e social que impera no lugar atualmente, onde a vila e depois cidade desempenhou algum papel seja como protagonista ou coadjuvante, como veremos a seguir. Diuner Mello (2006) faz em seu trabalho uma periodização específica correspondente a cada um desses ciclos, a saber: o ciclo portuário compreendido de 1600 até 1880, o ciclo do ouro, de 1700 até 1750, o ciclo da cana de açúcar de 1700 até 1900, o ciclo do café, de 1800 até 1900, e o ciclo do turismo que se inicia em 1900 e segue adiante.

Vale ressaltar que alguns desses ciclos se sobrepõem, porém, alguns ganham impulso a partir da finalização de outros. O ciclo portuário perpassou todo o ciclo do ouro e parte do ciclo correspondente ao da cana de açúcar. O período que compreende o ciclo do açúcar teve em sua produção a principal atividade econômica do país, e sua mão de obra foi predominantemente escrava. O ciclo do café iniciou-se ainda no período de predominância do açúcar. O ciclo do turismo teve sua gênese impulsionada a partir das consequências dos ciclos anteriores.

1.2. A descoberta do ouro (1700/1750) e o ciclo do açúcar (1700/1900)

Quando, aproximadamente no final do século XVII ou início do XVIII, as chamadas minas dos Cataguases foram descobertas, foi dada a largada para a corrida do ouro (RIBAS, 2003). A descoberta do ouro em Minas Gerais atraiu uma população heterogênea ao local em busca de enriquecimento rápido. Tal acontecimento modificou a dinâmica social e econômica da região e de todo o entorno, pois chamou atenção de pessoas de origens diversas.

Devido à sua localização estratégica, durante esse período, Paraty garantiu importante posição, inclusive, os metais preciosos de Minas que eram escoados para Portugal passavam primeiro pelo seu porto (MELLO, 2006). Souza explica que por essa época “o caminho marítimo-terrestre por Paraty, onde era vencida a serra do Facão pela antiga trilha guaianá¹¹, era o único que existia ligando o Rio de Janeiro à zona das minas recém-descobertas” (SOUZA, 1994, p. 33). Este caminho também era chamado de Estrada Real e fazia a ligação de Minas Gerais ao Rio e São Paulo, como podemos observar na Figura 3, a seguir.

¹¹ Segundo Ribas (2003, p. 9), os guaianás foram os primeiros habitantes das terras de Paraty.

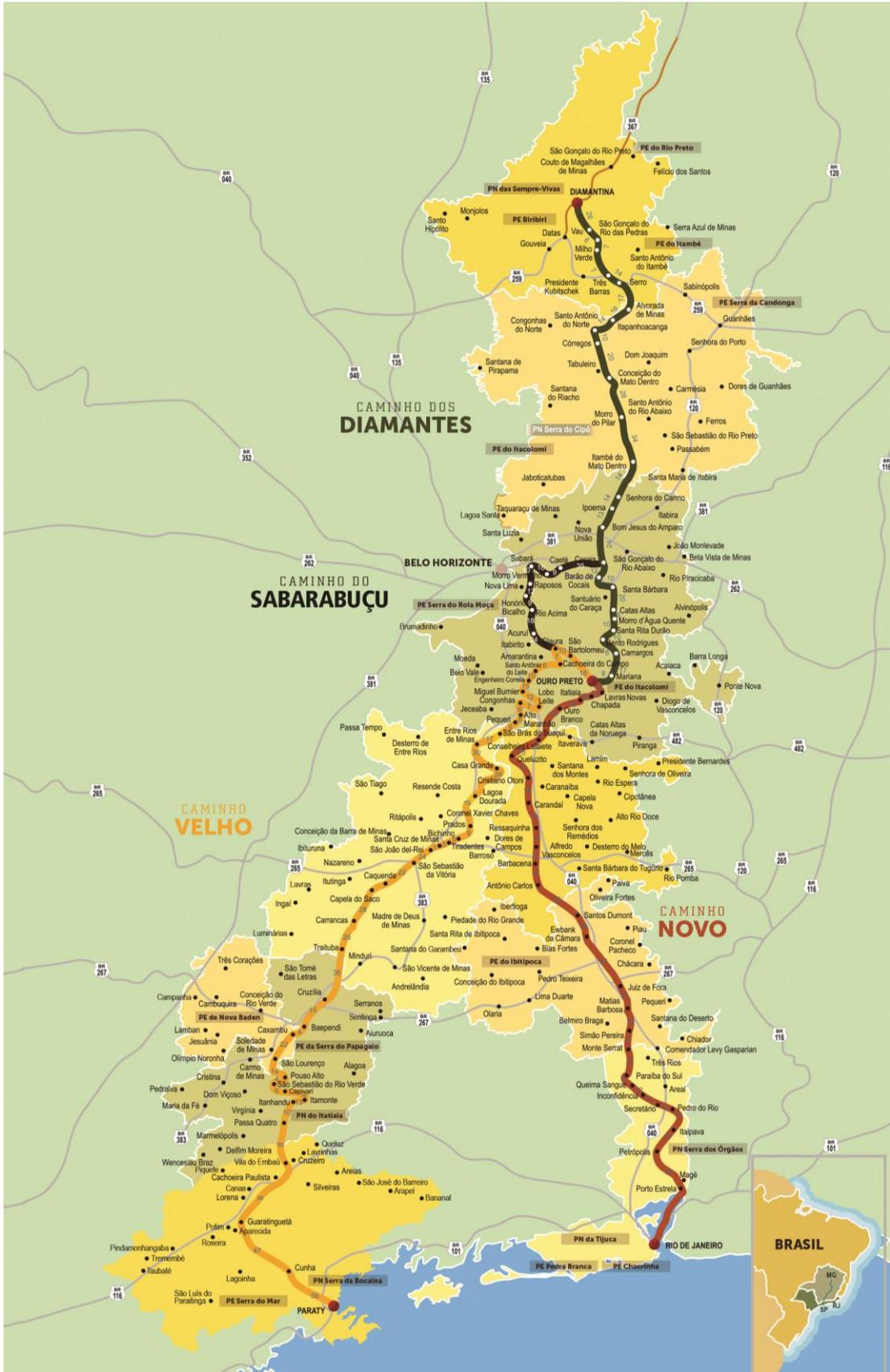


Figura 3: A Estrada Real e outros caminhos.

Fonte: <http://www.institutoestradaareal.com.br/assets/materiais/mapa-ilustrativo-da-estrada-real.jpg>

Como apontado antes, o caminho utilizado para escoamento do ouro em Paraty foi o primeiro a ligar diretamente o Rio de Janeiro às minas. De acordo com a literatura consultada, entre os fatores que impulsionaram a construção de um novo caminho que oferecesse acesso às jazidas, estavam as dificuldades encontradas durante o trajeto, pois o que havia “era áspero, longo, e tinha sempre o inconveniente de parte do trajeto ser feito por mar, havendo sempre o risco de o ouro ser pilhado por corsários, que nessa época infestavam o litoral” (SOUZA, 1994, p. 33).

Aproximadamente no final do século XVII foi iniciada a abertura de uma nova estrada ligando a cidade do Rio de Janeiro às minas, pela serra dos Órgãos e mais tarde este caminho veio a ser chamado de Caminho Novo (RIBAS, 2003). Souza (1994) nos alerta que inicialmente os caminhos eram difíceis mesmo para o trajeto dos animais de carga, então o transporte era realizado por escravos e é nesse sentido que a autora argumenta ter ocorrido uma ampliação da utilização da mão-de-obra indígena e do tráfico de escravos africanos.

A partir dos dados fornecidos por Ribas (2003) notamos que grande era a importância dessas trilhas por onde transitavam as riquezas que a Coroa resolveu considerá-las como área de segurança, instalando postos de controle e cobrando impostos pelos carregamentos. Várias deliberações governamentais entre 1701 e 1710, que impactavam a vida econômica paratiense, limitavam o uso dos caminhos que levavam às minas e favoreceram o trânsito pelo Caminho do Ouro, conferindo-lhe grande importância.

No século XVIII quando a capitania de São Paulo foi criada, Paraty foi transferida a ela, mas foi reincorporada ao Rio de Janeiro através da Carta Régia no ano seguinte (MELLO, 2006). Ribas assinala que dois anos antes do regresso de Paraty a jurisdição do Rio de Janeiro teve início o processo de abertura de outro caminho oferecendo acesso direto a São Paulo e ao Rio:

Em realidade, o ouro das minas velhas (de Jaraguá, SP), embora pouco, seguia passando pela estrada de Paraty. Da mesma forma, o ouro que veio a ser descoberto nas minas de Cuiabá (1715) e Goiás (1721). Daí a decisão de fazer nova estrada totalmente terrestre: o Caminho Novo da Piedade, que se iniciava nas roças de Bento Rodrigues Caldeira e ligava Guapacaré, na época distrito de Guaratinguetá e atual cidade de Lorena, ao Rio de Janeiro, passando por São João Marcos, pela Serra do Frade e por Santa Cruz, onde se encontrava com a Estrada Real De Santa Cruz, antigo Caminho de Minas, aberta pelos padres jesuítas para servir à grande fazenda que possuíam no local (RIBAS, 2003, p. 36).

Tanscheit (2010) salienta que tanto pela abertura de novos caminhos, excluindo a rota paratiense, quanto pela redução das minas de ouro, é inegável que do início do século XVIII até o início do século XIX houve certa estagnação das atividades comerciais em Paraty. Para Mello (2006) o fato de o Caminho Velho ter sido postergado pelo Caminho Novo não afetou de modo decisivo o lugar, e isso se justifica por seu porto ter permanecido receptor de mercadorias as quais eram destinadas para São Paulo e a Minas Gerais. Souza (1994) marca que Paraty se manteve economicamente após o fim da circulação dos metais preciosos por seus caminhos através da produção de sua aguardente, mas também por meio da atividade mercantil que desenvolvia com a população do entorno. Tanscheit (2010), tal como Souza, destaca que a transferência da capital da colônia de Salvador para Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, contribuiu sobremaneira para ampliação da demanda do comércio com a capital.

1.3 O declínio do ouro (1700/1750) e ascensão do café (1800/1900)

A grande fabricação de açúcar em Pernambuco e Bahia chamou atenção dos holandeses, pois proibidos de receber o açúcar brasileiro em Portugal decidiram invadir o nordeste brasileiro (ARBEX, 2001). Nota-se, a partir das considerações do autor, que quando os holandeses foram expulsos do território passaram a cultivar o açúcar em outros locais, competindo com o Brasil, fazendo com que este perdesse o monopólio. O século XVIII marca a crise desse ciclo no país, dando lugar ao do café, e sua ascensão fez com que o caminho do ouro passasse a ser utilizado expressivamente por aqueles interessados em transportar mercadorias entre o vale do Paraíba e Paraty.

A partir da Produção da aguardente em Paraty “o Caminho do Ouro passa, então, a ser utilizado cada vez mais como rota de tráfico de escravos, no início legal e depois ilegal, e, mais tarde, para escoar a produção cafeeira do Vale do Paraíba” (RIBAS, 2002, p. 43). Tal como Souza (1994), Zuquim (2002) ressalta que este produto era amplamente consumido pelas pessoas do local, mas também utilizado nas trocas realizadas com a África por escravos:

Enquanto o tráfico negreiro deu-se preferencialmente na costa da Mina, através da Bahia e de Pernambuco, foi o tabaco a moeda mais utilizada. Quando o tráfico se dirigiu para Angola, através do Rio de Janeiro, a aguardente tornou-se a mercadoria de troca mais utilizada no comércio do Rio de Janeiro com a costa da África, o binômio que prevalecia era pinga-escravo, e Paraty era o maior centro produtor de aguardente da capitania. Em 1799, o Rio de Janeiro possuía 616 engenhos de açúcar e 253 de aguardente, sendo 155 destes em Paraty (SOUZA, 1994 p. 39, grifo nosso).

A produção de aguardente foi a atividade econômica que mais frutos deu a Paraty naquele momento, pois, além de ser produto muito apreciado e consumido pela nobreza, a aguardente era utilizada como moeda na troca de escravos africanos (ZUQUIM, 2002, p. 21, grifo nosso).

Segundo Tanscheit (2010), no início do século XIX o café já era o produto mais exportado no Brasil, sobrepondo-se ao ouro e ao açúcar. O plantio do café trouxe grandes mudanças no início do século XIX, pois muitos abandonaram a produção da aguardente para se dedicar ao cultivo do novo produto (MELLO, 2006) e, a partir disso, foi reforçado o seu intercâmbio com o Rio de Janeiro.

Lhotte (1982) explica que ainda no início do século XIX quando a família real portuguesa chegou ao Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro, Paraty permaneceu produzindo e exportando mercadorias, no entanto, destinando-as ao local onde a família real estava sediada. Assim, essa relação estabelecida entre o vale do Paraíba e Paraty fez a economia do lugar reviver temporariamente.

Com o passar do tempo o plantio do café deixou de mostrar-se lucrativo, pois as despesas com a mão-de-obra inviabilizavam sobremaneira a possibilidade de rendimentos. Este foi um fator determinante para que grande parte das fazendas da região fosse abandonada (MELLO, 2006). Soma-se a estes acontecimentos a abertura, no ano de 1855, da Estrada de Ferro D. Pedro II garantindo o acesso do vale do Paraíba ao Rio de Janeiro encerrando a prosperidade de Paraty, pois nessa conjuntura os produtos oriundos do vale do Paraíba passaram a ser transportados para o porto do Rio de Janeiro através da nova estrada (SOUZA, 1994). A ampliação da concorrência de novas regiões produtoras de café em São Paulo, favorecidas pela emergência de novas estradas e a abolição da escravatura no Brasil, em 1888,

umentando a necessidade de custeio de trabalhadores assalariados em substituição da mão-de-obra escrava também contribuíram (ZUQUIM, 2002, p. 27).

A partir da literatura consultada fica claro que tais mudanças contribuíram demasiadamente para o processo de empobrecimento que se abateu sobre o lugar nesse período, e assim, ao final do século XIX forma-se um cenário de declínio. Sobre este processo Ribas ainda estabelece que:

De qualquer forma, a economia da cidade já havia entrado em colapso anteriormente e o movimento comercial na vela trilha guaianá já estava completamente abandonado. Os rios da cidade deixam de ter seus leitos limpos pela escravaria e espraíam-se, transformando suas margens em grandes lodaçais onde impera a malária. Paraty passa a importar até o feijão, de que fora um dos maiores produtores. Começa um longo período de abandono e decadência (RIBAS, 2003, p. 48).

Esses acontecimentos relacionados ao desequilíbrio econômico foram responsáveis por fazer com que muitos daqueles que se ocupavam das atividades da cafeicultura deixassem a cidade, por sua vez, aqueles que permaneceram não possuíam condições de alterar o quadro regional porque não possuíam condições de realizar qualquer investimento (SOUZA, 1994). Nessas circunstâncias os caminhos muito utilizados outrora ficaram obsoletos e praticamente inacessíveis, fator que também contribuiu para derrocada de Paraty, provocando ainda seu despovoamento e fomentando as atividades de subsistência por parte daqueles que permaneceram na região (ZUQUIM, 2002, p. 27). Tais fatores contribuíram para permanência do lugar em tal situação por algumas dezenas de anos, residindo e resistindo ainda ali muitas famílias empobrecidas, os *caiçaras*, e grupos negros remanescentes da escravidão que se ligaram as terras das fazendas abandonas ou que até mesmo receberam por doação dos seus antigos senhores.

1.4. Século XX: o ciclo do turismo e a ideia de progresso

Relativamente isolada, Paraty vivia à sombra de glórias passadas, quando prosperou durante a rápida influência do ciclo do ouro por lá. A partir do contato com a literatura acionada neste texto observamos o quanto foi determinante para a atual configuração do município a relação estabelecida com aqueles caminhos ao longo dos séculos. Pois muito do que ocorreu no passado afeta ainda materialmente a Paraty que conhecemos hoje, que atrai tantos turistas devido à sua beleza e natureza não mais intocada.

Lhotte (1982) já apontava em seu trabalho a forte ligação da história do município com a construção das estradas, argumento reforçado ainda na narrativa de outros autores. Assim, por meio das considerações de Souza (1994) nota-se que várias foram as expectativas de satisfação dos anseios dos moradores através de inúmeros projetos prometidos à região entre os anos de 1833 e 1917. A ideia do desenvolvimento sempre esteve no imaginário paratiense ou daqueles que elucubravam sobre a cidade arquitetando maneiras de devolver-lhe a importância desfrutada outrora enquanto entreposto comercial.

Em notícias que circulavam por Paraty na primeira metade do século XX, período que compreende os anos de 1930 até 1960, a época era definida pela população do lugar como economicamente frágil e de grandes dificuldades. Os moradores de Paraty responsabilizavam o governo, pois voltaram sua atenção para as zonas cafeeira e açucareira, e negligenciaram regiões como Paraty e todo o litoral Sul fluminense, localidades onde a policultura poderia ser

desenvolvida com vantagens (*O Correio de Parati*, 27/09/1931). Por sua vez, Zézito Freire (2003) também chama atenção para a postura das autoridades locais para com os paratienses por volta das décadas de 30 e 40. O autor ressalta que o lugar era negligenciado pelo Estado, lembrado apenas quando da nomeação de prefeitos-interventores, estes que também não demonstravam preocupação alguma com as demandas da população.

Acreditava-se que para o local voltar aos dias de glória seria necessário a construção de uma estrada de rodagem, uma ligação direta com Cunha, no estado de São Paulo, e a construção de um cais de desembarque junto com a melhoria nos serviços de navegação, dotando Paraty de meios de comunicação mais rápidos e mais frequentes (*O Correio de Parati*, 27/09/1931). Assim, a situação do local apresentou indícios de transformação apenas por volta dos anos de 1950. Souza assegura que no final desta década “principalmente devido à abertura de uma estrada de rodagem que colocava Paraty em contato com a via Dutra, as mudanças na cidade começaram a se dar mais intensa e rapidamente” (SOUZA, 1994, p. 75).

Almeida (1997) explica que essa ligação rodoviária entre o município até Cunha e ao estado de São Paulo, como pode ser visualizada na Figura 3, foi concluída no ano de 1954, iniciando o que Mello (2006, p. 7) chama de “ciclo do turismo”. Ela foi concluída por empresários paulistas, que começavam a chegar à cidade com vistas a esse tipo de investimento. Sobre a construção da estrada Lhotte comenta:

Dessa maneira, a construção da estrada Rio-São Paulo (BR-116 ou Via Presidente Dutra) [iniciada nos anos de 1950¹²] fez renascer aos poucos a estrada de Cunha, antigo Caminho do Ouro, interligando Paraty ao Vale do Paraíba (LHOTTE, 1982, p. 17, adendo nosso).

A literatura consultada indica que devido ao relativo isolamento de Paraty, a cidade preservou aspectos coloniais facilmente perceptíveis, mas também os modos de vida, tradições, crenças, sem contar as belezas naturais. Esses fatores, que durante muitos anos fizeram o local pouco atrativo, agora foram determinantes para despertar e atrair pessoas interessadas em consumir e/ou comercializar tanta beleza. Nesse sentido, algumas edificações e determinadas áreas foram tombadas pelo governo federal e estadual no intuito de resguardá-las.

Em 1945 Paraty foi elevada a Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto-Lei nº 1.450, de 18/09/1945. Foi sugerido no ano de 1957 que o conjunto arquitetônico e paisagístico do município fosse inscrito no Livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico criado pelo Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. Já no ano de 1958, Paraty foi tombada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tanto no livro referente a sítios de valor arqueológico, etnográfico e paisagístico como no referente às belas artes (RIBAS, 2003).

Almeida lembra ainda que as iniciativas para solicitar o tombamento da cidade tiveram início em 1964, mas segundo Mello (2006), finalmente Paraty foi elevada à categoria de Monumento Histórico Nacional em 24 de março de 1966, através do Decreto 58.077 do presidente Castelo Branco. Notamos a partir das considerações de Souza, abaixo, que tal iniciativa estava sob o argumento de evitar a destruição do patrimônio e, conseqüentemente, impedia as transações empresariais que almejavam benefícios em relação ao turismo ou empreendimentos imobiliários:

¹² Ver Avena (2003, p. 192).

Paraty foi elevada em 1966, por decreto do então presidente Castelo Branco, à categoria de Monumento Histórico Nacional. Isso significa que qualquer alteração em todo município deveria seguir normas elaboradas por técnicos especializados em preservação e desenvolvimento planejado. Com isso, visava-se proteger não apenas o legado arquitetônico colonial como também a exuberância e variedade de espécies vegetais e animais sobreviventes na maior parcela de Mata Atlântica ainda não devastada pela ação predatória do homem. A partir da série de tombamentos e da abertura de estradas da serra, ficou cada vez mais definido que o principal potencial da região era a exploração turística. As regulamentações dos órgãos ligados à defesa da arquitetura e da natureza, entretanto, ao mesmo tempo em que tentavam evitar a destruição desses patrimônios, dificultavam os investimentos de exploração turística e imobiliária, que, visando basicamente o maior lucro possível no menor intervalo de tempo, viam-se cerceadas por certas condições básicas e inegociáveis daquelas legislações. O desenvolvimento industrial, do seu lado, ficava altamente comprometido, pois as normas de preservação não permitiam alterações radicais no perfil do município (SOUZA, 1994, p. 160, grifos nossos).

Almeida (1997) e Carvalho (2010) chamam atenção que a abrangência do tombamento, ou seja, a inclusão da zona rural teve razão nessa iniciativa, cujo objetivo central era:

Garantir a integridade do acervo histórico-paisagístico bem como permitir a execução de um plano de desenvolvimento urbanístico, reconstituição do patrimônio florestal, comunicações rodoviárias e incrementar o turismo (ALMEIDA, 1997, p. 24).

Entre os fatores que ocasionaram mudanças locais, Souza (1994) chama atenção para a abertura da estrada da Serra que ligava o município a Cunha e ao estado de São Paulo. Ela a considera como o acontecimento de maior importância no final da década de 1950 e início da de 1960. Por sua vez, Almeida (1997) aponta a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), o que Carvalho (2010) analisa como a primeira demarcação de muitas Unidades de Conservação que viriam depois, como se verá adiante. Contudo Souza (1994) reforça que a abertura da BR-101 aprofundou esses processos de mudança, alterando completamente a dinâmica do lugar.

1.5. A *Serpente Prateada*: construção da BR-101 e as consequências para Paraty

A construção da BR-101, a rodovia Rio-Santos, aberta ao tráfego em 1975, foi fator determinante para o fim do relativo isolamento de Paraty:

Era uma via moderna de transporte rodoviário, imensa serpente prateada acompanhando o recortado da costa, muitas vezes soterrando praias, que na pressa da sua construção não eram consideradas como dignas de serem resguardadas por um aperfeiçoamento que encarecia o traçado (SOUZA, 1994, p. 163, grifo nosso).

“A construção da rodovia Rio-Santos foi incluída no Plano Rodoviário Nacional pela Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956, sob a sigla BR-6, recebendo a denominação que

conhecemos atualmente em 1964” (*Correio da Manhã*, 12/05/1968, p. 2). Pacheco (1983) afirma que o projeto de construção dessa rodovia data do século XVIII, e que ele favorecia o estado de Minas Gerais, no entanto, somente após o golpe em 1964 o projeto foi integrado ao Plano Rodoviário Nacional. Guanzioli (1983) informa que isso ocorreu durante o mandato de Humberto de Alencar Castelo Branco, após o golpe de estado, quando incluiu tal empreendimento entre suas prioridades.

Lhotte (1982) aponta que foi por volta de 1967 que o projeto foi aprovado, mas informa que já havia a intenção da construção de uma rodovia cortando o Rio de Janeiro até Santos, prevista pelo Plano Nacional de Viação. A autora abaliza que se acirraram as discussões com vistas à construção da estrada ainda na década de 1950 quando da instalação do complexo de construção naval da Verolme em Angra dos Reis.

A pedido do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), a empresa Sondotécnica Ecotec elaborou estudos de viabilidade técnico-econômica. Notícia veiculada em maio de 1968 pelo jornal *Correio da Manhã*, aponta que esses estudos sobre o empreendimento seriam realizados para mensurar sua viabilidade e rentabilidade. O estudo foi realizado por etapas e resultaram na produção de relatórios entre os anos de 1968 e 1971:

O primeiro aspecto estudado foi o da introdução geral e do reconhecimento, abordando descrição topográfica, fixação do traçado e alternativas, e análise da interferência da rodovia em outros meios de transporte; o segundo relatório refere-se aos aspectos estratégicos, com relação à segurança nacional, [associada à presença das atividades industriais que aí estão sediadas], e mostrando sua importância no desenvolvimento nacional e regional; o terceiro relatório pronto mostrava o sistema viário da região, com análise dos aspectos estatísticos mais significativos do seu funcionamento. Os demais relatórios tratavam dos ângulos socioeconômicos, físicos e do anteprojeto. O relatório final apresentaria a conclusão dos trabalhos (*Correio da Manhã*, 12/05/1968, p. 2, adendo nosso).

Entre os autores consultados, Guanzioli (1983) é aquele que mais se detém aos aspectos da construção da rodovia Rio-Santos e apresenta quais foram os principais argumentos empregados nos estudos realizados pela Sondotécnica para justificar sua construção:

O trecho Rio-Santos (536 km) seria um prolongamento natural do sistema rodoviário litorâneo dando continuidade ao fluxo de veículos da nova Rio-Bahia, com a qual se integraria através da ponte Rio-Niterói. Funcionaria como alternativa à rodovia Presidente Dutra nas comunicações entre o Rio de Janeiro e São Paulo. A região se situava no quadrilátero Rio-São Paulo-Belo Horizonte-Brasília, onde se encontrava a maior parte das atividades industriais, mais de 40% da população e cerca de 60% da renda do país; a rodovia também permitiria interligar no país os dois portos mais importantes (Rio e Santos), bem como as duas principais áreas metropolitanas - o Grande Rio e o Grande São Paulo (GUANZIROLI, 1983, p. 74, grifo nosso).

Pacheco lembra que esses estudos apresentavam o seguinte argumento em sua introdução:

A rodovia Rio-Santos, além de caráter estratégico para a Segurança Nacional, é sem dúvida o fator dominante do processo para o

desenvolvimento e a definitiva incorporação da orla marítima em causa, à civilização maior da região a que pertence (PACHECO, 1983, p. 3).

A autora observa que os estudos sobre a viabilidade da estrada são permeados pela ideologia da modernização e, além disso, ao argumentar sobre a necessidade de sua construção lançaram mão de argumentos de cunho político, por exemplo, acionando questões relacionadas à segurança nacional. Esta foi uma tentativa de afirmar e sua importância. Pacheco também marca que em um dos estudos, realizado em 1970, registra-se o seguinte:

Localizada na Região Centro-Sul, formada pelos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a rodovia atravessa no seu projetado percurso uma das áreas de maior significado econômico para o país. Aí se situam as duas áreas metropolitanas mais importantes, Rio e São Paulo, os dois mais importantes portos, a maior parte das atividades industriais e da infraestrutura econômica nacional. Do ponto de vista industrial destacam-se as grandes unidades de refinamento de petróleo, os mais importantes terminais, um parque siderúrgico em expansão e uma próspera indústria automobilística (PACHECO, 1983, p. 5).

Christine Lhotte chama atenção para o momento que o país atravessava quando foi aprovada a construção da rodovia, isto é, logo após o golpe no ano de 1964. A autora lembra que neste momento o Estado tomou como sua prioridade a aceleração do desenvolvimento econômico, desencadeando o que se convencionou chamar de *o milagre econômico brasileiro*:

Intensificou-se então a entrada de capital estrangeiro em todos os setores da economia, com todas as facilidades permitidas pelo governo, enquanto a reforma agrária esboçada na década de 1960 foi deixada de lado (MATTOSO, 1980, p. 15 *apud* LHOTTE, 1982, p. 19).

Em 1971 o diretor regional do DNER informava que o edital da concorrência para a construção da rodovia seria publicado em março do mesmo ano e em seguida seriam feitas as pré-qualificações para a seleção das firmas concorrentes à construção das estradas (*Correio da Manhã*, 19/01/1971, p. 3). Após a concorrência pública promovida pelo governo federal, coube a empresa Consultoria em Engenharia Limitada (Copavel), o primeiro trecho, e o segundo a Sondotécnica (GUANZIROLLI, 1983).

A partir do contato com notícias veiculadas à época, 1971, é possível observar as estratégias empregadas pelas instituições responsáveis para obtenção dos recursos com vistas à implantação da rodovia. Em matéria publicada pelo jornal *Diário de Notícias*, verifica-se que o diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), informava que deveria obter naquele ano um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar parte do empreendimento. Porém, também fazia menção à cobrança de uma taxa de contribuição aos proprietários de terrenos que seriam beneficiados com a construção da estrada. O diretor do DNER defendia que não haveria resistências a essa cobrança, pois as notícias relacionadas a construção da estrada contribuiriam para aumentar o valor das terras, principalmente aquelas que estavam situadas próximas ao traçado. Afirmou, inclusive, que aqueles que desejam possuir uma segunda residência em qualquer das praias alcançadas pela rodovia seriam pessoas detentoras de recursos financeiros, então poderiam custear essas taxas (*Diário de Notícias*, 16/05/1971, p. 2).

Pacheco (2010) lembra que a obra foi financiada em parte pelo Banco Internacional do Desenvolvimento (BID), como sinalizado acima, e Guazioli (1983) explica que o restante foi financiado pelo Tesouro Nacional.

Várias áreas em Paraty e Angra dos Reis, alcançadas pela rodovia, foram declaradas de interesse para reforma agrária através do Decreto Federal nº 70.986 de 16 de agosto de 1972, ficando sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹³. Nesses locais foram verificados, inclusive, muitos casos de conflitos fundiários que começaram a surgir nas décadas de 1970, com a construção da Rio-Santos, o que provocou uma abrupta valorização das terras na região. No entanto, alguns conflitos são anteriores, como aqueles que ocorreram nas fazendas Paraty-Mirim e Independência, áreas que já haviam sofrido intervenção do governo estadual, intensificados a partir da abertura da estrada, devido à chegada dos pretensos proprietários e *grileiros* a região (MEDEIROS, 1983):

Esse fenômeno foi particularmente agudo nas áreas próximas das praias, onde comunidade inteiras de posseiros/pescadores passaram a ser forçadas a abandonar suas terras para dar lugar a loteamentos e empreendimentos turísticos (MEDEIROS, 1983, p. 25).

O decreto que trata das áreas declaradas de interesse para reforma agrária diz o seguinte em seu primeiro artigo:

Art. 1º. São declaradas prioritárias para fins da Reforma Agrária:
I - As áreas integradas pelos Municípios de Biritiba-Mirim, Salesópolis, Paraibuna, Natividade da Serra, São Luiz da Paratinga, Cunha, São José do Barreiro, Bananal, Guarujá, Santos, São Sebastião, Ilha Bela, Caraguatatuba e Ubatuba, no Estado de São Paulo;
II - As áreas integradas pelos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, no Estado do Rio de Janeiro;
III - As áreas constituídas pelas denominadas "Regiões Administrativas" de Santa Cruz, Campo Grande e Jacarepaguá, no Estado da Guanabara;
IV - A área referida nos Decretos nºs 68.172, de 4 de fevereiro de 1971, e 70.694, de 8 de junho de 1972¹⁴.

No jornal *O Fluminense* de 24 de maio de 1972, o Ministro dos Transportes, coronel Mário Andrezza, apontou que a rodovia Rio-Santos era considerada a “mola mestra do turismo” pelos recursos naturais e históricos que apresentava em toda sua extensão. O jornal *Correio da Manhã* de 15 de fevereiro de 1973 registra que o ministro Pratini de Moraes, da Indústria e Comércio, anunciou que o Projeto Turis¹⁵, prestaria à classe empresarial todas as informações sobre a viabilidade dos empreendimentos na área da rodovia Rio-Santos, que seria dividida em áreas de turismo de alto nível, de nível médio e turismo de massa. Ainda neste mesmo ano, através do Decreto nº 71.791 de 31 de fevereiro de 1973, Paraty foi

¹³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi criado a través do Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

¹⁴ Ver o Decerto nº 70.986, de 16 de agosto de 1972, disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=200697>>. Acessado em: 16/05/2016.

¹⁵ No plano nacional, na década de 1960, foi criada a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) que, em 1970, elaborou o Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis), um projeto de reordenamento territorial de todo o litoral Sul fluminense, em razão do turismo. Um dos frutos deste projeto foi a construção da rodovia Rio-Santos. Para mais detalhes consultar Feitosa e Silva (2015).

transformada em área prioritária para o desenvolvimento turístico. Pratini acrescentou na ocasião que 1973 era considerado o Ano Nacional do Turismo.

É interessante observar também que, junto ao reconhecimento do potencial turístico daquela região, estava em pleno desenvolvimento o seu potencial industrial, e é nesse sentido que Guanziroli aponta que entre as razões imediatas que levaram o governo federal a construir a estrada destaca-se:

A implantação de vias de comunicação para as indústrias do litoral [...]. [Tais como] o distrito industrial de Santa Cruz, o porto de minério de Mangaratiba, estaleiros de construção naval de Jacuecanga-Verolme, a usina atômica em Mambucaba, o terminal petrolífero de São Sebastião e usinas hidroelétricas de Furnas (GUANZIROLI, 1983, p. 74:75, adendo nosso).

Por um lado, havia uma região industrial/portuária (Angra-RJ e São Sebastião-SP), de outro havia o turismo, centrado em Paraty. Mas é necessário entendermos porque Paraty entrou como área prioritária para reforma agrária em 1972. Nossa hipótese é que sua inclusão é devida aos vários casos de conflitos fundiários ocorridos em várias partes do município, aqueles mencionados no início deste capítulo, ocorridos, inclusive, em terras desapropriadas para reforma agrária alguns anos antes, acentuados com as notícias da construção da Rio-Santos, agravando o quadro de disputas pela terra, como veremos nos próximos capítulos.

A literatura que trata da Rio-Santos aponta que o discurso que pairava sobre a construção da rodovia era o de modernização, de pôr fim ao isolamento de municípios como Mangaratiba, Angra dos Reis e, principalmente, Paraty, para que fosse possível aproveitar os seus recursos naturais, sua beleza conservada por esse isolamento. Isto pode ser observado, inclusive, a partir da matéria publicada no jornal *O Fluminense* em 1972, cujo argumento era que a construção da Rio-Santos eliminaria uma constante preocupação do governo do Rio de Janeiro, ou seja, o isolamento de Paraty por falta de estradas, facilitando assim o acesso de turistas a uma região, como enfatiza a notícia, “de extraordinários recursos naturais, com um potencial turístico inexplorado” (*O Fluminense*, 9/08/1972, p. 6), corroborando algumas passagens destacadas por Guanziroli do relatório da Sondotécnica:

O relatório considera que os recursos naturais (ilhas, restingas, baías, enseadas, rios, córregos, cachoeiras) e os que chama de “culturais” (monumentos, igrejas, casas, engenhos, etc) conformariam uma área de atração para o turismo das populações das regiões de influência indireta (Rio e São Paulo). Por outro lado, segundo a avaliação da Sondotécnica, a população destes estados estaria atingindo elevados níveis de bem estar econômico e refinamento cultural, formando assim um mercado potencial de 16 milhões de pessoas à procura de lugares de “lazer, recuperação física e mental”. Este mercado só poderia ser atendido por uma ampla rede hoteleira, o que, por sua vez, para se desenvolver, precisaria de estradas interestaduais de boa qualidade. A construção da Rio-Santos forneceria assim a infraestrutura básica requerida pelos investidores hoteleiros (GUANZIROLI, 1983, p. 88).

Lhotte (1982) assinala que um estudo sobre Paraty demonstra que no início dos anos de 1970, no que concerne ao regime territorial e à produção agropecuária, o município se caracterizava por:

Grande concentração da propriedade da terra; produção predominante agrícola, e, nesta, a de lavoura permanente; baixa produtividade por hectare de terra cultivada; apropriação predominantemente individual da terra; predominância da exploração – indireta da terra com uma maioria de estabelecimentos ocupados por posseiros... Era uma zona rural decadente, pobre, e com uma situação social potencialmente conflituosa no que diz respeito à propriedade da terra; grande concentração de propriedade X grande número de posseiros (GUSMÃO, 1979, p. 30:31 *apud* LHOTTE, 1982, p. 20).

A autora citada acima aponta, utilizando os dados da pesquisa realizada por Carlos Diegues (1973) e também através de matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 22 de maio de 1975, algumas consequências da construção da rodovia. Os dados revelam a esperança que a população alimentava a partir da passagem da rodovia, pois acreditam que traria benefícios. No entanto, com a facilidade de acesso à região e a chegada de novos agentes, incluindo pretensos proprietários, começaram a ocorrer destruição de benfeitorias, moradores expropriados, entre vários outros problemas, como “o deslocamento da população, antes ocupada na lavoura e na pesca, para áreas periféricas, ocasionando o surgimento de favelas urbanas, onde essas pessoas passaram a se instalar precariamente” (LHOTTE, 1982, p. 21).

A pesquisa da qual nos ocupamos revelou alguns posicionamentos nesse sentido, mas estes devem ser relativizados considerando também a opinião daqueles que viram melhorias após a passagem da Rio-Santos, como será exposto no capítulo seguinte. Mas é inegável, como demonstra Souza (1994), que após a construção da estrada houve grande valorização das terras e como consequência um aumento da periferia das cidades próximas:

Grande [foi o] fluxo de moradores da área rural que foram atropelados pela estrada, ou escorraçados pelos ditos proprietários das terras nas quais moravam e das quais tiravam o sustento. A partir daí o perfil urbano de Paraty mudou intensamente. No fundo da baía, numa região de mangue entre a desembocadura dos rios Patitiba, que foi canalizado, e Mateus Nunes, formou-se um grande bairro com a chegada de pessoas que ali iam levantando suas casas, sem qualquer infraestrutura. Esse bairro se estendeu pela planície, logo se tornando maior e mais populoso do que o antigo núcleo urbano, que, se durante cerca de trezentos e cinquenta anos constituiu toda a cidade, agora era apenas seu Bairro Histórico. Além desses bairros formados basicamente pelos moradores da área rural que vieram para a cidade com a abertura da estrada Rio-Santos, chamados Ilha das Cobras e Parque da Mangueira, e que começaram como um amontoado de barracos que aos poucos foi conquistando uma distribuição urbana mais ordenada, a cidade cresceu ao longo da chegada do caminho que desce da serra, onde se estabeleceram oficinas, armazéns e negócios diversos, construíram-se muitas casas de moradia, algumas imitando a arquitetura das casas do Bairro Histórico, absorvendo o número crescente de moradores da cidade, definitivos e temporários. Unindo-se à já existente Patitiba, a cidade foi acrescida da Chácara da Saudade, Bairro de Fátima, Jabaquara, Matadouro. Também o Pontal, do outro lado do Perequê-Açu, se encheu de moradias, e a Santa Casa, que ali imperava soberana com sua edificação bonita e generosa, diluiu-se por entre as construções que ocuparam todo o espaço entre o rio, a praia e o morro do forte, onde foi erguida a primeira aldeia (SOUZA, 1994, p. 163:164).

A facilidade de acesso à cidade e sua beleza atraiu pessoas de vários locais e isto fomentou os negócios, inclusive, alguns viram novas oportunidades de emprego e lucro. No entanto, após a abertura da rodovia Rio-Santos ocorreu também que “os moradores da roça, desalojados de suas terras ou atraídos pelo crescimento urbano, formavam novos bairros, em terrenos da União, cuja posse acabou lhes sendo conferida” (SOUZA, 1994, p. 168).

A partir do exposto até agora, percebe-se que entre as várias justificativas da construção da rodovia se assentam dois fortes discursos: o primeiro deles concerne à ideia do desenvolvimento do turismo e o segundo do desenvolvimento industrial na região. É possível observar, a partir da literatura consultada, que além das várias justificativas para a construção da rodovia, também se produziram impactos de várias ordens, inclusive, no tocante à produção de um novo espaço regional.

A vida do lugar passou a ser afetada em diversos âmbitos a partir da construção da estrada e do redescobrimto de Paraty enquanto “paraíso perdido”. Entre os vetores responsáveis pelo desenrolar da história que hoje conhecemos do lugar podemos apontar o processo de especulação das áreas, pois culminou na chegada de novos agentes interessados nas terras, gerando diversos conflitos fundiários na região, como aqueles relacionados à iniciativa de criação das Unidades de Conservação.

1.6. Questões ambientais e as Unidades de Conservação

Como visto anteriormente, essa região do litoral Sul do Rio de Janeiro sofreu várias intervenções ao longo dos séculos, tais como a construção de estradas e o desenvolvimento do seu potencial turístico e industrial, causando um processo de degradação pela valorização das terras e a crescente especulação imobiliária. Tomaram-se algumas medidas protetoras objetivando frear as consequências, principalmente ambientais, dessas intervenções na região, e especificamente em Paraty.

Entre elas estava a criação de diversas Unidades de Conservação, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), uma área de proteção integral de âmbito federal, o Parque Estadual de Paraty-Mirim, e a APA do Cairuçu, uma Área de Preservação Ambiental de uso sustentável de âmbito federal (ALMEIDA, 1997). Na região, além destas, há a Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty, a Estação Ecológica Tamoios, e a APA das Praias de São Gonçalo e São Gonçalinho. Como pode ser observado, várias foram as Unidades de Conservação instituídas e, por esse motivo, “aproximadamente 80% da área do município é ocupada por Unidades de Conservação ambiental” (MELLO, 2006, p. 5). Para Avena (2003), foi a partir da degradação instalada na região devido às intervenções no ambiente, como a inserção das rodovias, entre outros, que tiveram início várias medidas no intuito de garantir a preservação ambiental.

Entre essas unidades, algumas nos interessam particularmente, por influenciar diretamente, segundo os moradores, as áreas das quais nos ocupamos neste estudo. Uma delas é o Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado através do Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971¹⁶, com área de 134.000 ha, sendo posteriormente modificado pelo

¹⁶ Ver o Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68172.htm>. Acessado em 16/05/2016.

Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1972¹⁷, totalizando uma área superior a 100.000 ha. Segundo os decretos foi reduzida a sua área de abrangência, da qual cerca de 60% localiza-se no estado do Rio de Janeiro e 40% no estado de São Paulo.

Além do Parque Nacional da Bocaina, nos interessa aqui a criação do Parque Estadual de Paraty-Mirim, instituído através do Decreto nº 15.927, de 29 de novembro e 1972, em terras desapropriadas para reforma agrária em 1960, as fazendas Paraty-Mirim e Independência, com o propósito de promover o desenvolvimento e ordenamento turístico da área. A área desse Parque ainda “engloba a Enseada de Paraty-Mirim e Saco de Mamangá” (MELLO, 2006, p. 5).

A outra Unidade de Conservação que nos diz respeito é a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu. Mello (2006) demonstra que essa APA, abrange a região compreendida entre o Rio Matheus Nunes e a divisa com Ubatuba, e se sobrepõe em parte ao Parque Nacional da Serra da Bocaina e ao Parque do Paraty-Mirim. Essa Unidade de Conservação Federal de uso sustentável foi criada através do Decreto nº 89.242 de 27 de dezembro de 1983¹⁸. Na página seguinte apresentamos a Figura 4 com a localização de algumas Unidades de Conservação.

¹⁷ Ver o Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1972. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=70694&tipo_norma=DEC&data=19720608&link=s>. Acessado em 16/05/2016.

¹⁸ Ver o Decreto nº 89.242 de 27 de dezembro de 1983, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89242.htm>. Acessado em 16/05/2016.



Figura 4: Localização das Unidades de Conservação.
 Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/visitacao/turismo-sustentavel.html>

Segundo o Decreto, a APA criada em 1983 teve por objetivo assegurar a proteção da natureza, espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, sistemas hídricos e as comunidades tradicionais integradas nesse ecossistema. No entanto, Almeida (1997) chama atenção que por volta dos anos de 1990, época em que realizou sua pesquisa, o Plano Diretor na APA ainda não havia sido elaborado para normatizar as atividades econômicas e de preservação nas Áreas de Proteção Ambiental. Informamos ainda que uma versão inicial do Plano de Manejo foi aprovada apenas nos anos 2000. Lançando mão dos dados da Prefeitura de Paraty (1994) a autora apresenta algumas das comunidades situadas no interior da APA:

Algumas comunidades agrícolas vivem nesta área, com explorações que podem ser caracterizadas como pequena produção familiar, podendo ser citadas as de Corisco, Corisquinho, Pedras Azuis, Rio dos Meros e Patrimônio, além de duas reservas indígenas guaranis em Paratimirim e Forquilha (PREFEITURA DE PARATY, 1994 *apud* ALMEIDA, 1997, p. 35).

A Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty foi criada em 11 de outubro de 1984 pela Lei Municipal Nº 685 e complementada posteriormente, a Estação Ecológica Tamoios foi Criada pelo Decreto nº 98864, de 30 de outubro de 1992, e a APA das Praias de São Gonçalo e São Gonçalinho foi criada pela Lei Municipal 1.239, de 11 de junho de 2001 (MELLO, 2006).

Gomes et al., (2004), apoiada nas formulações de Almeida (1997), chama atenção a necessidade de estarmos atentos a ausência da participação das comunidades locais nos processos de decisão que desencadearam a instituição dessas Unidades bem como em outros processos ocorridos em Paraty.

Almeida (1997) reforça que em documentos que municiaram o seu trabalho (tais como INCRA, 1986; PLANAVE, 1977 e SOUZA, 1994), há um consenso que a abertura da Rio-Santos está ligada aos fatores preponderantes da degradação ambiental de Paraty, a saber: a valorização das terras e a especulação imobiliária. A autora ressalta que a construção da rodovia causou vários impactos socioambientais e implicou também em outros danos, tais como:

[...] Acelerar a ocupação desordenada do solo para fins urbanos, que ocorreu em áreas de manguezais como a Ilha das Cobras e Parque da Mangueira, que agravam as condições de saneamento do bairro histórico (PREFEITURA DE PARATY, 1994 *apud* ALMEIDA, 1997, p. 33:34).

O que se nota no caso de Paraty é que diversas vezes foram priorizados os interesses turísticos e empresariais em detrimento da população do meio rural. Isso se reflete na facilidade de acesso dada a esses agentes quando do “redescobrimto de Paraty”, culminando em expulsões ou batalhas intermináveis pela posse das terras, como ocorreram em vários lugares do litoral Sul, por exemplo, Trindade contra a Brascan¹⁹ e o Laranjeiras, condomínio fechado de alto padrão, e Campinho da Independência, que sofreu pressões por

¹⁹ Brascan (Brazilian Canadian Corp.), uma holding com sede em Luxemburgo, composta por 240 empresas, das quais apenas oito eram brasileiras: Banco de Investimento Industrial S.A.; Banco Real de Investimento S. A.; Cia. Antártica Paulista Cobrapar; Cia. Brasileira de Participação; Klabin Irmãos & Cia; Monteiro Aranha Engenharia, Comércio e Indústria S.A.; Banco Safra de Desenvolvimento S.A.; Cia. Nacional de Tecidos (FEITOSA E SILVA, 2015).

parte de vários agentes em suas áreas até conseguir a titulação. No entanto, a criação de reservas nos parece uma tentativa de circunscrever algumas áreas e deixá-las fora do mercado de terras e da especulação.

Notícias veiculadas no ano de 1950 abalizam as tentativas de mudanças mais significativas relacionadas à questão fundiária no estado. Em matéria publicada no jornal *Correio da Manhã* de 1959 constava que o governador Roberto Silveira empreendeu ações no intuito de solucionar alguns conflitos por terras no âmbito estadual, como em Pedra Lisa, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João da Barra, entre outros, os quais veremos adiante, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, através do Plano de Ação Agrária (*Correio da Manhã*, 5/05/1959, p. 4).

O Plano de Ação Agrária referido acima era vinculado à Secretaria do Trabalho, e foi idealizado para lidar com os problemas agrários no estado do Rio de Janeiro. Foi enviado pelo Governador Roberto Silveira para a apreciação da Assembleia Legislativa no ano de 1959 (GRYNSZPAN, 1987). Segundo a mensagem do Governador veiculada pelo jornal *Correio da Manhã* do dia 5 de maio de 1959, o primeiro passo seria o combate ao latifúndio, levando os donos das terras a torná-las produtivas. Também deveriam ser delimitadas as áreas cultivadas por posseiros que estivessem em litígio, a saber: Pedra Lisa, Embariê, Piranema, Ramal de Xerém, Fazenda do Camarão, Porto Salgado, Palmeiras, Estrela Velha, e fazendas do Mato Grosso, do Largo, Bom Jardim, Carrapato, Rio das Ostras, Califórnia e outras localizadas nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, São João da Barra e Casimiro e Abreu.

O Plano também previa que fossem demarcadas as terras devolutas, priorizando aquelas situadas em Paraty, e nas regiões do Imbé e Mocotó, e nos municípios de Campos, São Fidélis, Santa Maria Madalena e Conceição de Macabu (*Correio da Manhã*, de 5/05/1959, p. 4). Além disso, estabelecia ainda que fossem criadas subdelegacias de polícia agrária nestas áreas para “assegurar a tranquilidade das famílias dos trabalhadores rurais” (GRYNSZPAN, 1987, p. 235).

O Projeto sofreu resistência para sua aprovação por parte de setores mais conservadores, e Grynszpan (1987) aponta, entre eles, a União Democrática Nacional (UDN). A oposição encontrada na Assembleia Legislativa recaía, principalmente, sobre a seguinte passagem do Plano: “todos os proprietários rurais deverão declarar o justo valor de suas terras, excluídas as benfeitorias, para efeito de indenização por desapropriação rural” (*Correio da Manhã*, 5/05/1959, p. 4), ou seja, a parte onde se determinava que todos eram obrigados a declarar até o final daquele ano – dezembro de 1959 – o valor de suas terras.

Mário Grynszpan nos alerta que estes fatos contribuíram para que o Governo enviasse uma segunda proposta para apreciação, e dessa maneira foi produzido o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado, substituindo a primeira proposta. Através dele foram encaminhadas as desapropriações de várias áreas no Rio de Janeiro até o ano de 1963:

O governo estadual decretou através do Plano de Ação Agrária a desapropriação das fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu, em 1958, entre 1959 e 1963, a desapropriação de dezoito áreas (GRYNSZPAN, 1987, p. 195).

Entre as fazendas desapropriadas duas delas se encontravam no município de Paraty, as fazendas Paraty-Mirim e Independência²⁰, cuja peculiaridade da inclusão dessa região ficará mais clara nos próximos capítulos, pois apostamos em sua relação com as investidas de pretensos proprietários na área que compreende as duas fazendas.

No entanto, mesmo após essa iniciativa de Roberto Silveira, já na década de 1970, ainda havia forte tensão devido à tentativa de expulsão de posseiros por pretensos proprietários e também a intervenção de órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em conflitos na região, atuando contra os trabalhadores (ALMEIDA, 1997).

Como informam Feitosa e Silva (2015, p. 303) “no mosaico constituído pelos projetos de desenvolvimento turístico, industrial e ambiental para o litoral sul fluminense forjou-se uma intensa e complexa conflituosidade em relação às terras”. As autoras observam que decorreu também uma negação da população local quanto à elaboração e realização destes projetos. Em resultado, houve uma grande ação repressiva aos posseiros da região. Para ilustrar tais situações dispomos abaixo o depoimento de um dos interlocutores de nossa pesquisa:

Teve vários casos [de pessoas expulsas da área do Parque Nacional da Serra da Bocaina], inclusive pessoas que hoje moram na Ilha das Cobras e Mangueira, que hoje são dois bairros periféricos da cidade de Paraty. A maioria dessas pessoas vieram dessas [áreas] costeiras e do interior, Penha, Ponte Branca, Corisco, Paraty-Mirim, Cabral, Córrego dos Micos, foram migrando para lá porque os agentes do IBDF daquela ocasião [...] apreendiam armas de caças, apreendiam gaiolas com pássaro. As pessoas iam fazer suas plantações de subsistência e eram presas porque estavam desmatando. Na realidade não havia desmatamento, era simplesmente você pegar uma área desmatada e refazer o plantio. Enfim, com isso, houve um período, de 78 pra 85, muito forte. E as pessoas desistiam: 'Não posso mais plantar, não posso mais morar aqui... Eu vou morar numa periferia da cidade, Ilha das Cobras'. [...] Porque teve época que eles vinham armado, um grupo de policiais grande e fazia as pessoas... Além de algumas pessoas serem presas outras eram obrigadas a deixarem suas casas, eles botavam fogo, queimavam. [...] Isso ocorreu em Pedras Azuis, Córrego dos Micos, Independência, Campinho, Patrimônio, divisa de Ubatuba, Forquilha, Corisco, Coriscão, Penha, Ponte Branca, Pantanal, Graúna, Rio dos Meros, Cabral, Paraty Mirim, Serraria, Barra Grande, Taquari, São Roque, São Gonçalo, Tarituba, Chapéu do Sol e Prainha, em todos esses lugares ocorreu isso aí. Ocorreu essas manifestações do IBDF (Justino, 51 anos, morador de Novo Horizonte. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 16/10/2015, grifos nossos).

A narrativa do entrevistado é elucidativa sobre os procedimentos adotados pelos guardas florestais do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) nos anos de 1970 para com os trabalhadores, posto que agiram expulsando os pescadores e agricultores em Paraty, tal como procederam em outras regiões do estado²¹. Mas seu depoimento revela,

²⁰ Grynszpan (1987, p. 196) demonstra que não havia informações nos jornais consultados sobre as lutas em qualquer das duas fazendas.

²¹ Para mais informações sobre a atuação do IBDF no meio rural em outros locais do estado do Rio de Janeiro sugerimos uma consulta ao trabalho de Maia e Teló (2015).

sobretudo, que essas situações ocorreram em diversos locais do município e que a repressão também era perpetrada por agentes sociais diversos. O interlocutor chama atenção para a atuação de policiais armados que operavam por meio de prisões ou incendiando as casas dos trabalhadores.

1.7 Os conflitos fundiários no litoral Sul

Como pôde ser observado ao longo deste capítulo, várias foram as mudanças na região que impactaram a vida política, social e econômica de Paraty, bem como foram responsáveis pelo recrudescimento dos conflitos fundiários, principalmente a partir da construção da rodovia Rio-Santos e da importância que ganhou o turismo. No caso do litoral Sul os atingidos foram aqueles conhecidos como *caiçaras* e comunidades negras descendentes de antigos escravos.

A seguir apresentaremos um quadro geral de alguns dos conflitos fundiários ocorridos em Paraty, desencadeados pelos processos mencionados ao longo deste capítulo, com o objetivo de apresentar, mesmo que minimamente, um panorama das consequências da ação do Estado estimulando empreendimentos turísticos e industriais cujos efeitos serão explorados ao longo deste trabalho, porém, de modo mais minucioso com o foco direcionado ao caso de Campinho da Independência.

Os conflitos selecionados foram aqueles que ocorreram na Praia do Sono, Trindade, São Gonçalo, São Gonçalinho, Taquari, Barra Grande, São Roque, Patrimônio, Paraty-Mirim, Pedras Azuis e Campinho da Independência. Estes casos serão pontuados brevemente, sem a riqueza de detalhes adequada para apreensão de sua complexidade²².

A Praia do Sono pode ser acessada a partir de uma trilha que passa pelo condomínio Laranjeiras. Está situada tanto na APA do Caiuru quanto na Reserva Ecológica de Juatinga. Por volta da década de 1970 ocupavam as terras do Sono várias famílias que sobreviviam da lavoura e da pesca. Após a divulgação da notícia de construção de estradas na região, começaram a surgir aqueles que se diziam proprietários no intuito de açambarcar as terras, entre eles Gibrail Nubile Tannus. Entre as estratégias utilizadas por esses agentes com vistas à expulsão dos moradores, pode-se indicar as assinaturas de termos de comodato²³, a utilização das terras na região como área de pastagem para o gado, prejudicando as lavouras dos moradores e, além disso, cercar a liberdade de ir e vir dos moradores através da construção de uma porteira, bem como a contratação dos chamados *jagunços* na localidade submetendo a população a ameaças constantes. Nesse interim, os moradores viveram sob vários tipos de violação de direitos, tais como as ameaças de despejo e os despejos consumados, destruição de benfeitorias e até mesmo agressões físicas.

Trindade está situada na APA Caiuru e é limítrofe ao estado de São Paulo. Parte do lugar foi incluso nos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina, a partir da publicação do decreto de 1972, como visto anteriormente. Antes da construção da rodovia ocupavam aquelas terras muitas famílias vivendo das lavouras e da pesca, assim como as famílias que residiam na Praia do Sono. No entanto, esse modo de vida começou a ser alterado quando a

²² Para mais informações sobre os casos de conflitos dispostos sugerimos uma consulta a Fetag/RJ (06/1981), Fetag/RJ (15/10/1981), Fetag/RJ e SEAF (06/1990), Braga (1983), Siqueira (1984), ao documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979), e a Feitosa e Silva (2015).

²³ O comodato é uma modalidade contratual também muito praticada no meio rural entre proprietários e trabalhadores da terra. Contrato pelo qual o proprietário entrega a posse do imóvel por determinado período a um terceiro, a título gratuito.

Adela-Brascan chegou à região após comprar os títulos da Fazenda Laranjeiras. Na década de 1970, após essa transação de venda, tiveram início várias situações de violências infligidas aos moradores, tais como a presença dos *jagunços* munidos de armas de fogo na região, a destruição das casas e benfeitorias, perseguições, despejos, e até um caso de violência sexual. Esses conflitos seguiram ao longo dos anos, sendo amenizados em 1981, quando a empresa vigente no período indicado, a Cobra-Cinco, e os moradores, entraram em acordo.

No que concerne a Taquari, Barra Grande e São Roque, residiam naquelas terras várias famílias sobrevivendo do plantio de lavouras. Na década de 1940 surgiu na região um pretense proprietário alegando ser o dono do local. Os moradores passaram a ser pressionados e entregar parte de sua produção e coagidos pela presença de *jagunços*. Um deles se apresentava, inclusive, como sargento do Exército. Além disso, registra-se que na década de 1970 passaram a sofrer também proibições por parte do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), pois este órgão limitava ainda mais a utilização dos recursos pelas famílias. Constantes eram as proibições e a ameaça eminente de expropriação.

São Gonçalo e São Gonçalinho são localidades situadas no 3º distrito de Paraty. Os lugares eram ocupados por muitas famílias de posseiros que viviam dos trabalhos nos roçados. Os moradores desses locais entraram em confronto com a empresa White Martins S/A, pois a partir de sua chegada ao local foram registrados vários casos de violência contra os trabalhadores, intensificados a partir da construção da rodovia Rio-Santos. Várias foram as estratégias utilizadas por esses agentes para pressionar os trabalhadores, tais como: tentativas de expulsão, destruição de lavouras, proibições, espancamentos, e até o assassinato de dois trabalhadores. Há registros de que essa empresa também foi denunciada por manter pessoas em trabalhos análogos ao escravo.

Patrimônio está situado no segundo distrito de Paraty, quase divisa com São Paulo, basicamente formado por colonos do período do Plano de Ação Agrária do Roberto Silveira, o que justifica o fato do conflito que ali se instaurou ter se estendido para a área do Campinho da Independência, como veremos nos próximos capítulos. O local atrai as investidas de pretensos proprietários desde a década de 1970, entre eles, uma empresa imobiliária que acionou a justiça contra os trabalhadores. Diante de várias situações de pressão os posseiros recorreram ao apoio de algumas instituições, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty (STR) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em Paraty-Mirim as terras eram ocupadas por várias pessoas e essa área sofreu intervenções governamentais nas décadas de 1960 e 1970. A área desapropriada pertencia à fazenda Paraty-Mirim, mas também à fazenda Independência, entendidas como áreas contíguas. A desapropriação em 1960 objetivou assentar famílias de lavradores e criar na área uma colônia agrícola, o que motivou a chegada de pessoas de vários estados brasileiros para esse local. Nos anos de 1970, o governo do Rio de Janeiro doou a área para a Companhia de Turismo do Estado do Rio S.A. (Flumitur) para fins de desenvolvimento de um projeto turístico. Este fato ocasionou a apropriação dessas terras por diversos pretensos proprietários. Nesse interim ocorreram diversas ameaças de expulsão aos moradores, feitas através de ações judiciais e através da violência privada, por meio dos chamados *jagunços* e de guardas armados. Houve ainda a tentativa de remover pessoas do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que viviam no local desde a década de 1960, para Paraty-Mirim.

O lugar denominado Pedras Azuis está situado no 2º distrito de Paraty. As famílias que viviam no lugar passaram a sofrer pressões na década de 1970 a partir da chegada de um pretense proprietário que para atingir seus objetivos lançou mão de algumas estratégias de violência, como aquelas já vistas neste texto. Este fato reflete o caráter comum dessas estratégias na região, ou seja, a presença de *jagunços* munidos com armados de fogo, as

ameaças de despejos, e o cercamento das lavouras dos trabalhadores. Tais situações foram denunciadas às autoridades locais pelos lavradores, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty (STR), e também a Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ). Contudo, ainda na década de 1980, a situação perdurava.

No caso de Campinho da Independência, os moradores enfrentaram várias disputas ao longo das décadas até receber a titulação das terras. Algumas estavam associadas a eventos na região como a instituição, em 1971, do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), e a abertura da rodovia Rio-Santos, BR 101, nos anos de 1970, perpassando as terras da comunidade. A partir da estruturação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) local, o grupo foi assessorado juridicamente na justiça em busca de seus direitos. Analisaremos mais detidamente como se forjaram as lutas e como se estabeleceu a *resistência cotidiana* desse grupo frente aos processos citados acima e a muitos outros, nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA: A BASE DAS LUTAS E DA RESISTÊNCIA

Este capítulo destina-se a apresentar o *locus* empírico da pesquisa, Campinho da Independência, e o contexto onde se forjaram os atores sociais e suas lutas por meio do resgate da história do lugar e de como se deu o processo de ocupação da área. Durante o exercício de recuperar as formas de *resistência cotidiana* dos moradores, através da literatura disponível e por meio da memória, buscamos perceber o momento no qual se defrontaram com outros atores e tentamos uma aproximação sobre quando vão surgindo as ameaças.

A experiência dos moradores que nos propomos a recuperar só pode ser apreendida através do filtro da memória. Essa memória, individual ou coletiva, é composta por alguns elementos elencados por Pollak, tais como: os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, ou seja, “acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, 201).

Para Portelli(1998, p. 7) “essa memória não é um núcleo compacto e impenetrável [...], mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico”. O autor salienta que sua elaboração e o ato de lembrar são sempre individuais, mas através dos relatos orais constrói-se uma memória coletiva. Ela é fundamentada nas experiências dos atores sociais, mas “distinta das memórias pessoais nas quais se baseia” (PORTELLI, 1998, p. 22).

Observamos uma memória coletiva (HALBWACHS, 2004) cristalizada em Campinho, uma história que se perpetua através dos relatos orais sobre a escravidão, as três mulheres herdeiras da terra e as lutas, como veremos adiante.

2.1 O *locus* empírico

Campinho da Independência é uma comunidade negra situada no 2º Distrito do município de Paraty, no litoral Sul do estado do Rio de Janeiro. O lugar ganhou notoriedade devido ao triunfo de seus moradores frente aos processos de disputa por suas terras e por ser a primeira comunidade quilombola a receber a titulação no estado, em 1999, com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988²⁴.

A partir de nossa pesquisa, inferimos que a história das lutas em Campinho está diretamente relacionada ao destino de três fazendas limítrofes existentes naquela região: Pedras Azuis, Paraty-Mirim e Independência. Campinho é parte da área denominada

²⁴ Diz o Artigo 68: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT).

Independência, uma fazenda que no século XIX era um lugar de plantio de cana de açúcar e café, e viviam no local vários escravos (LIMA, 2008).

Há registros de que essas áreas sofreram intervenções fundiárias desde os anos de 1940, afetando toda a região. É nesse sentido que tomamos Campinho como ponto de partida para tratar, embora de modo incipiente, do que ocorreu com as terras das três fazendas, que possuem uma história interligada, fato para o qual chamamos a atenção na Introdução desta dissertação.

Para explicar a origem daquelas terras, seu José²⁵, um dos moradores de Campinho, rememorou os contos que ouvia de sua avó quando era criança. Segundo seu relato, os donos das áreas correspondentes às três fazendas na época da escravidão (Pedras Azuis, Paraty-Mirim e Independência) eram de três irmãos portugueses. Cada um deles era proprietário de uma delas. Conforme sua avó, o proprietário da fazenda Independência era o mais cruel com os seus escravos: “Esse de cá [proprietário da Independência], dizem que *judiava* de escravo pra caramba”. Ainda segundo ele, ao fugir um dos escravos das fazendas Pedras Azuis ou Paraty-Mirim, o capataz logo era acionado para localizá-lo. No entanto, após a captura, este não era levado para o seu senhor: as ordens prévias determinavam que fosse levado para Independência. Ao chegar às terras da fazenda, era realizada uma troca entre os irmãos: o senhor da Independência recebia o escravo fujão e entregava um dos seus para substituí-lo na fazenda do irmão. Esta era uma das maneiras de punir os escravos de Pedras Azuis e Paraty-Mirim, uma vez que: “aquele fujão ia *padecer* na mão do irmão [proprietário da Independência] dele lá”.

Além das histórias de sua avó, seu José relata aquelas que ouvia de sua tia Joaquina. Ele lembra que em suas memórias sempre surgia a figura de um escravo chamado Domingão, que servia em Pedras Azuis. Joaquina explicava que Domingão era avaliado como um escravo rebelde e *respondão* aos olhos do senhor da fazenda. Argumentava que, devido à sua conduta, um dia recebeu ordem de subir em uma das árvores mais altas, localizada bem em frente a janela do salão da fazenda. Após o escravo estar sobre a árvore e sob sua mira, o senhor desferiu um tiro em sua direção, assassinando-o. Quando seu corpo inerte despencou da árvore em frente aos outros escravos, o senhor apenas ordenou-lhes que providenciassem uma cova e enterrassem o corpo ali mesmo.

Os relatos dessas experiências vivenciadas no âmbito da relação de subordinação estabelecida entre os ancestrais dos de Campinho e os detentores do poder na região, são passados de geração a geração e são fundamentais para compreendermos que “as práticas de dominação e exploração geram normalmente insultos e ofensas à dignidade humana, que por sua vez alimentam um *discurso oculto* de indignação” (SCOTT, 2013, p. 35), revelado em situações limite, como no caso de Domingos, que arriscou “dizer a verdade ao poder” (SCOTT, 2013, 27) de modo a ser avaliado como um escravo *respondão*.

Um estudo centrado no conteúdo desses discursos privilegia “a experiência social do ultraje, do controle, da submissão, da humilhação, da deferência forçada e do castigo” (SCOTT, 2013, p 163). Experiências estas explicitadas pelo interlocutor quando aciona as categorias *padecer* e *judiação*, interpretadas aqui como uma forma de qualificar a violência sofrida por aqueles escravos, para explicar como sentiam na pele o peso da opressão com a qual eram tratados por parte de seus senhores.

A memória coletiva desses acontecimentos é elaborada pelo grupo e sofre diversas reformulações ao longo dos anos, na passagem dos mais velhos para os novos e em novos contextos de ação. Os relatos sobre a terra ocupada primeiramente pelos escravos foram

²⁵ José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015.

passados por gerações e a perpetuação dessa memória demonstra sua eficácia enquanto contribui para construção de uma demanda comum entre os moradores de Campinho.

Ao passo que essa memória estabelece uma conexão do grupo atual com seus ancestrais, conseqüentemente legitima sua luta pela posse da terra, pois evoca a ocupação primeira do lugar pelos antigos e assim valida o seu direito, reivindicando a “justiça” de sua manutenção ali após uma existência sofrida durante o período escravocrata, o abandono das terras pelos senhores²⁶ e frente a tantos outros processos de assédio desencadeados por agentes diversos ao longo do século XX, tais como o surgimento de outras pessoas interessadas nas terras de Independência a partir, inclusive, de ações governamentais.

Scott afirma que a “resistência tem origem, pois, não apenas na apropriação material nas relações de classe, mas também nos mecanismos de humilhação pessoal que caracterizam essa exploração” (SCOTT, 2013, p. 163). Em consonância com as ideias de Scott (2013), Honneth (2003) trata das ofensas à dignidade como *experiências de desrespeito*. Essas experiências são materializadas muitas vezes através de lesões físicas, mas também através de outras violações ligadas às experiências de rebaixamento e ao “sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção” (HONNETH, 2003, p. 215), como é o caso de muitos grupos considerados menos favorecidos diante de vários tipos de elite.

O sentimento de indignação despertado nessas situações termina por desencadear resistências práticas, o que entendemos aqui como as formas de luta desses atores. Para Honneth as *lutas sociais* devem ser explicadas a partir de sentimentos de injustiça e de desrespeito, “os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais” (HONNETH, 2003, p. 258). Por sua vez, Comerford (1999, p. 19) explica que o termo luta “assume diferentes significados e esses diferentes significados remetem a diferentes situações, agentes e relações, e fazem parte de discursos distintos”.

A partir das considerações acima, percebemos que o termo *luta* na situação de nossa pesquisa assume diferentes conteúdos, no sentido de determinar momentos em que as ações de resistência dos atores sociais avocam um caráter mais ou menos expressivo a partir de suas experiências. No caso de Campinho, as lutas sucedem em dois planos, ou seja, num nível menos explícito, caracterizado por formas de *resistência cotidiana*, ou também através de embates mais visíveis, caracterizados pelas disputas declaradas.

Interessa-nos aqui, antes de adentrarmos nas práticas de *resistência cotidiana*, constituintes do *discurso oculto* desses atores, apresentadas no capítulo III, compreender quais foram os processos que ofereceram as estruturas de dominação, exploração, ou ameaça que alimentaram o discurso dos moradores de Campinho ao longo dos anos frente a vários processos após receberem a doação das terras dos antigos senhores, tais como: a chegada dos primeiros agentes externos em Independência entre os anos de 1926 e 1950, inclusive, através de incentivos governamentais; o interesse de pretensos proprietários nos anos de 1960 e a chegada de mais pessoas externas à região, também por intermédio do governo do estado; a instituição de Unidades de Conservação no litoral Sul, e a construção e abertura ao tráfego da rodovia Rio-Santos nos anos de 1970, entre outros, que contextualizaram as limitações do uso dos recursos naturais e florestais necessários a sobrevivência e até mesmo a manutenção dos grupos no local.

²⁶ Gusmão explica que através das três mulheres herdeiras da terra se operou uma transformação na relação entre o senhor e os escravos, dando origem a uma dívida do primeiro para com os segundos, e nesse sentido a “dívida por serviços prestados no campo do trabalho, sexo e maternidade, na oralidade transforma-se em direito. O senhor é devedor cuja dívida é paga através da doação da terra” (GUSMÃO, 1995, p. 152).

Piven e Cloward (1977, p. 20) *apud* Scott (2011, p. 236) argumentam que “as pessoas sofrem privação e opressão em um contexto concreto [...] e é a experiência concreta que molda seu descontentamento em queixas específicas voltadas para alvos específicos”. Nesse sentido, os moradores do litoral Sul do Rio de Janeiro assistiram muitas intervenções fundiárias na região e alguns grupos necessitaram reagir e o fizeram das mais diferentes formas. À medida que reagiam, os atores sociais explicitavam, embora genericamente, o que aferiam como ameaça.

2.1.1 O povoamento das terras das fazendas após a doação dos senhores e a formação do bairro rural

A decadência econômica que atingiu Paraty associada à abolição da escravatura fez parte de uma gama de fatores que contribuíram para o abandono das terras das fazendas da região ou até mesmo para situações de doação aos negros, antigos escravos, que permaneceram nesses locais após esse período, como foi o caso dos remanescentes na fazenda Independência. Conforme relatam os moradores, o lugar foi fundado por três mulheres: Antonica, Marcelina e Luiza. Gusmão (1995, p. 148) *apud* Lima (2008, p. 57) aponta que eram escravas que viviam na casa grande da fazenda Independência e Antonica era, inclusive, mãe de um dos filhos do senhor²⁷.

Estas mulheres eram “dotadas de ofício: teciam, bordavam, penteavam para os brancos. Tinham saberes. Tinham posses e tinham, no caso de Marcelina o dom de ‘rezar os outros’” (GUSMÃO, 1995, p. 46). Com o fim da escravidão, as três mulheres receberam terras do senhor através de doação que, porém, não foi documentada.

Chegaram em uma época que só existia no lugar a mata verde, isto é, foram os primeiros a desbravar aqueles locais. Entre essas pessoas que chegaram estava vó Tonica (Antonica) e seu marido, o pai Doro (Teodoro). Junto a eles chegaram também uma prima de vó Tonica, a Luiza, e também a sua irmã, a Marcelina. Como já discutido por Gusmão (1990; 1995) essas três mulheres foram responsáveis por povoar o lugar e lá continuaram vivendo e praticamente todos os moradores são seus descendentes:

Aí daí, então, a minha bisavó teve bastante filho. Teve a minha avó, teve os meus tios, os irmãos do meu pai, todos moraram aqui. Alguns depois foram embora para Santos e por lá mesmo morreram e assim foi povoando o lugar (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Lima (2008) chama atenção em seu trabalho que o companheiro de Antonica, Theodoro Bernardo, é um dos poucos homens presentes na memória do grupo na ocasião de sua pesquisa. A autora informa que ele era pai dos filhos de Antonica e, possivelmente, escravo da fazenda Independência. Destaco aqui este ponto para reforçar que durante o meu trabalho de Campo, o pai Doro, o marido de Antonica, foi também o único nome dos homens daquele período mencionado durante as conversas:

²⁷ Esse fato não era incomum e produzia também, por vezes, certa diferenciação no tratamento dos escravos. Versiani (2007, p. 173), citando Gilberto Freyre (1981), demonstra que haveria de fato uma diferenciação, uma hierarquia entre eles, ocupando os domésticos a posição superior aos escravos do eito.

Meu pai sempre contava que ele conheceu o avô dele, mas muito, muito pouco. Ele conheceu mais a avó, que era a avó Tonica. O avô mesmo que era o pai Doró ele disse que viu muito pouco porque já alcançou ele doente. Já tava de cama, ele só viu que o avô dele era um homem alto, assim o negrão grandão. Alto e magro. Mas ele já tava na cama já. Quando levantava não tinha mais... [firmeza]. Coitado! Sofreu tanto na escravidão que ele já nem ficava mais em pé. Já andava assim todo arqueado. Diz que a coluna do homem já tava cheia de vergão de tanto que ele tinha sofrido [no período da escravidão]. Não era mole não! (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, adendo nosso).

Para tentar compreender a posição ocupada pelos homens do grupo nos foram valiosas ainda as contribuições de Gusmão:

Há no interior do grupo um lugar da mulher e um lugar do homem que se revelam de diversas maneiras. O homem só participa do espaço feminino na condição de descendente. Na condição de companheiro sua participação é relativa e dependente. [...] No viver cotidiano, ainda que no nível ideal o homem fique como centro, são as mulheres o ponto focal do sistema familiar e de parentesco. O que conta é a mulher e seus filhos. É em referencia a mãe e seus filhos que se pensa os parentes (GUSMÃO, 1990, p. 71).

Entende-se que desde o princípio as mulheres por serem as herdeiras da terra foram as responsáveis por transmitir o direito a elas para os seus descendentes, então o direito está ligado à maternidade (GUSMÃO, 1990; 1995). Tal como discutido pela autora, a mulher no grupo muitas vezes assume o papel de provedora da família quando necessário, e também de auxiliar das outras mulheres, principalmente no que concerne à criação dos filhos, provenientes de relacionamentos tanto com homens do grupo quanto com aqueles externos. Destacamos esse ponto, pois ele foi reforçado durante as conversas com as mulheres em nosso trabalho de campo. Ouvimos, inclusive, de uma interlocutora, dona Alice: “aqui as mulheres não têm filhos confiadas nos homens”.

Segundo Ceperj (2010, p. 25), “a memória coletiva das famílias em Campinho da Independência registra sua formação por volta de 1750”, ou seja, bem antes do fim da escravidão e da ocasião de doação das terras. No entanto, durante nossa pesquisa alguns interlocutores informam que o período exato da chegada dessas famílias ao local nunca lhes foi informado por seus pais, mas acreditam que pode ter ocorrido logo após a abolição do regime escravocrata, pois segundo as histórias que ouviram, foi durante esse período que o senhor da fazenda cedeu aos primeiros libertos algumas ferramentas e os mandou adentrar as terras.

Aqueles que adentraram as terras da fazenda iniciaram a derrubada de uma área na mata para que pudessem iniciar seus plantios, terras ainda não cultivadas no período da escravidão. Devido à escassez de comida, considerando o período natural entre o preparo da terra, plantio e colheita, os moradores se alimentavam das frutas disponíveis, de palmito, e dos pescados.

“Aos poucos os negros foram ocupando o sertão da fazenda, que depois ficou conhecido como Sertão da Independência” (LIMA, 2008, p. 55). Para explicar a nomenclatura inicial do lugar os moradores esclarecem: aqueles que viviam a beira mar, por exemplo, em Sono, Laranjeiras e Trindade, eram chamados de *caiçaras*, por sua vez, aqueles que moravam no centro da região, eram considerados moradores do Sertão. Sertão da Independência passou

a ser denominado de Campinho da Independência a partir da construção de um pequeno campo de futebol para as crianças do lugar²⁸.

Lima (2008) salienta que entre as fazendas Independência e Paraty-Mirim havia um vale, e as casas que ali eram construídas não eram fixas. Construíam, demoliam, reconstruíam em outros locais e cultivavam seus roçados mais adiante, essa era a dinâmica. Um sistema típico da lavoura tradicional em que as terras são abertas e, depois abandonadas, quando perdem a fertilidade.

As casas eram construídas de estuque e pau a pique. Por essa época, as paredes das casas do lugar ainda não eram construídas de alvenaria, eram utilizadas madeiras de bambu e barro para sua confecção, e eram cobertas de sapê. Nas portas não havia trancas. Como relata um dos moradores, seu Márcio, os moradores utilizavam apenas uma *tramela*²⁹. Dormiam no que chamam de *tarimba*³⁰. Quatro estacas eram ficadas no chão feito de barro batido e sobre essas estacas era disposta uma esteira:

Naquela época mais era esteira, porque colchão não existia por aqui. A gente dava graças a Deus de comprar um pano pra vestir. Ia comprar pano pra fazer colchão? Tudo isso era antes da Rio-Santos (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Era esteira, porque naquela época não existia colchão. E era isso que a gente vivia. Mas era muito bom, mesmo assim (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015).

Nota-se nos depoimentos que a construção da rodovia Rio-Santos é acionada para determinar um contexto de mudanças na região. Durante o exercício de recuperar as memórias dos moradores, facilmente flui em suas falas uma oposição entre passado e presente utilizando a rodovia como um marco, porém, como um marco de mudanças e não necessariamente das disputas, pois como veremos adiante, elas tiveram início antes dos anos de 1970.

Analisando o trabalho de Gusmão (1990; 1995) percebemos que quando o grupo se estabeleceu em Independência, após a doação das terras, estabeleceu-se uma divisão espacial. Dentro de Independência formou-se a “comunidade-bairro”³¹, correspondente a área demarcada para legalização da posse, como veremos adiante. Passaram a habitar o lugar várias famílias descendentes das três mulheres, que se reproduziram nas terras utilizando os

²⁸ Os moradores contam que havia no local um campo que as crianças da comunidade utilizavam para suas atividades recreativas, mas este também era utilizado pelos adultos que possuíam a preferência na hora dos jogos. Um dos moradores cedeu às crianças uma área para construírem o seu próprio campo, porém, o lugar não era tão amplo. Com a ajuda dos adultos as crianças prepararam o campo e a partir da inauguração os adultos também passaram a dar preferência à realização dos seus jogos no campinho, pois ficava mais próximo das casas de morada.

²⁹ Fechadura confeccionada a partir de uma peça de madeira que gira ao redor de um prego.

³⁰ Tarimba é uma estrutura plana de madeira.

³¹ A autora utiliza esse termo fazendo referência ao espaço físico e social dos sítios. Ela explica que, além disso, “a ‘comunidade-bairro’ tem por conteúdo o conjunto de relações entre moradores da área territorial específica, unidos por sentimentos ligados ao parentesco, à localidade, vizinhança, etc.” (GUSMÃO, 1990, p. 32).

recursos naturais de que dispunham³². A autora salienta ainda que se formaram no local 16 sítios, cada um deles pertencente a uma família de orientação, as famílias mais antigas. Em cada um deles foram distribuídas ao longo do tempo as diversas unidades familiares que compõem a “comunidade-bairro”, as famílias dos descendentes, perfazendo um total de 50 famílias nucleares (GUSMÃO, 1990).

De acordo com os moradores os casamentos ocorriam na comunidade e entre os próprios parentes. Gusmão (1995) salienta que o casamento se dava preferencialmente entre primos cruzados. Mas devemos considerar que em um caso ou outro havia um casamento com alguém externo, fora do círculo de parentes. Para Gusmão (1995), quando esses casos ocorriam, os cônjuges não oriundos da comunidade eram entendidos como não parentes e seus descendentes como aparentados. Isso acontecia quando aqueles que saíam da comunidade para trabalhar fora ou por outros motivos, se casavam com pessoas de outros lugares. Nesses casos, há situações nas quais as parceiras foram levadas para morar na comunidade. Da mesma forma ocorreu com as mulheres, pois algumas saíram da comunidade por determinado período e terminaram por se casar em outros locais. Sobre isso um dos moradores nos disse:

A maioria da turma aqui era casado com pessoas daqui mesmo, primo com primo. Às vezes é primo mais chegado e outros primos mais longe, mas era sempre com parente. Igual índio, tipo índio. Os que saíram, por exemplo, igual o meu tio saiu pra... Morou no Rio, Santos... Esses daí já casaram com pessoas de lá, né? Foram solteiros, aí conheceram as moças lá e casaram lá mesmo. Alguns até vieram pra cá e trouxeram as mulheres pra cá. Aí a mulher não é daqui, é de lá. Mas os que foram criados aqui ficaram aqui mesmo... Às vezes saía daqui ia só lá fora trabalhar, mas voltava aí casavam com as moças daqui mesmo. Algumas moças também daqui que às vezes foi pro Rio conheceu algum cara lá. Igual a minha tia mesmo, ela agora faleceu. Ela foi pro Rio nova, lá conheceu o rapaz, casou, teve filho. Mas ela é filha daqui e o marido dela é campista, de Campos. Se conheceram no Rio. Tia Paulina. A tia Chiquinha também, ela casou lá. Ela era filha daqui, mas foi embora pro Rio. Casou com um rapaz de lá também (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifos nossos).

Dona Regina explica que antes da construção da rodovia Rio-Santos já era comum a saída dos homens para trabalhar fora da comunidade. Muitos iam de barco para locais como Coroa Grande, em Itaguaí-RJ, e para os bananais de Santos. Sobre isso, também destaca Lima (2008):

Essa era a realidade antes da passagem da BR-101, quando somente os homens trabalhavam fora, em fazenda de plantação de banana, ou em barcos de pesca no Rio de Janeiro ou em Santos. Os homens, então, andavam doze horas a pé até Ubatuba, quando de lá pegavam uma condução marítima até Santos (LIMA, 2008, p. 59, grifo nosso).

Dona Regina argumenta que a carga de trabalho fora de casa, nesses casos, era um dos fatores que favorecia os casamentos locais. Ela salienta que, ao chegarem aos postos de

³² Segundo Linhares (2014, p. 100), no ano de 2014, lá vivia cerca de 110 famílias, somando 450 pessoas em 14 núcleos. O que demonstra o aumento populacional no lugar.

trabalho, os homens seguiam direto para os sítios de banana, após as tarefas recebiam o dinheiro e logo voltavam para casa. Ela acredita que em muitos casos não havia tempo hábil para que procurassem outras parceiras.

Sobre os recursos naturais dos quais essas famílias dispunham, eram usufruídos em um sistema de classificação entendido como *uso comum* (GUSMÃO, 1990; 1995)³³. Paula Andrade et al (2012) *apud* Feitosa (2014) argumenta que para as famílias camponesas, tanto o solo quanto os demais recursos básicos (hídricos, florestais, de fauna) são apropriados e manejados a partir do entendimento de que constituíam recursos abertos, não passíveis de apropriação individual, mas integrantes do patrimônio coletivo desses grupos domésticos unidos por laços de parentesco, amizade e compadrio.

Nos anos de 1940, em Campinho, as terras não eram entendidas como posse de qualquer morador. Todos utilizavam as terras e os recursos sem distinção e com total autonomia. Nesse sentido, é imprescindível analisar como as transformações afetaram sua autonomia demográfica, social e econômica, característica fundamental do campesinato (WANDERLEY, 1999).

O depoimento abaixo reforça a ideia de que, enquanto existia a igualdade de uso da terra, os conflitos eram inexistentes:

Naquela época aqui ninguém tinha terra. A terra não era de ninguém, todo mundo usava de todo mundo. Vamos supor: Aqui esse sítio aqui, por exemplo, hoje é nosso, mas naquela época outras pessoas chegavam ali e podia botar uma roça. A gente podia sair daqui chegar no sítio do outro e botar uma roça do lado do outro. Não tinha conflito de terra porque todo mundo usava a terra igual. Não tinha esse negócio de que esse pedaço é meu e aquele é do fulano (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Lima (2008, p.55) registra que “as pessoas das comunidades que hoje são conhecidas como Cabral, Camburi e Fazenda usavam o mesmo território que Campinho”. O alcance dessa ocupação compreendendo locais em Rio de Janeiro e São Paulo demonstra que a comunidade se espalhou por um território vasto. A autora assinala, inclusive, que havia a ocupação continuada do mesmo, rompendo-se apenas quando surgiram os locais denominados Patrimônio, Pedras Azuis e Córrego dos Micos, formados pela migração a partir da década de 1960, como consequência do exercício do Plano Piloto de Ação Agrária do Governador Roberto Silveira. Porém, é importante ressaltar aqui que possivelmente alguns desses locais se formaram antes do Plano de Ação Agrária, pois antes deste incentivo para chegada de pessoas à região, houve um anterior, segundo os moradores, promovido pelo prefeito de Paraty, Derly Ellena, como veremos adiante.

A partir da colocação do interlocutor sobre os conflitos e das considerações dos autores que tratam dos processos ocorridos nesse local começamos a perceber em torno do que foi se constituindo a demanda do grupo, e o que moveria suas reivindicações futuras. Os atores reagem não apenas visando a posse da terra, mas sim em virtude do que isso realmente significa, ou seja, perder o direito de escolher seu lugar significa uma ameaça, a submissão, a perda de sua autonomia.

³³ Para melhor compreensão sobre esse sistema de classificação sugerimos uma consulta aos trabalhos de Almeida (1989), Paula Andrade (1994), Silva, L.O (1996), onde aparece as formas de sua aplicação nos contextos específicos tratados por cada autor.

2.1.2 O grupo e sua relação com o entorno

Nos anos de 1940 e 1950 ainda não havia estrada que ligasse Campinho e imediações à Paraty, exceto uma estrada vicinal, que os moradores chamavam de trilha. Por esse caminho era impossível a passagem de qualquer automóvel, apenas atravessavam o local pessoas e animais de carga. Para chegar a Paraty os moradores necessitavam sair de suas casas com antecedência, devido à longa distância vencida a pés. O trajeto durava em média três ou quatro horas e meia de caminhada.

Os moradores enfrentavam a dureza dos caminhos durante as locomoções no período de festejos, mas principalmente na ocasião das compras de alguns mantimentos necessários. Se o motivo da viagem fosse a aquisição de mantimentos nos armazéns da cidade, os moradores necessitavam se deslocar durante a madrugada para chegar ao comércio em tempo pela manhã. Esse trajeto era realizado em relativa segurança, pois era incomum encontrar pela área outras pessoas além daquelas residentes na comunidade.

Em vista disso, dona Regina, moradora de Campinho, recorda a forma jocosa com a qual os moradores conversavam quando havia necessidade de ir até Paraty, uma vez que não se preocupavam em trancar as portas das casas: “Só lá uma vez, sempre tinha um andarino [andarilho], então, a gente chamava de fugido. 'Olha, cuidado com o fugido. Vai ter fugido aí na rua'”. Aquelas pessoas que eram vistas geralmente estavam saindo de seus roçados, mas somente no horário em que os moradores estavam voltando dos armazéns em Paraty:

Nossas casas era tudo de estuque. A gente ia para Paraty e puxava a porta, não tinha fechadura, tinha um buraco assim por dentro, a gente metia a mão naquele buraco, trancava e ia embora. Você ficava três, quatro dias, podia sair fora e ninguém ia mexer nas suas coisas e você também não tinha medo de andar, não encontrava com ninguém, naquela época a gente não via ninguém (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015).

Saía daqui às vezes de madrugada, não tinha hora. Porque ninguém tinha relógio na época por aqui, então, calculava a hora mais ou menos pelo cantar do galo ou quando tinha lua. Até às vezes saía daqui com a lua pensando que era de manhã, chegava até Paraty e o dia não amanhecia. Já aconteceu comigo e a minha mãe isso. [...] Quando tinha lua o galo geralmente variava. A lua muito clara, o galo tá pensando que é dia aí cantava. Aí a minha mãe sempre falava: 'Vamo embora que o galo já cantou. Tá na hora. Pra gente chegar cedo em Paraty'. [...] E a gente já foi e nada do dia amanhecer. A gente ia andando e nada do dia amanhecer, e lá vamos nós. Aí quando nós chegamos lá na Boa Vista, aonde você já avista a cidade do outro lado, aí é que o dia vinha amanhecendo. Vinha lá embaixo aquele clarãozinho do dia. E quando nós chegamos a Paraty, tudo fechado ainda, não tinha nada aberto. Aí chegando lá tivemos que sentar na praça, ali naquela época era uma praça que se chamava Chafariz [...] (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Nessas ocasiões, ao chegarem a Paraty permaneciam esperando o dia amanhecer e ficavam aguardando em frente à Praça do Chafariz que as lojas, ainda fechadas, abrissem. Em frente a essa praça, à disposição daqueles que se locomoviam utilizando animais de carga, havia água e também troncos de árvores para prendê-los enquanto terminavam as suas compras.

Lima (2008) também ressalta que antes da construção da rodovia Rio-Santos os deslocamentos para o centro de Paraty e para outras comunidades só eram possíveis de barco ou a pés.

A trilha que dava acesso a Paraty também era caminho para muitos outros locais, como Boa Vista, Trindade e Sono. Inicialmente, por volta dos anos de 1940 ou 1950, os vizinhos realizavam a conservação desse caminho, mas sua manutenção também começou a ser realizada pela prefeitura, através de limpezas que os moradores chamam de *roçadas* para retirar a vegetação do caminho:

O meu pai, o meu avô, cortava a banana e botava dois cachos pra frente, dois cachos para trás e levava para vender lá na Boa Vista, mas era aquela trilha. Aí depois a prefeitura começou a mandar roçar o caminho, aí só roçava. Mas não tinha máquina para abrir estrada, aí roçava o caminho. Quando a prefeitura não roçava, então, quem morava ali perto da estrada aí roçava um pedaço, aí o outro vizinho também roçava outra distância, então, ficava assim roçando o caminho. Esse caminho ia para Paraty, pra Trindade, Camburi, Sono... Porque vinha para essa estrada aqui, chegava lá no Patrimônio eles desviavam. Um ia pro Camburi, outra turma subia pra Trindade, de lá pegava trilha pro Sono (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015, grifo nosso).

Mesmo após as manutenções realizadas na trilha, a distância permanecia acentuada devido à falta de transporte. A longa distância determinava o empenho de várias estratégias da população para sobrevivência diante de dificuldades. Entre elas, há aquelas concernentes à alimentação, pois esta era mais restrita, ou seja, os moradores se alimentavam do que dispunham de imediato em situações de privação. Por exemplo, durante o café da manhã, segundo dona Regina, o pão era substituído pelo aipim, pela batata, pelo beiju, o peixe cará ou até mesmo matava-se um porco. Devido à inexistência de energia elétrica e geladeiras, a carne do animal era exposta ao sol para secar e ser consumida durante o café da manhã. Além disso, os moradores operavam em uma lógica de trocas e reciprocidade (MAUSS, 2003) uns com os outros, pois intercambiavam os itens de sua produção de modo a garantir o abastecimento de suas casas.

A economia local, inicialmente, era baseada no plantio da mandioca para produção da farinha. Mesmo que não fosse um produto de valor tão alto para a comercialização, a farinha era vendida e o dinheiro arrecadado era destinado para adquirir os itens que não produziam em suas lavouras, característica da economia camponesa. Nesse sentido, a decisão de tratar este grupo como camponeses, terminologia adotada inicialmente por Gusmão (1990; 1995), tal como apontado na introdução deste trabalho, possui relação direta com a economia do grupo no período analisado. Para a autora “a prática social como pequeno produtor de mandioca confirma a condição de camponês” (GUSMÃO, 1995, p. 99). A casa de morada era abastecida e também era assegurada a alimentação de seus membros a partir do trabalho familiar, mas, como salienta Moura (1988), neste tipo de economia, o trabalho geralmente é direcionado a lugares e pessoas exteriores a essa realidade através da ampla variedade de formas pelas quais parte da produção camponesa escapa ao controle de quem a produziu.

Isso se justifica também pelo fato de que “uma unidade camponesa não estará preocupada exclusivamente com a alimentação de seus membros; estes deverão ser atendidos com inúmeros serviços” (WOLF, 1970, p. 28). De acordo com Moura (1988), uma parte da produção camponesa circula e o dinheiro obtido na venda de qualquer gênero produzido por

meio do trabalho familiar oferece ao camponês a possibilidade de adquirir aquilo que ele não produz, como é o caso dos relatos de Campinho.

As sacas de farinha quando não eram vendidas para os moradores da Itatinga, fazenda próxima, eram levadas até Paraty e comercializadas nos mesmos armazéns onde realizavam as compras dos mantimentos que faltavam. Os moradores de Campinho destituídos de qualquer meio de transporte, por vezes, carregavam as sacas de farinha nas costas. Após a venda, esses produtos oriundos dos roçados eram levados por barcos de frete até Itacuruçá, lugar próximo a Itaguaí-RJ. Chegando lá, um caminhão levava do cais toda a produção de banana e farinha que saía de Paraty ao mercado na Central de Abastecimento (CEASA). Lima (2008, p. 59) esclarece que as “as famílias [de Campinho] vendiam a farinha de mandioca em Paraty, em troca de querosene, sal e peixe”.

O querosene era utilizado nos candeeiros ou lamparinas, devido à carência de luz elétrica na localidade. Os peixes, quando não eram pescados no rio Carapitanga, eram comprados dos fazendeiros da Itatinga. No entanto, quando os de Campinho avaliavam que os peixes estavam caros, caminhavam até Trindade, Sono ou Paraty para trazê-los a preços mais baixos. Nas ocasiões em que iam a Paraty compravam também fumo, sabão, entre outros produtos, caso houvesse necessidade, como tecidos para que produzissem suas vestimentas: “A gente costurava na mão mesmo, na agulha, pras criança vestir. Assim a gente ia vivendo. Era duro na época, era muito duro”³⁴.

A carne consumida no local era proveniente da caça ou da criação de animais como galinhas e porcos. Na comunidade plantavam feijão, cana, arroz, milho, entre outros. Os moradores também trocavam produtos, como já apontado. Inclusive, o café era cedido muitas vezes por um vizinho detentor de uma plantação, o seu Benedito Elias³⁵, que morava próximo à sede da Fazenda Independência. Observamos aqui que apesar de ser qualificado como uma pessoa *de fora*, a partir da lógica de classificação do grupo, no momento no qual trocavam produtos, a relação entre os de Campinho e Benedito não parecia conflituosa. Gusmão (1995) demonstra que o grupo faz um claro recorte entre as pessoas que consideram pertencentes ao grupo e aquelas externas, não parentes, entendidas pelos locais como *gente de fora*. A implicação dessa delimitação se verá no próximo capítulo.

Paula Andrade (1995), especialista no campesinato maranhense, demonstra que um dos traços principais da economia camponesa é a articulação entre agricultura, extrativismo, artesanato, pesca e pequena criação de animais. Traços estes que vão ao encontro daqueles apreendidos em Campinho, considerando a periodização proposta pela pesquisa. Os próprios moradores chamam atenção para isso fazendo, inclusive, uma comparação entre o passado e o presente:

Nós só vivia da roça, sabe? Tudo nós tínhamos na roça, tudo que a gente plantava. Nós colhíamos café, a gente plantava feijão, colhia era muito feijão, era de saco, dois sacos de feijão. Milho... Plantava era muito milho. Tinha até a casa de milho, a gente chamava paiol, e aquilo a gente enchia de milho. De um ano para o outro o milho até dava bichinho. Às vezes a galinha comia, mas às vezes não dava conta de comer. Às vezes até estragava. Abóbora era demais, a gente plantava e colhia, então quer dizer... A metade das coisas a gente estragava, porque todo mundo plantava isso, todo mundo plantava feijão, plantava banana, plantava mandioca (Regina, 68 anos,

³⁴ José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015.

³⁵ Benedito Elias, oriundo de Trindade, segundo as informações foi um dos primeiros moradores de fora a chegar em Independência, como veremos mais adiante.

moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015).

O Carapitanga, a gente sempre pegava peixe dele. Que naquela época tinha bastante peixe. Peixe aí era fartura, e a gente sempre pegava piaba, cascudo, bagre... Todos esses peixes tinham aí dentro desse rio... (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Naquela época era muita caça. E galinha? A gente criava era muita galinha e ninguém roubava um do outro não (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015).

Mas eu conheci o Gilberto³⁶ fazendo artesanato, e levava esse artesanato para a cidade também, para poder vender esse artesanato (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Em Campinho, o trabalho nos roçados era realizado coletivamente, por meio do que chamam de *mutirão*, um sistema de ajuda mútua e coletiva no qual um grupo de moradores auxiliava um de seus vizinhos durante as etapas do trabalho na lavoura certo de sua retribuição quando necessário ou mediante o recebimento de parte da produção³⁷.

No caso de Campinho, segundo dona Luiza, mesmo aqueles que não participavam dos *mutirões* ainda assim recebiam os alimentos distribuídos pelos vizinhos: “O Gilberto tinha uma plantação grande de arroz, então, eles faziam mutirão, colhia o arroz e o Gilberto dividia com toda a comunidade”. Mais uma vez fazendo alusão ao passado, a interlocutora expressa a existência de forte sentimento de solidariedade: “Um não deixava o outro sem comer”. A coletivização dessas atividades pode ser vista como uma forma de solidariedade, marcada pela certeza da reciprocidade. Podemos observá-la no caso em questão como uma solução ao problema da mão de obra nos grupos de vizinhança, mas também como uma forma de amenizar as limitações da atividade individual ou familiar.

Aqueles que não se dedicavam aos mutirões o faziam porque, por vezes, necessitavam sair da comunidade para utilizar o seu tempo livre em um *trabalho acessório* (KAUTSKY, 1980), para complementar a renda familiar. Além da produção da farinha, passaram a se dedicar ao plantio de bananas no local que designavam a venda em Boa Vista, ou “a pesca no Rio de Janeiro ou [o trabalho] em Santos” (LIMA, 2008, p. 59). De acordo com os relatos das moradoras de Campinho, nessas circunstâncias as mulheres ficam responsáveis pelos cuidados com a casa, os filhos e o sustento. Essas informações podem ser encontradas ainda na literatura que trata do lugar:

Eu lembro assim, que ele ia para Santos trabalhar para cortar banana. Aí lá cortava banana no bananal, para trazer o dinheiro para cá para o sustento. E meu pai, meu avô, as pessoas daqui trabalhavam assim, eles trabalhavam, faziam mutirão para fazer o roçado (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

³⁶ Gilberto, 91 anos, morador de Campinho.

³⁷ Autores como Candido (1964), Queiroz (1963) e Esterici (2008) também fazem referência em seus estudos sobre esta modalidade de ação dos trabalhadores frente às dificuldades que lhes são apresentadas.

2.1.3 A religiosidade e as festas

Além dos *mutirões*, as manifestações religiosas e as festividades eram importantes espaços de socialização e solidariedade da comunidade, principalmente, antes da construção de primeira igreja Católica, erguida nos anos de 1960.

A religiosidade era manifestada, inicialmente, através das ladainhas. Havia um costume na região de colocar no local da morte de alguém uma cruz. Segundo os interlocutores, na região havia três delas e todos os anos, no dia 3 de maio, compareciam aos locais onde estavam fincadas para rezar a *ladainha da Santa Cruz*. Essas ocasiões de oração resultavam em festejos organizados pelos moradores:

José: Aqui eram três Santa Cruz, [...] onde morria às vezes uma pessoa ali eles faziam uma cruz, então aqui eles tinham aquele negócio de todo ano fazer uma ladainha naquela cruz onde foi morta aquela pessoa ali. Todo ano fazia aquela reza, aí naquela reza já fazia uma festa. Era foguete pra todo lado, aí já tinha comes e bebes na casa do festeiro. Que cada ano escolhia um para fazer a festa, aí aquele era o festeiro que era escolhido pela turma, então, na casa dele tinha que ter comida pra turma que ia na casa dele comer [...]. Mas todo ano tinha que ter festa da Santa Cruz e aqui eram três Santa Cruz, tinha uma lá dentro que era no rio da Olária, e aquela cruz lá foi feita porque um cara morreu afogado no rio da Olária, aí fizeram a cruz. Aí tinha outra aqui embaixo ali, fica no sítio do seu Severino que também o cara morreu afogado naquele córrego [...]. E a outra era lá embaixo, lá onde mora seu Amauri. Tinha um pé de cambucá, também tinha uma cruz lá debaixo do pé de cambucá, então foi morto um cara lá, e o de lá eu não sei por que morreu. E também todo ano tinha festa. Tinha dia que eles rezavam nas três de uma vez só, no mesmo dia, já tinha dia que às vezes começa a rezar tarde e aí rezava numa, duas, e aí deixavam a última para outro domingo. Era assim. Fazia isso.

Ângelo: Hoje em dia se for fazer uma Santa Cruz para todo mundo que morre...

(José e Ângelo, moradores de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Essa ladainha era rezada por um dos moradores, porém, como sua velhice se aproximava e trazia consigo a fadiga e a indisposição, os demais optaram por poupá-lo, convidando outra pessoa que pudesse executar esta tarefa em seu lugar. Chamaram Vitorino, morador do Buriti, uma comunidade próxima, por saber também rezar a ladainha.

Antes da igreja, havia uma capela situada em um bairro denominado, atualmente, de Patrimônio. Essa capela foi fundada pelo seu João, homem vindo do Espírito Santo nos anos de 1950 com sua família, em busca das promessas governamentais de terras férteis e disponíveis na região. Apesar de ser considerado como uma pessoa *de fora*, a partir do sistema de classificação do grupo, alguns moradores de Campinho também frequentavam essa capela.

Aí ele [João] levantou, fez um cruzeiro, levantou um cruzeiro, depois ele combinou lá com a turma, fez uma capelinha. Aqui ainda não tinha ainda a igreja, então, nós ia lá na capelinha dele rezar, aí depois que fizemos a igreja aqui, que a nossa igreja, a nossa primeira igreja não era de tijolo, era de estuque, era pau-a-pique. Aí depois que a gente fez de tijolo, aí depois o

padre começou a vir também. Muita equipe de padre, aí aumentamos a igreja (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015, adendo nosso).

Quando indagamos os moradores sobre a construção da igreja católica, todos citam os nomes de seu Gilberto e sua esposa. Como destaca Gusmão (1995; 1990) eram os chefes de uma das famílias de Campinho considerados com referência de fé, adeptos da religião católica, religião das escravas fundadoras. A autora explica que o chefe dessa família tornou-se o líder da comunidade, um agente pastoral, e terminou por impulsionar a construção da primeira igreja católica ainda nos anos de 1960, como visto acima. Além disso, mais tarde, ele organizou o grupo em torno de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) (GUSMÃO, 1990):

Desde os anos de 50, as intensas transformações e demandas do social levam à que a igreja Católica, tradicional instituição presente na sociedade brasileira, procure novas formas de atuação voltadas para as questões desse novo tempo (GUSMÃO, 1990, p. 131).

Inicialmente era uma igreja pequena, coberta de lona. Após sua construção, as pessoas começaram a se reunir no local, em seguida vieram os padres. Como os moradores da comunidade são negros, dona Cristina, uma das moradoras, sugeriu que o padroeiro da igreja fosse São Benedito, então, as festividades também passaram a ser direcionadas a ele. O envolvimento dos moradores com agentes ligados à Igreja Católica foi fundamental durante o processo de mobilização em Campinho quando a luta se tornou mais evidente, pública, em um terreno diferente da *resistência cotidiana*, como veremos no próximo capítulo.

Dona Luiza relata que após a construção da igreja e a escolha do padroeiro decidiram também realizar a festa do São Bom Jesus, por acreditarem que não existia entidade espiritual maior do que Deus. A partir dessas decisões passaram a realizar três festejos: o da Santa Cruz, do São Benedito e do São Bom Jesus. Mas um grupo de jovens que participava das atividades da igreja questionou a tradição da Santa Cruz junto ao seu Gilberto e os mais velhos. Desejavam saber qual era o motivo daquela festividade. Seu Gilberto explicou que a Santa Cruz era concernente a um homem que veio de Paraty a cavalo e morreu afogado em um rio próximo. Os jovens, então, questionaram os motivos de realizar festividades por alguém que nem conheceram, não sabiam nada a respeito. A partir dessas indagações a comunidade se reuniu e decidiu findar a festividade da Santa Cruz, mas a ladainha continuou a ser rezada na igreja³⁸.

Sobre o candomblé pouco foi mencionado pelos moradores durante o período em que estivemos em Campinho. Para justificar o silêncio dos moradores sobre a existência da religião no local, dona Cristina argumenta que os moradores vivenciavam determinadas situações e associavam a religião, alguns andavam enfermos e outros “viam muito mau assombro”, logo, segundo ela, aqueles que compartilhavam essa opinião deixaram de praticar. Dona Luiza, por sua vez, oferece outra explicação para justificar a extinção da prática na comunidade da religião de matriz africana:

A maioria das pessoas que vem para cá me pergunta se tem candomblé. 'Não tem'. 'Porque que não tem?'. 'Acabou'. 'Porque que acabou?'. 'Porque a

³⁸ Para demonstrar questões relacionadas à religiosidade nos atemos aos dados coligidos da memória oral do grupo durante o trabalho de Campo em 2015, mas, para mais informações, ver também o trabalho de Gusmão (1990) que trata detalhadamente desses fatos.

geração que era do candomblé foi morrendo'. Que era a minha mãe, a tia Joana, irmã da minha mãe. Esse pessoal que trabalhava no candomblé. [...] Talvez por minha mãe não deixar eu ir para o candomblé com ela que eu fui para a igreja. Minha mãe não deixava porque eu tinha que ficar em casa com as crianças, então, a noite ela ia para a macumba. Aí quando chegava durante o dia, uma hora da tarde, eu não tinha nada o que fazer mais. Eu pensava: 'Então, tenho que ir para a igreja'. Ela falou: 'Então, você vai pra igreja'. Aí eu ia pra igreja e levava meus irmãos para a igreja também e ela ia para a macumba. Aí depois ela largou a macumba e foi para a [Igreja] Batista, com a tia Paulina. A tia Paulina levou muita gente para [igreja] batista (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Além das religiões já citadas, os moradores tiveram contato também com a evangélica, com o regresso de moradores que saíram da comunidade em determinado período da vida. Segundo dona Luiza, sua tia Paulina foi criada no Rio de Janeiro e lá se tornou evangélica. Ao voltar para a comunidade nos anos de 1980 solicitou permissão aos demais habitantes para fundar uma igreja da religião Batista. Após a instituição da igreja começou a reunir seus fiéis. Outro templo fundado no local após a Batista foi o da Assembleia de Deus. Atualmente, a comunidade conta com as três igrejas.

Além dos festejos religiosos, a comunidade tinha o Carnaval como uma das festas mais animadas e esperadas, como argumenta dona Luiza: “O Carnaval... Nossa! Como a gente brincava no Carnaval. E os bailes que tinham? Os bailes que tinham então...”. Essas festas eram locais de socialização entre as comunidades: os de Campinho frequentavam as festividades em outras localidades, mesmo não tão próximas, tais como Paraty, Ubatuba no estado de São Paulo, em Picinguaba, Camburi, Sertão da Picinguaba, Fazenda da Caixa, entre outros, ignorando a grande distância, por vezes vencida após 12 horas de caminhada. As pessoas desses locais também eram recebidas em Campinho e imediações, tais como a praia de Laranjeiras, Paraty-Mirim, Cabral, Itatinga, Buriti, entre outros. Sobre a proximidade das relações entre esses grupos - o que chama atenção novamente para um isolamento apenas parcial em determinado período - comenta Linhares (2014), citando Arruti:

Arruti em relatório técnico identificou um “campo negro”, que abrangia as quatro comunidades quilombolas da região, Campinho da Independência, Cabral, Cambury e Fazenda. O “campo negro” é composto por uma extensa rede de relações e interesses de todo tipo, que conectava quilombolas, mascates, taberneiros, lavradores, escravos urbanos, capoeiras e até mesmo autoridades locais. Nesse local circulavam mercadorias, armas e, principalmente, informação. Essas comunidades são familiares, o que foi reafirmado em campo pelos próprios quilombolas. De acordo com eles, antigamente havia uma trilha que ligava as comunidades e que permitiu por várias gerações a realização de trocas de mercadoria: peixes, farinhas, bananas, feijão e etc. Essas trocas se estendiam até as outras comunidades de caiçaras e indígenas [...] (LINHARES, 2014, p. 81, grifo nosso).

Dona Luiza esclarece que a comunidade não precisava de grandes mobilizações para realizar uma festa. Determinados moradores eram os principais articuladores da animação: Luís, Misael, outro morador chamado Januário e Álvaro. Esses moradores eram os responsáveis pela música e dança, dona Cristina, preparava as fantasias e uma bandeira para animar o bloco de carnaval. Os moradores se reuniam e reservavam com certa antecedência

alimentos como, arroz, feijão, milho, farinha, e animas como porcos e galinhas para que fossem preparados e servidos durante as festividades. A comemoração do Carnaval durava três dias.

Os depoimentos revelam situação que ilustram um período crítico de suas vidas. Além disso, essas narrativas denunciam uma “reflexão sobre o sentido da comunidade, da união” (COMERFORD, 1999, p. 20) entre o grupo, marcado, inclusive, por uma ética de subsistência que implica, além de outros fatores, nas relações de reciprocidade com vários atores também da sociedade inclusiva (SCOTT, 1976; HAGGIS et al., 1986 *apud* MENEZES E MALAGODI, 2011, p. 15).

2.2 A formação do cenário de disputas

A fase após a doação das terras aos moradores de Campinho vai se configurando em um cenário de disputas na medida em que os moradores passaram a sofrer várias investidas de agentes diversos na região, como detalharemos à frente, e, ao passo que as situações de assédio se intensificam, os atores sociais se veem obrigados a agir de modo a garantir sua permanência no lugar. Além do que já apontamos, a noção de luta também é utilizada aqui para qualificar a experiência de reação desse grupo de “pessoas que foram atingidas de forma muito desfavorável por processos de transformação no campo” (COMERFORD, 1999, p. 26).

2.2.1 Os primeiros agentes externos em Independência (1926-1950)

Em 1926 as famílias que viviam em Trindade realizavam os seus deslocamentos pela praia, subiam a montanha e vinham pelo vale de encostas ao local onde está situada a fazenda Independência. Entre essas famílias, a de seu Benedito Elias decidiu adentrar o lugar e demarcar uma área para ali estabelecer sua moradia. Em 1956, ele enviou documento³⁹ ao governador Miguel Couto, solicitando a legalização do direito a terra que estava ocupando, alegando que ali vivia desde a década de 1920 e a existência de suas benfeitorias. Neste mesmo documento, Benedito Elias argumenta: “achei de acordo ceder uma área de 25 hectares [para as famílias que chegavam pedindo terras] para formar o ‘Patrimônio Dr. Miguel Couto Filho’”. Ainda no ano de 1946, vinte anos após a sua chegada, vieram outras pessoas, aproximadamente quatro famílias em fuga para o Brasil no período da Segunda Guerra Mundial, utilizaram essas terras como esconderijo:

Em 1946, isso já vinte anos depois, por fruto da Segunda Guerra Mundial houve alguns migrantes para essa região. Essa migração era como se fosse assim: ‘Eu estou fugindo para não ir pra guerra’. Então se escondia aqui. Tinha três ou quatro famílias que se esconderam aqui (Justino, 51 anos, morador de Novo Horizonte. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 16/10/2015).

³⁹ O documento foi enviado a Miguel Couto em 1956, foi protocolado sob o número 5094 em 21 de agosto de 1956 na Secretaria do Governo. O documento contava ainda com a assinatura de dezoito testemunhas (Documento do arquivo pessoal do entrevistado Justino).

De acordo com documentos do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (Ihap), alguns anos depois, o prefeito Derly Ellena⁴⁰, que esteve no governo do município no período de 1950 até 1953, estimulou a migração de capixabas, mineiros, entre outros, para ocupar as terras da fazenda Pedras Azuis e imediações. Por essa época existiam questionamentos sobre qual seria a área exata correspondente às fazendas Paraty-Mirim e Independência, entendidas, muitas vezes, como uma área contínua, findando os seus limites próximo ao estado de São Paulo.

Dona Cristina comenta que o prefeito começou a anunciar as terras devolutas existentes na região atraindo assim pessoas de outras localidades. Quando essas pessoas chegavam a Campinho, os moradores locais lhes negavam as terras, porém, eles as procuravam nas proximidades, pediam às pessoas e encontravam o seu Benedito Elias, que morava na sede da antiga fazenda Independência, que lhes cedia terra e por lá iam ficando.

Entre as pessoas provenientes de outros locais há o seu João⁴¹, mencionado anteriormente, que chegou a Paraty no ano de 1954, vindo do Espírito Santo com a esposa, três filhos e um irmão. Seu João afirma que veio para a região atrás das propostas de terras férteis e disponíveis de Derly, como muitos vieram, porém, acreditaram que não existissem pessoas já habitando as terras prometidas. O interlocutor garante que além de não oferecer qualquer estrutura para os recém-chegados, eles foram *jogados* sobre a terra que já estava ocupada. Foram *obrigados* a permanecer ali onde já existiam moradores nativos, como Jeremias e dona Tânia, mas também outros de fora, como a família de Benedito Elias.

Não se trata aqui de determinar quem possuía mais ou menos direitos, tão pouco de determinar quem foi mais injustiçado, mas de apontar uma situação de conflito promovida pelo Estado. No momento em que essas terras foram anunciadas por Derly Ellena, já existiam posseiros em Paraty-Mirim e Independência, como as várias famílias que viviam em Campinho, e até mesmo Benedito Elias, considerado o primeiro dos *de fora*. A partir dessa situação pode-se começar a aferir os impactos das intervenções governamentais em determinados locais.

2.2.2 O fazendeiro de Paraty-Mirim (1950-1960)

Antes da construção da rodovia Rio-Santos não passavam pessoas no local reivindicando a propriedade, exceto um homem chamado Zolino. Zolino afirmava que era dono das terras que faziam divisa com Pedras Azuis e Independência, até o estado de São Paulo. O irmão de Zolino, Raul, se dizia dono da Fazenda Paraty-Mirim.

Ângelo, 41 anos, morador de Campinho, explicou que Zolino dizia ser o dono, mas não incomodava os habitantes. Vinha ao local apenas uma vez por ano para caçar.

Entre as décadas de 1950 e 1960 um antigo fazendeiro de Paraty-Mirim alegava ser o proprietário também das terras da fazenda Independência. Gusmão aponta a emboscada

⁴⁰ Derly Ellena era mineiro e foi para Paraty atuar como médico sanitário. Casou-se na cidade e constituiu família. Foi prefeito de Paraty entre os anos de 1950 e 1953, mas foi afastado em 27/05/1953 (ATOS E RETRATOS, IHAP).

⁴¹ João, aproximadamente 92 anos, morador de Patrimônio. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 18/10/2015. Seu João revela que entre as consequências de sua mudança para Independência está o fim de seu casamento, pois sua esposa nascida e criada no Espírito Santo, quando chegou ao local prometido e se deparou com a realidade assustou-se com o novo modo de vida e não se habituou, até que decidiu ir embora.

armada por ele com o intuito de açambarcar a área da fazenda como um dos primeiros desafios do grupo com relação à questão das terras:

Foram convocados para limpar o rio e o proprietário ofereceu-lhes um “festival”, com bastante comida e bebida. Depois disso armou-se “uma cilada”. Após beberem muito, todos assinaram ou “marcaram os dedos” em folhas de papel em branco. Posteriormente, tais folhas foram anexadas pelo proprietário de Paraty-Mirim num processo de despejo dos moradores de Campinho da Independência (GUSMÃO, 1990, p. 125).

Lima (2008) também trata desse episódio em seu trabalho, porém, apresentando uma periodização diferente. Analisando as narrativas observamos como os fatos vão se alterando com o tempo na memória dos moradores:

De 68 até 70 já havia conflito aqui na comunidade. Lá os donos de Paraty-Mirim, diziam os meus tios, que as terras deles começaram em Paraty-Mirim e terminavam na divisa de São Paulo. E eles pegavam nossos tios para fazer picada lá no mato. Naquele tempo podia caçar... Nem que não pudessem, eles eram do lado pobre e iam caçar. Então quase todo ano, eles faziam um mutirão no rio, pra tirar aqueles galhos... Naquele tempo o rio enchia muito, fazia aqueles galhos, aqui por cima ficava, e eles faziam um mutirão com o pessoal da região pra poder tirar aqueles galhos... Um dia fizeram lá um jantar, muito bem feito, e os meus tios muito mal... Algum sabia assinar o nome meio torto. Eles prepararam lá uma folha pro pessoal assinar o despejo. Aí o pessoal cego de vista assinaram essa folha [Entrevista realizada por Lívia Lima com seu Francisco, em 16 de agosto de 2008] (LIMA, 2008, p. 67).

Sobre este episódio, seu José também comentou durante nosso trabalho de campo:

Eu ouvi contar essa história já por outras pessoas, mas eu acho que era esse tal Raul mesmo que dizia que era dono lá e acho que pra poder desapropriar o pessoal lá, não sei, alguma coisa... Ele deu uma festa lá, aí comprou muita bebida e botou o povo bebo [sic] e veio com uma folha para o pessoal assinar que era para ele levar para o Rio, para o cartório para legalizar a fazenda no nome dele. Porque ele dizia ser dono da fazenda, mas não era dono droga [sic] nenhuma. Eu ouvi contar essa história assim, eu só não sei contar ela direito. Eu já ouvi falar nessa história aí sim, mas não foi aqui com a gente não. Foi com o irmão do cara que dizia que era dono daqui. Quem dizia que era dono daqui era o Zolino, mas o irmão dele era o Raul. Que era o dono da fazenda Paraty-Mirim. Ele [Zolino] dizia que era dono da Fazenda Independência e o irmão dele da fazenda Paraty-Mirim (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, adendo nosso).

Por sua vez, dona Cristina relata que na época em que ainda era uma menina, muitas pessoas de Campinho trabalhavam nas terras de Paraty-Mirim e já ouviam dos fazendeiros de lá que eles eram os donos da terra. Reclamavam a posse de toda área que compreendia Paraty-Mirim passando por Independência até a divisa com o estado de São Paulo. Devido à extensão da localidade, como citado anteriormente, ela não possuía limites exatos. Os moradores de Campinho temiam voltar ao trabalho na fazenda em razão das investidas dos pretensos

proprietários, pois estes se aproveitavam da situação na qual lhes prestavam serviços em razão de situações de necessidade de sobrevivência para intimidá-los, garantidos pelo maior poder aquisitivo.

Mesmo conhecendo a história contada pelos mais velhos, ou seja, que receberam as terras por doação e nasceram e cresceram naquele lugar, sendo, portanto, eles os herdeiros da terra, temiam perdê-las. A entrevistada assegura que não confiavam plenamente na história das mulheres herdeiras da terra, pois não as conheceram, e os mais antigos, mais próximos do período de sua existência, já estavam muito idosos, sem condições de argumentar sobre a veracidade dos fatos. Assim, nos conflitos, foi importante a intervenção da antropóloga Neusa Gusmão, no sentido de conversar com os moradores e registrar os relatos de modo a legitimar até mesmo entre os personagens, a sua própria história:

E a gente já tinha lutado um bocado, porque quando eu vim pra cá menina, o pessoal já trabalhava em Paraty-Mirim dois dias na semana batendo na terra. Sendo que essas três mulheres deixou pra eles. Sendo deles, mas o pessoal do Paraty-Mirim eram ricos e dizia que essa terra toda era deles ate lá o morro do Papagaio. E aí o pessoal não ia trabalhar lá. Não confiava na conversa da mulher que eles não conheceram, né? Porque naquele tempo era criança. Aí os maior dizia, a vovó Camila sempre dizia, mas ela não podia, toda aleijadinha... Aí até que apareceu a Neusa aí fazendo uma pesquisa igual você tá fazendo, aí ela descobriu que a terra é de quilombo. Aí ela andou por aí tudo pras casa, aí achou a Paulina, a Paulina conversou muito com ela. Ela agora morreu. Mas ela era boa de conversa e ela juntava o nome das pessoas, as mães que era... As três mulheres, Antonica, a outra era Luiza... Assim ela começou a dizer [...]. Assim foi descoberto, então, ficou a terra pra gente (Cristina, 85 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12/10/2015, grifo nosso).

Como o Gilberto saía muito de casa, ele conheceu a Neusa, Neusa Gusmão, então ele conheceu ela, ela veio como uma antropóloga para cá, aí escreveu um livro, aí ouviu a história da comunidade, aonde que tá... Que a tia Paulina fala muito nesse livro, a tia Paulina ela que contou a história, como foi dos velhos tempos, do tempo dela. Tia Paulina contou a história, como que foi... O que aconteceu, como que aconteceu. Como ela veio pra aqui, a fazenda, o porquê... (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Gusmão (1990) nos alerta que esta não era a fazenda de origem, a Independência, mas era uma fazenda vizinha, que no ato de cobrar-lhes por dia de trabalho o fazendeiro remete o grupo a situação de subordinação e se impõe como proprietário.

Anos depois da experiência vivida, o grupo é aconselhado pela Prefeitura local a declarar o tamanho de suas posses ao Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, recém criado (1966) (GUSMÃO, 1990, p. 215).

Percebe-se nesse caso que a luta entre os de Campinho e o fazendeiro de Paraty-Mirim começava a se estabelecer em um terreno diferente. A entrevistada utiliza o termo *luta* associando ao trabalho prestado na fazenda Paraty-Mirim, fazendo referência àquilo que enfrentavam para viver dignamente, mesmo sabendo que as terras eram deles, deixadas pelas três mulheres. Quando o discurso sobre a detenção da posse da terra pelo fazendeiro de

Paraty-Mirim ficou recorrente os moradores deixaram de ir trabalhar porque, nesse caso, a luta assume outro plano, eles eram ricos e a riqueza pressupõe poder. Como argumenta o seu Gilberto: “quem tem dinheiro tem mais força de *brigar* com o outro”.

2.2.3 Os colonos de Roberto Silveira (1960)

Ainda em 1960 após as investidas dos fazendeiros de Paraty-Mirim no intuito de açambarcar todas as terras da área composta pelas três fazendas, os moradores sofreram outra intervenção no local, mas desta vez a partir da presença de colonos atraídos para a região devido a ações governamentais durante a gestão de Roberto Silveira (1959-1960), no governo do estado, por meio do Plano de Ação Agrária.

No Plano, como foi visto no capítulo I, estava previsto que fossem demarcadas as terras devolutas, priorizando aquelas situadas em Paraty, as do Imbé e Mocotó, no município de Campos, e em São Fidélis, Santa Maria Madalena e Conceição de Macabu (*Correio da Manhã*, 5/05/1959, p. 4). Como demonstra Almeida (1997), as fazendas situadas em Paraty, Paraty-Mirim e Independência, foram desapropriadas para fins de reforma agrária no âmbito desse Plano, através do Decreto Estadual 6.897 de 13 de janeiro de 1960, que dizia o seguinte:

DECRETO N. 6.897, DE 13 DE JANEIRO DE 1960 O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO com fundamento no art. 40 da Constituição Estadual, de 20 de junho de 1947, DECRETA: Art. 1º - Ficam consideradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação de acordo como os arts. 2º e 5º letra “e” e “j” e 6º do Decreto-Lei federal n. 3.365 de 21 de junho de 1941 alterado pela Lei 2.786 de 21 de maio de 1956 para fins de colonização agrícola as áreas de terras denominadas “fazenda de Paratimirim” e Independência com aproximadamente 2.500 alqueires e situadas no município de Parati. A fazenda de Paratimirim com 800 braças de testada e uma légua de fundos confrontando-se com o mar até a Ponta da Trindade e aos lados coma as vertentes do rio Paratimirim ao fundo aquém do rio com terras de José do Carmo Alvarenga Lopes. A Fazenda da Independência, formada de três sortes de terra compreendendo “Sertão Alegria”, “Sertão das Pedras Azuis” e “São José do Rio Estreito”. Confrontando-se por um lado com as terras da Fazenda Laranjeiras, até o Pico do Papagaio e pelo outro com as terras da Itatinga de José do Carmo Alvarenga Lopes aos fundos faz divisa com o Estado de São Paulo terras do Cambói no Município de Ubatuba. Art. 2º – A Divisão de Domínio do Estado exibira a planta do terreno a que se refere o art. Anterior para conhecimento dos interessados e demais efeitos legais. Art. 3º - A secretaria do Trabalho e Serviço Social através do Departamento do Trabalho organizara o Plano de Colonização das terras que se refere este Decreto estabelecendo o aproveitamento preferencialmente dos posseiros que as ocupam e as cultivam. Art. 4º - A desapropriação de que se trata esse Decreto é declarada de urgência para os efeitos do que dispõe o art. 15 do aludido Decreto lei-Federal n. 8.355. Art. 5º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. PALÁCIO DO GOVERNO, em Niterói, 13 de janeiro de 1960 (aa.) ROBERTO SILVEIRA Wandir Carvalho [Transcrição de uma cópia da página do Diário Oficial onde consta o Decreto de 14 de janeiro de 1960] (Documento do arquivo pessoal do entrevistado Justino).

Entre as etapas de execução do Plano estava a implantação de sub-delegacias agrárias. Segundo a notícia veiculada pelo jornal *Última Hora*, no dia 13 de janeiro de 1960, foram instaladas sub-delegacias em localidades onde houve litígio entre lavradores e *grileiros*, e entre os sete locais apontados estava a fazenda Paraty-Mirim, em Paraty⁴². Acreditamos que talvez essa área tenha sido incluída no Plano de Ação Agrária na década de 1960, devido às tensões sociais na região ocasionadas pela chegada de pessoas nos anos de 1950, atraídas pelas propostas de Derly Ellena.

Essa iniciativa do Plano, que tinha por objetivo equacionar a questão fundiária no estado, foi responsável pela intensificação do conflito local. De acordo com os depoimentos dos interlocutores um número expressivo de pessoas de vários estados brasileiros como: Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, entre outros, foram atraídas para as áreas das fazendas Paraty-Mirim, Independência e localidades próximas. Sobre isto, vejamos abaixo a opinião de um dos entrevistados:

Um dos governadores de estado, além do Roberto Silveira, o governador do Espírito Santo, ele através de documento, ele fez solicitações que capixabas viessem em comitivas para Paraty, para aqui se sediarem e começarem a desenvolver agricultura. Mas veja bem, quando a gente fala em conflito eu imagino o seguinte, alguém já sabia de cor e salteado que ia promover um conflito. Se eu tenho aqui um governador que decretou que vai fazer reforma agrária, aqui ele já tem um chamamento, ele já fez um chamamento, porque ele tem um povo que já está aqui. Em seguida, na cabeça dele, ele sabe que vai passar uma BR, ele vai trazer gente. Em terceiro, vem um outro governador e pede: 'Não. Vocês são daqui, vocês tão a mil quilômetros do Rio de Janeiro [...] vão pra lá, leva 50, 100, 120 pessoas pra lá para desenvolver isso'. [...] Promoveram um conflito inicial. Se você traz dois tipos de cultura para cá, para disputar o mesmo espaço é um conflito natural. Isso foi provocado e ninguém assumiu isso na história. Não tá assumido, não tem documento que diga isso, mas a realidade diz. Aqui nós temos gente da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais, nós temos gente do Sul do país, gente do Nordeste, nós temos do Rio de Janeiro e nós temos da região (Justino, 51 anos, morador de Novo Horizonte. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 16/10/2015, grifos nossos).

Outra fase do Plano seria a posse da terra, mas para sua concretização era necessário tomar várias providências, entre elas, efetivar as pesquisas em cartório para levantar a cadeia dominial das propriedades. Havia uma equipe específica de técnicos para isso. Além disso, era preciso realizar o levantamento socioeconômico das áreas em litígio, para ser realizado o processo de desapropriação posteriormente. Ao final de todas essas etapas seria preparada a planta de loteamento. Era previsto que o local fosse dividido em "chácaras" medindo no máximo 15 hectares, a serem vendidas posteriormente aos lavradores a preços baixos e com um financiamento de quinze anos (*Última hora*, 13/01/1960, p. 3).

Os engenheiros da Divisão de Domínio do Estado do Rio de Janeiro vistoriaram e avaliaram a fazenda de Paraty-Mirim. Na execução dessa tarefa, os engenheiros Carlos de Brito Imbassahym, Nestor Dionísio de Macedo e Rui Fernando Seixas, entre outras providências adotadas, sobrevoaram a referida fazenda, realizando um levantamento das

⁴² Os demais locais eram: fazenda do Largo, em São João da Barra; fazenda de Rio das Ostras, em Casemiro de Abreu; fazenda São Pedro, Pedra Lisa em Nova Iguaçu; Piranema, em Duque de Caxias; Ilha da Madeira, em Itaguaí.

informações necessárias sobre ela (*Correio da Manhã*, 30/01/1960, p. 7). O Plano estava sendo executado em todo o estado pela Secretaria do Trabalho, e dirigido por Aldio Corrêa Leite, diretor do Departamento do Trabalho.

As terras em Paraty-Mirim foram desapropriadas, porém, segundo a notícia veiculada no ano de 1963, os lavradores estavam sofrendo coação por parte de vários grupos políticos na região. Um deles esteve no palácio queixando-se e, por determinação do Governador, foi enviado ao local um representante seu para avaliar a questão e fornecer uma solução ao caso (*Última hora*, 04/07/1963, p. 3).

Em 1964, no ano do golpe militar, as notícias que corriam sobre as ações no âmbito desse Plano não eram animadoras. Veiculava-se que os donos das terras desapropriadas não suportavam mais esperar pelo dinheiro referente à indenização pelas desapropriações que ainda não havia sido depositado. Segundo a notícia, entre as fazendas desapropriadas e que já deveriam ter sido pagas estavam Paraty-Mirim e Independência⁴³ (*Última Hora*, 15/09/1964, p. 5).

Seu José ressalta que a fazenda Pedras Azuis⁴⁴ era cuidada por um homem a quem chamavam de Júlio Gringo. Ele trabalhava no ramo hoteleiro em Paraty. Júlio Gringo alegava ser o dono da fazenda, porém, durante o governo de Roberto Silveira o lugar foi desapropriado e várias pessoas ocuparam. Contudo, o entrevistado comenta que Júlio afirmava jamais ter recebido o valor referente a esta desapropriação:

O seu Júlio Gringo tomou conta dessa fazenda aí muitos anos. Dizia também que era dono da fazenda, da Pedras Azuis. Só que aí depois, naquele governo do Roberto Silveira, começaram a dizer que o Roberto Silveira desapropriou todas essas fazendas aqui, Paraty-Mirim, Pedras Azuis, Independência... Foi tudo desapropriado pelo Roberto Silveira. Aí a turma invadiu [pessoas vindas através do Plano de Ação Agrária]. Aí invadiram. O Júlio dizia que ele nunca recebeu dinheiro nenhum do Estado pra poder desapropriar a fazenda, mas a turma invadiu e ele não pôde nem... Não pôde tirar mais a turma... (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, adendo nosso).

O plano acabou em 1964 e a região passou a ser objeto de outros investimentos. Mas é fundamental ressaltar que os dados apresentados anteriormente, associados à inclusão das áreas do litoral Sul no Plano, desmonta qualquer tese de que neste local não havia qualquer ordem de problema antes dos anos de 1960. A literatura sobre o lugar registra uma onda de acontecimentos que afetaram diretamente a região, principalmente, ao longo dos anos de 1970, demonstrando, principalmente, a transformação radical sobre o interesse no uso das terras. No entanto, a integração das áreas de Paraty no Plano é um forte indicativo da existência de conflitos anteriores, mas esse conteúdo ainda aparece de maneira incipiente nos trabalhos sobre a região, acreditamos que talvez por falta de fontes, pois além da memória dos remanescentes desse período, não são numerosos os documentos escritos que tratam desses processos.

⁴³ As demais eram Vargem Grande, Itaboraí, Engenho do Mato, Itaipu, Piranema, Itaguaí, São Pedro, Tenente Pacheco, São José da Boa Morte, Largo, Atalho, Porta do Lago (São João da Barra), São Lourenço, Duque de Caxias e fazenda Niterói (*Última Hora*, 15/09/1964, p. 5).

⁴⁴ É importante ressaltar que a área desta fazenda consta como integrada a fazenda Independência no decreto da década de 1960.

Seu Justino informa que as pessoas chegadas à região através do Plano de Ação Agrária foram se instalando na zona compreendida entre as três fazendas. Então, muitos outros lugares surgiram a partir dos múltiplos processos de intervenção fundiária naquela região. Isto foi comprovado, inclusive, pelo informante, ao realizar uma pesquisa no cartório de Paraty sobre aquelas áreas. Segundo ele, verificou registros que demonstram uma mudança drástica nos limites das propriedades. Paraty-Mirim, entendida como limítrofe a Pedras Azuis, que por sua vez era sucedida por Independência, passou a englobar outros locais dentro de seu perímetro, e o mesmo ocorreu com as demais fazendas.

Apresento na página seguinte um croqui, confeccionado a partir de demonstrações dos interlocutores, quando apontavam os locais onde estavam situadas as três fazendas, onde os indivíduos foram se agrupando após os processos de intervenção fundiária. Percebemos que esses grupos vêm se consolidando de acordo com vários planos de organização social (GEERTZ, 1999), entre eles, o de parentesco, da produção econômica, e também de arranjos produzidos com base em relações de reciprocidade.

Paraty-Mirim, além da sede, atualmente, engloba algumas comunidades como Pedreiras e Pedras Azuis. Por conseguinte, a fazenda Independência, atualmente, engloba locais como Campinho, Coqueiro, Novo Horizonte, Patrimônio e Forquilha.



Figura 5: Representação da disposição dos agrupamentos nas áreas das três fazendas ⁴⁵.
 Elaboração: Annagesse Feitosa

⁴⁵ A imagem apresentada é apenas ilustrativa, com o propósito de expor os locais de agrupamento daqueles que vieram atrás das propostas governamentais e as comunidades limítrofes. As dimensões das áreas apresentadas aqui não devem ser consideradas.

2.2.4 A instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), em 1970

Em 1971 foi instituído o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), e são vários os problemas gerados “pela falta de informação sobre os objetivos da Unidade de Conservação e os limites de uso ao longo de seu território” (CONTINI E ANTUNES, 2012, p. 218), entre outros, como também disposto nas considerações feitas por Almeida (1997), quando aponta que tanto no caso da criação das Unidades de Conservação, como no tombamento e na transformação do município em Monumento Nacional, observa-se a ausência da população local nas decisões. A autora destaca que o Relatório de Conflitos de Terras da Fetag/RJ, do ano de 1979, considera o Parque como um conflito fundiário e afirma que:

As famílias trabalham há mais de 50 anos nessa região, produzindo intensamente produtos de lavoura temporária e permanente que eram levados ao mercado local. A partir de 1971, com a criação da reserva ficaram impedidos pelo IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – atual Ibama – de continuar seus plantios. O que se constata é que a demarcação de área que excluísse suas lavouras não foi atendida. No entanto, o Parque que em 1971 possuía uma área total de 134.000 ha, teve sua área reduzida por decreto, em 1972, para 100.000 ha. E, coincidentemente, várias empresas, inclusive multinacionais, hoje se dizem “donas” de áreas desmembradas do Parque (ALMEIDA, 1997, p. 40, grifo nosso).

Como visto na citação acima, houve uma supressão da área correspondente ao Parque em 1972. O decreto que trata dessa redução informa a supressão dos 134.000 ha para uma área superior a 100.000 ha, mas não esclarece com exatidão a extensão final. No entanto, não ocorreram apenas exclusões. Trindade, localizada no município de Paraty, teve parcela de seu território inserido nos novos limites do Parque. Neste local seus moradores resistiram após a eclosão de vários conflitos fundiários envolvendo empresas, como já exposto no capítulo I:

Logo após a criação do parque, começam a surgir várias discordâncias quanto a sua abrangência territorial. Alguns grupos econômicos ligados aos interesses especulativos de terra, e também bastante influentes, exerceram fortes pressões políticas para que não vissem, nem que parcialmente, suas terras abrangidas pelo parque – mesmo não sendo essas terras vocacionadas economicamente para uso agrícola em escala comercial, tanto por sua declividade, como pelos remanescentes florestais de mata atlântica. Todos os esforços feitos pela administração do parque para manter os limites originais foram suficientes para concorrer com esses grupos, e logo se vê a primeira alteração dos limites do parque. Uma comissão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (atual Ibama) foi constituída para avaliar essa questão, e propôs a revisão dos limites como medida necessária à implantação do parque. A redução de área foi objeto de muita controvérsia nos meios governamentais e movimentos ambientalistas da época, tanto pelo discutível parecer técnico da comissão do IBDF, que determinou a retirada de uma área que não era de fato degradada, e onde se localizam as nascentes do rio Mambucaba, como também pelos interesses fundiários que sobre ela recaíam (ZUQUIM, 2002, p. 91).

Almeida (1997) esclarece que mesmo após a área do Parque Nacional da Serra da Bocaina ter sofrido uma redução, grande extensão de Paraty ainda permaneceu em seus limites, tal como parte de Angra dos Reis, e parcela de outros municípios do estado de São Paulo, onde está situada a sua sede. Notícias difundidas no ano 1973 esclareciam que das áreas limitadas para o Parque, 70% pertenciam a Paraty e Angra. Indicava ainda que se somássemos as áreas tombadas no município àquelas destinadas ao Parque constataríamos que praticamente nada sobraria para a agricultura (*Jornal do Brasil*, 25/02/1973, p. 5).

Para sua consolidação definitiva deveriam ter ocorrido desapropriações das terras afetadas. Mas, isto não foi consumado na totalidade da área, apenas em 4 fazendas no município de São José do Barreiro, onde se situa a sede do Parque e uma em Parati, cujas irregularidades na venda foram amplamente noticiadas pela imprensa. Neste caso, em 1985 o atual Ibama comprou 18.214 hectares de terras. O processo de venda da Fazenda Guebetiba, que pelo nome não seria conhecida de pessoas da região, incluiria terras de terceiros que não foram informados da venda, seis mil hectares do Oceano Atlântico, condomínios de luxo como o Laranjeiras, e as Fazendas Barra Grande e Serraria, onde as duas primeiras foram desapropriadas para assentamento e a última encontra-se em processo de desapropriação, a partir de outros títulos de Registro de Imóveis (*O Fluminense e Jornal Nacional, Rede Globo de televisão apud ALMEIDA*, 1997, p. 34).

Nessa conjuntura de mudanças, decidiu-se em reunião realizada entre técnicos do Departamento de Geografia (DG) vinculado ao governo do estado e o Secretário da Agricultura, pelo desalojamento de quase duzentas famílias, remanescentes dos Planos de Colonização, do Parque Nacional e seu remanejamento para a área da fazenda Independência, local onde Campinho está situado. Foi verificado pelos técnicos do Departamento de Geografia que na região para onde seriam remanejados já viviam outros grupos e entre as atividades econômicas que realizavam ali constava a plantação de cana, mandioca, milho, feijão, limão e laranja. A equipe técnica presumiu que as famílias que estavam alojadas no Parque poderiam viver em melhores condições neste lugar após a realização de um trabalho de infraestrutura (*Jornal do Brasil*, 27/04/1972, p. 21; *O fluminense*, 27/04/1972, p. 6).

O Governo Fluminense determinou a instalação de um Núcleo Rural no local. Para o secretário de obras Waldir Ramos da Costa, seria organizada uma fazenda experimental, onde as famílias trabalhariam em regime comunitário, e lá haveria a possibilidade de lavouras diversificadas. Waldir informava ainda que seria vital que tanto as famílias já residentes no local quanto as que para lá seriam transferidas sofressem um processo de adaptação “para viverem comunitariamente sem graves problemas no futuro” (*Jornal do Brasil*, 25/05/1972, p. 22).

Nessa situação iniciaram-se os trabalhos de infraestrutura na fazenda Independência, para implantação do projeto agrícola, onde funcionaria o sistema cooperativo. Assim, cada família seria responsável por cuidar de uma área que lhe seria reservada (*Jornal do Brasil*, 13/06/1972, p. 14). Foram realizados estudos por técnicos do Departamento de Geografia, que consistiram em um levantamento topográfico das áreas cultiváveis, e um estudo socioeconômico da área, calculando durante o trabalho os problemas de habitação, saúde, educação, abastecimento, comercialização e meios de transporte. Também foi contratado um técnico, Fernando Valverde, para coordenar o programa.

Após a conclusão do estudo, a equipe do Departamento de Geografia escolheria em acordo com os técnicos da Secretaria de Agricultura as áreas cultiváveis e a melhor

localização para as famílias. O primeiro passo seria transferi-las para a área da fazenda Independência, em seguida escolheriam as plantas para cultivo e, então, essas famílias seriam orientadas durante a plantação e também na implantação do sistema cooperativista. Este trabalho ficaria a cargo de técnicos que permaneceriam à disposição na região através da Secretaria de Agricultura (*Jornal do Brasil*, 13/06/1972, p. 14).

Para além de nos perguntarmos como estavam os moradores de Campinho ao longo dessas transformações, visto que não são citados diretamente nos documentos em momento algum, mesmo residindo ali muito antes do fim da escravidão, nos indagamos sobre a violência à qual estavam sendo submetidos, pois receberiam ali pessoas com saberes, práticas, costumes diferentes. Os recém-chegados também seriam obrigados a conviver e a se adaptar com quem já residia ali. Nota-se que os abusos foram impostos tanto aos estabelecidos quanto aos recém-chegados através dessas mudanças sob chancela do Estado.

De acordo com as notícias publicadas no período, a construção desse Núcleo Rural, além de solucionar o problema daqueles que seriam desalojados, serviria para responder à preocupação de Camilo Klein, delegado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com a área considerada de conservação natural e também da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) que estava apreensiva com o destino das famílias (*Jornal do Brasil*, 27/04/1972, p. 21), ou seja, já havia alguma intervenção da Fetag/RJ na região⁴⁶.

No mês de junho de 1972 houve uma determinação governamental para que fossem construídas em seis meses, na área da fazenda Independência, as casas que comportariam as famílias removidas dos domínios do Parque. Seguindo a previsão, elas deveriam estar prontas em janeiro de 1973. Além da construção dessas casas, o governo estadual se comprometeu a fornecer a cada uma das famílias uma área de terra para cultivo. Vale informar que neste mesmo período, na outra margem da rodovia Rio-Santos, pois a mesma corta a área das fazendas, seriam construídos hotéis e restaurantes para exploração turística (*Jornal do Brasil*, 29/06/1972, p. 16).

Em agosto de 1972 os levantamentos técnicos das duas fazendas - Paraty-Mirim e Independência - foram concluídos, devendo ser iniciadas a demarcação das áreas (*Diário de Notícias*, 22/08/1972, p. 4). Nesse sentido, o governador Raimundo Padilha liberou verba para execução dos trabalhos de colonização e posse das fazendas. O dinheiro seria usado nos trabalhos que ainda fossem necessários. Após a conclusão dos estudos, os representantes da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se junto ao Departamento de Geografia, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Incra, para definir um plano de remoção das famílias da área do Parque, que estava prevista para ocorrer no mês de novembro de 1972 (*Jornal do Brasil*, 23/08/1972, p. 18).

Ainda em 1972 essa área onde se pretendia implantar o projeto de colonização, as fazendas Paraty-Mirim e Independência, foi transformada por decreto no Parque Estadual de Paraty-Mirim no mês de novembro, e no ano de 1973, por intermédio da Lei nº 7.220, de 19 de julho de 1973, o referido Parque foi incorporado, através de doação, à Companhia de Turismo do Estado do Rio S.A. (Flumitur).

A notícia veiculada em 1973 pelo *Jornal do Brasil*, na página 5, informava que o decreto assinado pelo governador Raimundo Padilha dizia o seguinte em seu Artigo 2º: “As terras e respectivas benfeitorias existentes na área do Parque, após a autorização legislativa,

⁴⁶ Relatórios tratando dos casos de conflitos em Paraty já eram produzidos pela Fetag-RJ e enviados às autoridades desde o ano de 1971.

passarão a integrar o patrimônio da Companhia de Turismo do Estado do Rio (Flumitur) para efeito de exploração turística”. No artigo seguinte concluía: “A Fundação Estadual de Geografia e Estatística efetuará, no prazo de 90 dias, a contar da data deste decreto, a demarcação dos limites do Parque”.

A matéria destacava que apesar de decorridos oitenta e cinco dias desde a publicação do decreto, a Fundação Estadual de Geografia e Estatística não foi sequer consultada pela Flumitur para a realização do trabalho. Com a doação, no entanto, das duas fazendas para a Flumitur explorar turisticamente a região, os colonos ficaram sem perspectivas de transferência (*Jornal do Brasil*, 25/02/1973, p. 5), e continuavam sobrevivendo nas áreas do Parque, havendo muitos embates com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

É interessante observar a velocidade com que se deram os processos de mudança nessa região. Neste caso específico, especialmente, em um intervalo de poucos meses todos os planos governamentais foram alterados. Segundo a imprensa da época, o órgão responsável pelos estudos realizados nas áreas das fazendas se negou a dar qualquer informação sobre o assunto. O técnico que fora contratado pelo Estado no intuito de executar o projeto de colonização, Fernando Valverde, foi dispensado após receber uma quantia em dinheiro pela realização dos primeiros trabalhos. Enquanto isso, apenas o IBDF concedeu informações, mas somente a respeito dos limites do Parque:

A delegacia regional do IBDF, que vai implantar o Parque Nacional da Serra da Bocaina, entre Paraty e Angra dos Reis e Cunha e São José, estes dois últimos municípios do estado de São Paulo, revelou que os exatos limites da reserva a ser constituída dependerão do Incra. Os técnicos do IBDF sustentaram apenas que, da área de 110 mil hectares limitadas para o Parque, mais de 70% das terras e matas atingidas ficam dentro de Paraty e Angra dos Reis. E revelam que dos 917 km² de Paraty, somando-se a parte tombada e a área do Parque pouco sobraria para a agricultura: uma faixa litorânea, entre a serra e o mar, de pouco mais de 100km² de extensão. É nesta área que a Flumitur pretende implantar projetos turísticos, eliminando, conseqüentemente, qualquer possibilidade de atividade agrícola na região (*Jornal do Brasil*, 25/02/1973, p. 5).

Segundo o *Jornal do Brasil* de 25 de fevereiro de 1973, a Flumitur demorou a iniciar os projetos turísticos nas áreas das fazendas Paraty-Mirim e Independência devido à inexistência de demarcação clara das áreas que compreendiam os limites tanto do Parque Nacional quanto da área que compreendia as duas fazendas que sofreram intervenção fundiária.

A doação das áreas à Flumitur foi formalizada por escritura pública lavrada em 26 de agosto de 1974, registrada no Cartório de Registros de Imóveis de Paraty em 20 de julho de 1976. E neste mesmo ano, por meio do Decreto nº 996, de 17 de novembro de 1976, a denominação do Parque Estadual Paraty-Mirim passou a ser: Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim (ESTADO EM JUÍZO, 2002). Mas logo essa área foi transformada em Parque Ecológico no intuito de evitar que a forte presença turística na região pudesse prejudicar o ecossistema.

A Flumitur, empresa de turismo do estado do Rio, tentou um empreendimento de colônia de férias e não deu certo. Foi uma das primeiras vezes que o Estado já tinha passado para terceiros, não deu certo. Daí para

não ficar com a carapuça ou a máscara muito pesada na cara, o Estado resolveu então decretar uma área de lazer e preservação. Achei estranho você decretar um parque de lazer [...]. Ela foi doada, não deu certo, revogaram, aí fizeram a área de lazer. Preservando e ao mesmo tempo dando lazer? Não existe isso. Pelo amor de Deus! (Justino, 51 anos, morador de Novo Horizonte. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 16/10/2015).

2.2.5 Abertura ao tráfego da rodovia Rio-Santos e as consequências para Campinho

A passagem da rodovia Rio-Santos em 1972 potencializou os conflitos, pois quando o corte topográfico teve início, observou-se também o estabelecimento de grupos de pessoas na região. Uma localidade próxima chamada Selaví teve origem a partir da chegada de grande contingente de pessoas aos locais de passagem da estrada, muitos, inclusive, trabalhadores das obras que, por diversos motivos, decidiram ali se estabelecer.

Inicialmente, os moradores de Campinho não acreditavam na possibilidade de passagem de uma estrada ali, até que apareceram pessoas medindo a área, abrindo os caminhos através de *roçada* e trazendo as máquinas logo em seguida:

A gente não acreditava, porque a gente pensava que não ia acontecer isso: 'Ah, vão passar a estrada', e a gente: 'Será?'. Então, a gente não acreditava isso que ia haver essa estrada. Aí eles vieram, primeiro vieram uns homem medindo. Medindo, abrindo uns picadão. Até meu marido trabalhou nesses negócios do picadão. Vieram medindo, medindo, então, passou. Aí depois veio os homens derrubando os paus, abrindo e aumentando mais o caminho. Daí já veio a máquina para ir limpando, uma máquina menor, pra depois vir a grande abrindo mesmo. Aí depois falaram: 'Ah, vai vir a luz', e ninguém acreditava que vinha luz: 'Que luz? Aonde que vai vir luz aqui? Vem nada', aí sei que muito custo veio a luz também e aí gente acreditou (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015).

Quando a estrada passou trouxe consigo um grande número de homens para trabalhar na obra. Muitos aproveitaram essa oportunidade para ganhar dinheiro:

Quando essa BR passou aqui, passou com um contingente de homens aqui gigantesco. Quem tinha visão de dinheiro [pensou]: 'Opa! Vou ganhar dinheiro com o que? Com comida e com mulher'. Então, o que eles faziam? Eles construíam prostíbulos, traziam mulheres para esses homens que estavam trabalhando prostituir. Mais uma fonte de conflito. Porque essas famílias tinham isso como agressão verbal e moral e começavam a atirar dentro dos prostíbulos, a matarem de um lado e do outro [...] Na ocasião, em 1973, 1974, já tinha um prostíbulo grande nessa região chamado... Um nome até meio vulgar... E eles, os chefes de família, quando iam visitar ali já se fazia a disputa daquilo que tinha em conflito, com relação a terras. Então, um sempre alvejava o outro dentro desses prostíbulos ou cortavam de faca (Justino, 51 anos, morador de Novo Horizonte. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 16/10/2015).

Segundo o interlocutor esse foi um período difícil, no qual Patrimônio sofreu grandes perdas.

Durante a passagem da estrada houve a promessa de indenização por parte do DNER àqueles que perderiam suas casas, mas ofereciam quantias irrisórias aos proprietários dos sítios por onde a estrada passaria. Outro problema é que aqueles que perderiam suas casas só seriam indenizados se apresentassem as escrituras do terreno, o que não era o caso dos moradores de Campinho e imediações. Aqueles que se recusaram a receber o valor ou não possuíam escritura terminaram por ver a estrada se sobrepondo aos seus locais de morada e trabalho sem nada receber, entre os anos de 1970 e 1973, período no qual a comunidade foi cortada ao meio:

Teve muitos que tinham sítios aí que a estrada passou e queriam indenizar, mas era uma mixaria, inclusive, o Pinho foi um. Ali no Pinho mesmo... O Pinho, acho que perdeu até... Que ofereceram não sei quanto pra ele, ele se recusou, disse que não queria. Mas você vai brigar com o governo? Acabou a estrada passando dentro do sítio dele e ele não recebeu nada. Perdeu! O Adalberto da Noca também, lá na Boa Vista, também foi a mesma coisa. Só que o Adalberto depois, acho que aceitou, que ele viu que não ia ganhar mais mesmo. Aceitou o Estado dar... Não é nem estado, é federal essa estrada, né? Ela é federal. A União que indenizou essa turma aí. Só quem tinha escritura também do terreno. Quem não tinha, nada feito. A gente aqui mesmo, muitas casas aqui no Campinho a estrada tirou. Onde ela passa morava gente, muita gente morava onde a estrada tá passando hoje. Só fizeram barraco de tábuas para a turma do outro lado e passou a estrada e pronto, não indenizou ninguém (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Mesmo com todos os contras, já apontados por Lhotte (1982) em diálogo com Diegues (1973) e *O Estado de São Paulo* (22/05/1975), há quem consiga observar algo positivo a partir da passagem da estrada, como foi observado em nosso trabalho de campo. Uma das entrevistadas, moradora de Campinho, argumenta que os caminhos eram difíceis quando havia apenas a trilha ligando a comunidade à Paraty. Após a rodovia ficar pronta, o acesso a outros locais foi facilitando, pois permitia a passagem dos automóveis. Antes da rodovia, caso ocorresse com algum morador qualquer enfermidade era necessário que o levassem sobre uma rede, nos braços e caminhando até Paraty, pois não havia outra possibilidade de transporte. Em Paraty também não havia telefone ou para quem pudessem ligar para solicitar ajuda. A interlocutora argumenta ainda que o hospital não era de grande porte:

Agora com vinte minutos você vai em Paraty e volta. Naquela época você levava o dia todo andando. Só de caminhada você gastava quase seis horas, sete horas de viagem [...] Depois disso, da estrada, agora se tem uma pessoa passando mal, você já liga, quando vê o carro está chegando. Se não tiver ninguém aqui para levar, ou mesmo assim, se tiver algum amigo por aqui e tiver o carro a gente já liga pra ele e na mesma hora ele já socorre, já leva a gente. Ou se é para sair pra fora, a prefeitura arruma o carro e a gente vai. Se a prefeitura às vezes não vai, se um amigo tem um carro a gente paga gasolina para ele, ele leva a pessoa. Então, é uma coisa que melhorou sim (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015).

Outra moradora utiliza o mesmo argumento, o trajeto para fora das terras da comunidade era difícil, então, reconhece algum melhoramento com a chegada da rodovia Rio-

Santos: “Às vezes eles [os moradores] iam para lá, e não tinham como voltar para a cidade. Porque o rio enchia”. Entretanto, ela reforça, por outro lado, que a abertura da rodovia proporcionou o aparecimento dos pretensos proprietários, garantidos pela facilidade de acesso dado pelo novo caminho. Seu Gilberto lembra que as ameaças às terras aumentaram após a passagem da rodovia, pois antes eram praticamente inacessíveis.

As fazendas Paraty-Mirim e Independência estão situadas em áreas muito valorizadas, a abertura da Rio-Santos acendeu novas expectativas econômicas em toda região:

A rodovia [em janeiro de 1972] era ainda chão de terra em preparo. Rasgava as matas e trazia com ela outras gentes. Estranhos, desconhecidos. Trabalhadores da estrada, curiosos ou interessados nas promessas que vinham com ela: valorização, desenvolvimento, progresso (GUSMÃO, 1995, p. 20).

No que concerne diretamente às terras onde se localiza Campinho, o início da construção da rodovia Rio-Santos em 1972 e sua abertura ao tráfego em 1975, junto ao fim do relativo isolamento de Paraty ressaltando o seu potencial turístico, provocou muitas mudanças: a primeira foi a cisão das terras da comunidade, que ficou dividida ao meio com a passagem da estrada. Em segundo lugar, “os moradores encontraram na rodovia Rio-Santos – BR-101, uma alternativa de viabilização, em termos de mercado para seus bens e para sua força de trabalho” (GUSMÃO, 1995, p.39). A partir das considerações de Lima (2008, p. 67), observa-se que, neste contexto, transformaram o trabalho na roça em algo secundário, pois cuidavam da terra nos momentos de desemprego ou nas folgas, e passaram a trabalhar na construção da estrada e depois no condomínio Laranjeiras⁴⁷.

Reis (2010) baseada nas informações fornecidas por Gusmão (1998) também aponta algumas dessas alterações. A autora explica que a pesca se tornou uma prática eventual, pois sua decadência teve razão no fato do Rio Carapitanga ser alvo da poluição em função do crescimento do núcleo urbano que se instalou nos arredores da comunidade. Destaca ainda que esse foi um dos motivos que levou os moradores a perceberem a necessidade de trabalhar fora de Campinho, como assalariados, embora temporários.

Como citado acima, a construção da rodovia facilitou a especulação imobiliária e trouxe a supervalorização das áreas e a figura dos *grileiros* que começaram a tentar expulsar os moradores das terras. Muitas famílias foram despejadas, pois pessoas apareciam dizendo-se donas das áreas, invadiam as comunidades, impediam que os moradores construíssem casas, deixando-os atemorizados. As famílias passaram a ser expropriadas e as terras incorporadas ao patrimônio particular de terceiros. As famílias passaram a se defrontar com os pretensos proprietários e com todas as transformações, inclusive, da paisagem (Ballée, 2009; 2008).

No ano de 1975, quando a rodovia foi aberta ao tráfego, apareceu na área da fazenda, em Campinho, um homem dizendo que era o filho do proprietário daquelas terras ou da maior parte delas⁴⁸. Seu nome era Raul e morava em Santos (SP). Raul era filho de Romualdo, antigo trabalhador da fazenda Itatinga, próxima à Independência. A fazenda Itatinga, segundo os interlocutores, era propriedade de um homem chamado em Campinho de seu Biel -

⁴⁷ A este respeito, ver também Gusmão (1979).

⁴⁸ Nos documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 20/05/1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino; e CPT, 17/07/1988. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino) consta o nome de Romualdo como o agente que reivindica a propriedade das terras da fazenda nos anos de 1970. No entanto, nos relatos coligidos durante o trabalho de campo em 2015, os moradores acionam o nome de Raul, seu filho, como o pretense proprietário que surgiu nos anos de 1970.

comerciante de pinga, melado, entre outros produtos, e que possuía grande plantação de cana-de-açúcar e tropas de burros. Era considerado um homem rico pelos moradores do bairro. Seu Gilberto esclarece que Romualdo trabalhava na lavoura da fazenda e era um homem pobre como os demais, entretanto, é possível que, devido à existência de algum vínculo de amizade ou compadrio entre o proprietário da fazenda Itatinga e Romualdo, o primeiro pudesse ter cedido parte das terras da fazenda ao segundo. Fato que o encorajou a reclamar também as áreas próximas:

Romualdo era pobre, ele era trabalhador lá no meio da cana igual a nós também. No meio do pico de cana. Só que aquele tempo as vezes a pessoa que tinha mais , vamos dizer... Talvez até pra contratar trabalho, ele devia ser compadre as vezes daquele homem ou daquela mulher pra batizar o filho. Mas ele era pobre, ele trabalhava pra esse seu Biel, pra ganhar o trocado dele também pra sustentar a família . Ele não tinha dinheiro. Quem tem dinheiro tem mais força de brigar com o outro (Gilberto, 91 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12.10.2015, grifos nossos).

Essa iniciativa de Romualdo foi um dos fatores determinantes para impulsionar a intensificação das lutas em Campinho.

2.2.6 Outras investidas do Estado (1980)

Mesmo com as interferências na área ao longo das décadas, Campinho ainda enfrentaria outras situações conflitantes com relação às terras, uma vez que “em 1980 o Estado do Rio de Janeiro interveio manifestando interesse na área e solicitando o envio das ações para a Vara de Fazenda Pública” (LINHARES, 2014, p. 63). Após todas essas intervenções relatadas, ainda no ano de 1980, estampavam os jornais notícias afirmando que havia um lugar “onde metade da terra é ocupada por posseiros de classe média alta, com belas casas de veraneio, excelente vista para o mar da Costa Verde” (*Jornal do Brasil*, 31/05/1987, p. 16. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino). O lugar do qual tratava a notícia eram as terras desapropriadas pelo Governo em 1960 - a fazenda Paraty-Mirim, limítrofe a Campinho.

De acordo com a notícia supracitada, os chamados *posseiros ricos* eram constituídos por industriais, comerciantes e profissionais liberais, e estes dividiam as terras de Paraty-Mirim com a também ocupante Maetiba Empreendimentos Imobiliários Ltda. Dois trabalhadores que, contratados pelo Governo do Estado na época, responsáveis pela vigilância daquela área, explicaram ao jornal que a grilagem em Paraty-Mirim teve início principalmente com a chegada de representantes da Fimo Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda., ao local. Tal empresa possuía uma área em nome da Maetiba Empreendimentos Imobiliários Ltda. A Fimo Brasil foi, inclusive, acusada de ameaçar posseiros, no entanto, se mantinha no local através da Maetiba. Além de uma placa com a seguinte escritura: “área particular”, a empresa tentou até mesmo fechar um dos acessos à praia de Paraty-Mirim. A notícia chamou atenção que até mesmo o prefeito de Paraty na época, Edson Lacerda, detinha uma posse na área, mas esta foi vendida tempos depois ao proprietário da Induplast (Indústria de Plásticos), em São Paulo, Décio Segatto (*Jornal do Brasil*, 31/05/1987, p. 16. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

Nos registros que apontam como a Flumitur procedeu para com os trabalhadores após a doação das terras verifica-se que ela os expulsou utilizando táticas muito semelhantes

àquelas vistas em outros locais do estado, tais como: a disposição de placas pelos caminhos indicando que a área era de sua propriedade, e a utilização de apoio policial. Após a saída dos trabalhadores das áreas intensificou-se a chegada de turistas, atraídos pela empresa, provenientes de diversos locais. Nessa conjuntura, muitos daqueles que ainda permaneciam na no local terminaram por vender suas posses devido às pressões da Companhia (CPT, 1972 e 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

Em março de 1986 “diante do não cumprimento, pela Flumitur, dos encargos previstos da referida doação, o imóvel reverteu ao patrimônio do Estado mediante a revogação da doação” (ESTADO EM JUÍZO, 2002, p 525). Arruti (2008, p. 48) salienta que neste mesmo ano a União Federal demonstrou interesse na área tencionando a criação da Área de Proteção Ambiental do Cairucu. O autor destaca ainda que, além dos moradores, *grileiros* e empreendimentos imobiliários, as disputas pelas terras passam a integrar o Poder Público sob o discurso de preservação ambiental da área. Esta APA está sobreposta ao território do Campinho, onde este é considerado como sua Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR)⁴⁹.

De acordo com o ICMBIO (2011), entre os objetivos da Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR) estão:

Reduzir os impactos sobre as florestas, bem como sobre a biodiversidade da APA Cairucu; viabilizar a recuperação natural da cobertura vegetal e a conservação ambiental; assegurar o uso racional dos recursos florestais; promover condições para a implementação de projetos agroflorestais e apoio à visitação de baixo impacto; apoiar a conservação e desenvolvimento das comunidades quilombolas, indígenas e os pequenos agricultores. [Entre suas restrições estavam a realização de] quaisquer atividades que viessem a contribuir para a redução ou alteração do equilíbrio ambiental das nascentes e cursos d'água; a supressão ou corte de vegetação em estágio médio e avançado de regeneração, exceto nos casos de interesse social e utilidade pública definidos nesse plano de manejo (ICMBIO. Plano de Manejo. 2004, p. 6).

Observando as colocações acima, lembramos aquelas disponíveis nas diretrizes do documento⁵⁰ que trata da APA – fazendo menção ao caráter participativo da população no momento de sua produção, e associamos ao depoimento abaixo, de um dos interlocutores da pesquisa, ao manifestar sua opinião sobre os Planos de ordenamento da Área de Proteção Ambiental:

Nós continuamos com nossa batalha, aí veio só planos de manejo da APA Cairucu. Teve influência de muitas pessoas, veraneios, grandes investidores que investiram no turismo de elite no município, fizeram todo o plano de manejo com base na formação curricular que tinha um condomínio, não da

⁴⁹ Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR) é uma área que compreende a maior parte da zona rural da APA, situada entre a Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) e as Zona de Expansão Residencial e Turística (ZERT), e é composta basicamente por mata secundária em estágio inicial de regeneração, bem como pelos campos antrópicos e áreas cultivadas (ICMBIO, 2011, p. 20).

⁵⁰ ICMBIO. Plano de Manejo. 2004. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairucu. Dezembro de 2004. Disponível em: <
http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_cairucur.pdf>. Acessado em: 16/05/2016.

realidade de uma zona rural ou de um núcleo isolado de urbanização. Enfim, ficou complicado para quem não tem dinheiro e com o distanciamento do Estado, a tendência era que essas pessoas desenvolvessem desordenadamente toda essa região como você pode aferir agora na realidade (Justino, 51 anos, morador de Novo Horizonte. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 16/10/2015, grifo nosso).

A relação da comunidade com o entorno é essencial para mostrar como os eventos antes, durante, e depois do golpe, afetaram Campinho e a região como um todo. As lutas foram forjadas no cenário demonstrado acima, no qual os moradores de Campinho se defrontaram com pessoas de várias localidades, contato este que muitas vezes se converteu em processos de assédio às terras que, inclusive, promoveu disputas obrigando-os a reagir para garantir a permanência ali. Buscaremos no próximo capítulo, através das experiências dos atores sociais, nessas várias situações de pressão narradas acima, mapear como se deram essas formas de reação, de luta, quais foram as formas de resistência cotidiana acionadas pelos moradores mediante aos diversos processos de interferência na região.

CAPÍTULO III

O PROTAGONISMO DOS ATORES SOCIAIS: DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA ÀS REAÇÕES PÚBLICAS

Após o esforço de apresentar, no capítulo anterior, o modo de vida local e determinarmos qual foi o cenário onde foram forjadas as lutas, faremos aqui uma reflexão sobre algumas formulações de James C. Scott sobre o que constituem as formas de *resistência cotidiana*, na tentativa de nos apropriarmos de suas chaves teórico-metodológicas, para melhor compreensão desse tema. Em seguida, apresentaremos o principal exercício proposto nesta dissertação, ou seja, alguns indícios sobre quais foram as formas de *resistência cotidiana* acionadas pelos atores sociais de Campinho da Independência frente aos processos de interferência de agentes externos na comunidade. Nesse sentido, este capítulo está dividido em dois tópicos principais: no primeiro lançaremos mão das contribuições de Scott sobre as formas de resistência cotidiana e, no segundo, nos dedicaremos aos indícios da resistência identificados no caso de Campinho.

3.1 Algumas contribuições de James C. Scott sobre a infrapolítica dos grupos subalternos

O antropólogo e cientista político James Scott buscou interpretar e compreender a conduta política dos grupos subordinados. Debruçou-se sobre o que chama de *formas de resistência cotidiana*, uma forma de luta cautelosa empreendida por grupos menos favorecidos, os subalternos. Seu interesse foi impulsionado por sua insatisfação com os trabalhos relacionados aos temas voltados às rebeliões e revoluções envolvendo o campesinato.

Para este autor, a capacidade de ação deste segmento social foi negligenciada ao longo da história, pois os menos favorecidos aparecem de modo incipiente como atores no âmbito das revoluções nos registros escritos (SCOTT, 2011). Menezes (2002), apoiada nas formulações de Monsma (1999), explica que Scott sugere adotarmos um olhar diferenciado sobre as revoluções camponesas, priorizando a observação sobre as práticas cotidianas dos menos favorecidos, suas reações imediatas às situações que consideram como ameaça, entendendo-as como uma forma tão importante de luta social quanto aquelas organizadas e formais privilegiadas pelas Ciências Sociais.

O papel dos camponeses nas revoluções é tratado nas análises de Scott por outro viés, diferindo, por exemplo, sobremaneira do olhar de Wolf sobre esses segmentos sociais, pois em suas formulações Scott abandona o paradigma adotado por Wolf, que prioriza as ações explícitas dos camponeses nas revoluções para entender sua política (MENEZES, 2002). Scott argumenta que essas revoluções são esporádicas e em várias situações grande parte dos camponeses reage às mudanças que os afetam através de outras formas de resistência mais práticas, menos visíveis e sem organização prévia. Elas consistem nas “formas que a luta

política assume quando as realidades da dominação inviabilizam qualquer tipo de confronto direto” (SCOTT, 2013, p. 264). Sobre isso Menezes comenta:

Sem desconsiderar a importância dos movimentos sociais, Scott entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados (MENEZES, 2002, p.33).

Scott revela que as ações mais explícitas e organizadas, bem como as greves e rebeliões, são espaços de expressão política e devem ser reconhecidas como ações importantes, porém, essas ações informam pouco sobre a luta cotidiana, isto é, aquela empreendida por objetivos mais imediatos, tais como: “a luta mais vital/cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito” (SCOTT, 2002, p. 11). Centrar a análise apenas nas ações mais explícitas e organizadas, segundo o autor, é um dos fatores que favorecem a distorção do papel do campesinato na história, pois aquelas passam a ser os eventos considerados como luta social ou como revolução, porém, subsumindo o campo mais durável dos conflitos e da resistência:

Assim, por exemplo, uma pequena e fútil rebelião destaca-se tanto mais, quanto maior for o seu impacto sobre as relações de classe, enquanto os atos não anunciados de fuga, roubos, que podem ter um impacto muito maior são raramente noticiados. As pequenas rebeliões podem ter uma importância simbólica por sua violência e pelos seus objetivos revolucionários, mas, para a maioria das classes historicamente subordinadas, tais episódios raros foram mais momentâneos do que as silenciosas guerrilhas que têm lugar no cotidiano de várias populações (SCOTT, 2002, p. 11, grifos nossos).

A partir das contribuições de Scott podemos operar aqui a partir de duas noções de resistência para compreender os processos de luta e formas de ação em Campinho. A primeira pode ser entendida como *resistência cotidiana silenciosa*, exemplificada por processos sorrateiros através dos quais os “camponeses “íntrosos” têm frequentemente invadido plantações e florestas estatais” (SCOTT, 2002, p. 13). E a segunda concerne à confrontação direta que, como sugere o autor, é amplamente abordada nos estudos sobre as revoluções camponesas. Este segundo tipo de ação é exemplificado pelos confrontos públicos que desafiam abertamente aqueles que detêm o poder.

Embora a *resistência cotidiana* seja caracterizada por processos sorrateiros, o autor não descarta que em seu âmbito existam confrontos mais rápidos e aparentes, mas explica que, para os trabalhadores que se encontram em situações de submissão e repressão, as formas de luta menos explícitas podem ser sua única opção:

Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes (SCOTT, 2002, p. 11).

Essas formas de ação de grupos relativamente sem poder, a *resistência cotidiana* do primeiro tipo, são chamadas de as “armas dos fracos” (SCOTT, 1985). Ações silenciosas,

sorradeiras, e que podem ser entendidas através de dois conjuntos de razões: o primeiro refere-se à natureza das mudanças enfrentadas pelos pobres, enquanto que o segundo se refere aos efeitos da repressão sofrida por eles (SCOTT, 2002).

Entre essas ações, entendidas pelos dominantes como insubordinação e consideradas por Scott como a *infrapolítica* desses grupos, estão a “relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem” (SCOTT, 2011, p. 219), mas também “fazer ‘corpo mole’, condescendência, fuga, fantasia, maledicência” (MENEZES, 2002, p. 33), entre outros. Para Scott o que encoraja as ações de resistência *infrapolítica* por parte daqueles que se encontram em situação de subordinação está diretamente relacionado ao nível de necessidade e de indignação ao qual estão sujeitos (SCOTT, 2013). Abaixo dispomos algum esclarecimento sobre a *infrapolítica* nos termos deste autor:

Cada uma das formas de resistência disfarçada, ou infrapolítica, é uma companheira silenciosa de um modelo vociferante de resistência política. Assim, as ocupações de terras clandestinas são o equivalente infrapolítico de uma invasão de propriedade feita às claras: ambas se destinam a resistir à apropriação da terra (SCOTT, 2013, p. 273).

Essas ações são entendidas aqui como formas de luta em situações de enfrentamento. São executadas em relativa segurança, posto que os autores o fazem resguardados pelo disfarce ou pelo anonimato, condição fundamental para garantir o risco mínimo de represálias. Para Scott o disfarce das ações e a exigência do anonimato são fatores que contribuem para exclusão das formas de *resistência cotidiana* dos registros históricos. Isto ocorre porque essas formas de enfrentamento proporcionam a produção de um silêncio, primeiro por parte dos autores das ações que buscam não chamar a atenção; segundo, porque os antagonistas também não chamam atenção para não registrar o que poderia ser considerado uma afronta à sua soberania e incitar a reprodução dessas ações entre os grupos (SCOTT, 2002).

De acordo com Scott, “as técnicas de disfarce e ocultação [que garantem o anonimato] podem ser divididas em dois grupos: as que disfarçam a mensagem e as que disfarçam o mensageiro” (SCOTT, 2013, p. 198, adendo nosso). O autor explica que quando qualquer um destes for expresso publicamente estaremos no domínio da confrontação direta. Menções a essas formas de anonimato também podem ser encontradas em Thompson (1998), ao citar ações empreendidas pelos trabalhadores diante e longe da face do poder:

As cartas anônimas, o fogo posto no celeiro, o desjarretamento do gado, os tiros ou pedras atiradas às janelas, os portões desengonçados, os pomares decepados, as comportas dos viveiros dos peixes abertas durante a noite. O mesmo homem que durante o dia saúde reverentemente o seu senhor e que fica para a história como um exemplo de obediência e respeito pode matar as suas ovelhas, armadilhar os seus faisões ou envenenar os seus cães durante a noite (THOMPSON, 1998, p. 399 *apud* SCOTT, 2013, p. 211).

A exclusão da *resistência cotidiana* dos registros escritos (ou o não reconhecimento de determinadas ações como formas de resistência) contribui para o estereótipo dos camponeses, referendando uma posição de inércia a vários processos que os afligem, o que termina por ser creditado como sua característica. Menezes e Malagodi (2011), dialogando com Long e Van der Ploeg (1994), chamam atenção para a constante reprodução dessa imagem da passividade

camponesa. Para exemplificar este ponto utilizamos o argumento de Menezes (2002) ao comentar o caso de trabalhadores rurais que não participam de organizações políticas são, muitas vezes, avaliados como necessitados de organização. Além disso, a autora abaliza que suas práticas no âmbito das relações de poder, aquelas mais silenciosas, são entendidas como conformismo.

Menezes e Malagodi (2011) informam que essa propensão à vitimização dos camponeses possui gênese na desvalorização desse segmento enquanto agente ou ator e, como proposta para sanar esta dificuldade, apresentam uma formulação de Long e Van der Ploeg (1994), na qual sugerem que os indivíduos e os grupos sociais sejam postos no centro da análise, que sejam entendidos como *sujeitos ativos* na construção dos processos sociais em que estão envolvidos. Para estes autores, esses atores sociais possuem *capacidade de agente*, são aptos a agir em diversas circunstâncias. Argumentam ainda que esse pensamento os aproxima, inclusive, da perspectiva analítica de Thompson que, ao utilizar a noção de *experiência*, determina os sujeitos sociais como o centro da historicidade.

Ao analisar as proposições de Thompson observamos que ele esclarece que as teses de pensamentos conservadores apostam nos trabalhadores como vítimas passivas, ou os reconhece apenas pelo viés econômico, ou seja, são visões que mascaram suas práticas, suas experiências. O autor aponta que por vezes a história é lida:

À luz de preocupações posteriores, e não como de fato ocorreu. Onde apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados⁵¹. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos (THOMPSON, 1987, p. 13, adendo nosso).

As afirmações dos autores citados acima chamam atenção para o fato de que os atores sociais devem ser entendidos como *sujeitos ativos* nos processos de mudanças, não fantoches, respondendo apenas a determinações estruturais. Menezes (2002), baseada em Scott (1986), chama atenção para o fato de que não se deve ignorar o interesse pessoal no que concerne à *resistência cotidiana*, pois isso seria ignorar o contexto determinado tanto da política camponesa quanto de grande parte das classes pobres.

Para o autor a semelhança das formas de *resistência cotidiana* com as confrontações públicas consiste no fato das duas objetivarem rechaçar as demandas dos superiores ou a levar adiante suas próprias reivindicações. No entanto, o ponto de distinção entre elas está ancorado no fato das *formas cotidianas* negarem objetivos públicos e simbólicos, mas, além disso, ela é dissimulada e visa ganhos imediatos (SCOTT, 2011). Scott aponta que, embora, em alguns casos, a resistência camponesa, tenha se tornado ativa e até mesmo violenta, a regra geral, porém, é a forma de resistência passiva, sutil (SCOTT, 2002). O autor esclarece que essas formas de luta de classe⁵² possuem certas características em comum:

Requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente,

⁵¹ O tema é explorado por De Decca (1988), para pensar os eventos de 1930 no Brasil.

⁵² Empregamos esse termo inspirados nas formulações de Thompson (1987, p. 9) que entende por classe um fenômeno histórico. Ele assegura que “se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontado de experiências. [...] A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, e ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987, p. 11; 12).

qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite (SCOTT, 2002, p. 12).

Scott chama atenção que pode ser uma atitude equivocada idealizar as formas de *resistência cotidiana* “pois elas possivelmente não poderão fazer mais do que afetar lateralmente as várias formas de exploração que os camponeses enfrentam” (SCOTT, 2002, p. 12). Por sua vez, Menezes e Malagodi (2011), baseados em exemplos citados nos trabalhos do autor supracitado, argumentam que não se devem qualificar as práticas cotidianas como triviais ou sem consequência. Considerando os dois pontos de vista, informamos aqui que os dados de nossa pesquisa se coadunam com o julgamento daqueles que defendem que essas formas de resistência produzem sim algum efeito sólido, pois a partir dos dados coligidos em nossa pesquisa notamos como as ações empreendidas pelos moradores de Campinho frente a vários processos de pressão foram fundamentais, pois contribuíram para permanência do grupo no local por várias décadas até que sua luta assumisse outra dinâmica, como veremos adiante.

Ao desenvolver o que trata como *formas de resistência cotidiana*, Scott (2013) propõe-se, segundo Marilda Menezes, a entendê-las por meio do que chama de *discurso público* e *discurso oculto*⁵³ (MENEZES, 2002). A autora afirma que no *discurso público*, tanto os poderosos quanto os dominados tendem a orientar suas atitudes por estratégias de respeito, dissimulação e vigilância. Para a autora, ao desenvolver de forma mais ampla a noção de formas de *resistência cotidiana*, Scott propõe-se a entendê-la como um *discurso oculto*.

O termo *discurso oculto* é empregado para marcar as expressões que tem lugar fora do campo de observação dos poderosos, mas também em oposição ao termo *discurso público*, caracterizado pelo comportamento dos atores na presença da figura dominadora, ou seja, é o discurso que tem lugar no campo das relações explícitas. O *discurso oculto* consiste em enunciados, gestos e práticas que, tendo lugar fora de cena, muitas vezes contradizem aquilo que aparece no *discurso público*, o comportamento apresentado na face do poder (SCOTT, 2013). O *discurso oculto* é alimentado pelo sentimento de indignação gerado através das várias e reiteradas experiências de ofensa frente às situações de dependência vivenciadas pelos grupos subalternos. Sobre essas experiências Scott nos alerta que:

Uma pessoa pode experimentar um sentimento de ultraje às mãos de outra pessoa sem que mais ninguém presencie ou venha a saber o que aconteceu. O que parece ser claro, no entanto, é que qualquer afronta à nossa dignidade é consideravelmente agravada quando é infligida em público. O ultraje é mais nocivo perante as pessoas às quais nossa dignidade, o nosso valor como seres humanos é mais importante, serem elas a fonte social da nossa auto-estima. Este círculo incluiria a nossa família, amigos próximos, vizinhos, colegas de trabalho e pessoas que se encontram em situações idênticas as nossas, em particular, nossos próprios subordinados, com os quais mantemos uma relação de poder. É neste círculo social restrito que o subordinado

⁵³Menezes explica que que Karl Monsma traduziu o termo *hidden transcript* em seu trabalho como *transcrições escondidas*, mas a autora, acreditando que Scott faz referência em sua análise não aos domínios *escondido* versus *visível*, mas sim aos domínios *oculto* versus *público*, optou por traduzir o termo como *transcrições ocultas*. Porém, neste trabalho, adotaremos os termos *discurso oculto* e *discurso público* considerando a utilização mais recente do termo empregada no livro deste autor, traduzido para o português no ano de 2013, substituindo os termos empregados por Menezes (2002), mas atribuindo a eles o mesmo sentido. Ver também Scott (2013).

encontra um refúgio parcial das humilhações da dominação e é a partir deste círculo que se forma o público do discurso oculto (SCOTT, 2013, p. 166:167, grifo nosso).

Muitos atores que compõem esse círculo social onde possivelmente se forma o *discurso oculto* por vezes compartilham as mesmas experiências de desacato e, por isso, criam um discurso conjunto de justiça/injustiça e reservam um *espaço social seguro*, longe dos olhares dos dominantes, para que possam externar sua indignação. Esse discurso é demonstrado muitas vezes através das expressões corporais, por meio das quais as elites são criticadas, julgadas e rejeitadas (MENEZES, 2002, p. 37), porém:

O discurso oculto não comporta apenas atos discursivos, mas todo um conjunto de práticas diversas. Assim, para muitos camponeses, atividades como a caça furtiva, o pequeno furto, a fuga aos impostos e a simulação do trabalho são parte integrante do discurso oculto (SCOTT, 2013, p. 43, grifo nosso).

Os lugares onde os sentimentos e as ações que não podem ser externalizadas na face do poder, devido ao nível das relações e também da dominação, são expressos em relativa segurança são chamados de *espaços sociais do discurso oculto*. Scott (2013, p. 174) informa que o termo “*espaço social* pode transmitir uma ideia errada se o tomarmos na acepção exclusiva de local físico isolado”. Menezes (2002, p. 37) chama esse lugar seguro onde ocorre essa comunicação entre os grupos subordinados longe dos olhos dos dominantes de *espaço de liberdade*. Nessa perspectiva:

A criação de um espaço seguro para o *discurso oculto* não implicava necessariamente uma distância física dos dominadores, desde que fossem empregados códigos linguísticos, dialetos ou gestos incompreensíveis para os seus senhores (SCOTT, 2013, p. 175).

As razões que levam os grupos desfavorecidos a *ocultarem* os seus discursos de indignação têm origem no temor de represálias por parte dos detentores do poder. No entanto, ainda assim os atores desenvolvem técnicas para facilitar a enunciação de suas críticas de forma segura, quando lhes é garantido o resguardo de sua identidade. Scott aponta que algumas técnicas acionadas com esse intuito são: a alegação de “possessão por espíritos, os boatos, as agressões por práticas de magia, os rumores, as ameaças e os atos de violência sob anonimato, as cartas anônimas e a insurreição anônima das massas” (SCOTT, 2013, p. 200).

Menezes (2002, p. 39) reforça que nem sempre as *emoções*, o sentimento de indignação alimentado pelos mais fracos, são externados. Muitos *discursos ocultos* nunca passam de: “declarações escondidas do público que nunca chegam a ser objetos de atuação” (SCOTT, 2013, p. 45). Inferimos que é nesse sentido que Menezes (2002) aponta que Scott traz a *emoção* como um importante elemento para sua análise, pois os atores articulam a *emoção* com as oportunidades nas quais necessitam reagir. Os confrontos mais visíveis, diretos, as “declarações abertas de guerra, com seus riscos mortais, normalmente acontecem depois de um demorado enfrentamento num terreno diferente” (SCOTT, 2002, p. 14; 2011, p. 228), onde os camponeses já passaram por um longo processo de resistência silenciosa.

Menezes (2002) explica que, mesmo considerando as críticas⁵⁴ elaboradas sobre as formulações acerca das formas de *resistência cotidiana*, discutidas por Scott, é necessário considerar que essa noção trouxe grande contribuição para problematizarmos as formas de atuação política daqueles considerados sem poder. As noções de *discurso oculto* e *público*, apesar de todas as suas limitações, representam uma alternativa para a compreensão da atuação política dos grupos subalternos.

No caso de Campinho os *discursos oculto* e *público* são direcionados àqueles agentes externos chegados ao local ou aqueles que se tornaram estranhos ao grupo ao longo dos processos de intervenção fundiária, mesmo que não estivessem em condições tão diferentes, mas o que forneceu os elementos dessa diferenciação tem razão nas escolhas daqueles que agiram impulsionados pelas ações do Estado ou simplesmente ignoraram regras básicas que mantinham a coesão do grupo.

Buscamos refletir sobre a situação empírica deste trabalho aproximando-a das análises de Scott para determinarmos quais foram as formas de *resistência cotidiana* empreendidas pelos moradores de Campinho de modo a tentar satisfazer as suas demandas, sendo a principal delas a permanência na terra. Agora, ao adentrar nos relatos sobre as formas de *infrapolítica*, observaremos como estas se davam nos *espaços sociais*, aqueles denominados por Scott de *discurso oculto* e *público*. Veremos adiante como nos apropriamos de um conjunto de dados coligidos através da literatura específica que trata do lugar, como os trabalhos de Neusa Gusmão, entre outros, e da teoria deste autor para refletir sobre o caso em questão.

3.2 Os indícios das formas de *resistência cotidiana* em Campinho (1940-1980)

Metodologicamente, trabalhar com a memória nos forneceu um espaço privilegiado, pois “dialogar com o ator longe da face do poder” (SCOTT, 2013, p. 38), atualmente, passados os processos de confronto mais intenso, nos ofereceu uma interpretação mais clara daquilo que expunham no *discurso público* em cada situação vivenciada. Compreender as expressões que compõem os discursos desses atores é fundamental para o estudo das formas de *resistência cotidiana*.

Vários pontos do pensamento de Scott nos remetem as situações descritas pelos interlocutores de Campinho. Tomamos para análise inicialmente as narrativas de José, no capítulo II, quando trata das experiências vivenciadas nas fazendas Pedras Azuis, Paraty-Mirim e Independência, por seus antepassados. Através daquele relato tivemos uma primeira noção do campo de tensões nas quais o grupo estava imerso, e enxergamos claramente as condições nas quais foi fomentada a produção de um *discurso oculto* de indignação, a formação do cenário das lutas menos explícitas. Mas também identificamos técnicas que utilizavam no período escravocrata para realizar críticas aos dominadores.

Primeiramente externavam sua indignação frente às situações de ultraje através de atos discursivos, ações como reclamar, resmungar, atos que compõem o *discurso oculto*. O caso de

⁵⁴ Menezes destaca em seu trabalho que outros autores teceram considerações sobre as proposições de Scott concernentes as formas de resistência cotidiana. Alguns autores questionam as formas cotidianas como resistência, outros criticam a generalidade e amplitude da noção, ou que esclarece pouco sobre as possibilidades de ação em situações de dominação, mas, além disso, há aqueles que tratam de uma espécie de romantização da noção de resistência, e o argumento para tal é que ela desconsidera a participação dos subalternos na reprodução da dominação. Para mais detalhes sobre essas considerações ver os autores destacados por Menezes (2002, p. 41), tais como White (1986), Brass (1990), Turton (1986), Caldeira (1989) e Monsma (2000).

Domingos nos foi narrado como um bom exemplo para explicitar a indignação, certamente compartilhada por seus pares e, no seu limite, certamente fez com que o mesmo externasse os sentimentos de modo a ser avaliado como *respondão* por seu senhor. Mas, além disso, essa história nos alerta sobre os limites e perigos que os mais fracos sofriam e sofrem em arriscar sair do campo seguro do anonimato. Para sua segurança, as emoções deveriam ter sido refreadas através da *gestão das impressões* no âmbito do *discurso público*, deveria ser apresentado um comportamento de deferência e de subordinação. Quando as reclamações entredentes dos menos favorecidos passam dos limites seguros da crítica disfarçada às queixas diretas, muitas vezes culminam em represálias, como foi o caso do assassinato do escravo Domingos, exposto no capítulo II.

No período que nos propusemos a estudar, as décadas de 1940 até 1980, os primeiros indícios do que Scott chama de formas de *resistência cotidiana* foram percebidos durante o contato com o estudo de Neusa Gusmão. A autora aponta que as terras da fazenda sofriam um processo de divisão, sendo entendidas como de *gente do lugar* - os moradores de posse ancestral, e de *gente de fora* - pessoas oriundas de outros estados brasileiros que seguiram para a região em razão das ações voltadas a reforma agrária do governador Roberto Silveira:

Em Campinho conta-se que eles chegaram querendo terras no bairro, mas os daqui não deixaram. Foram para Trindade, área praiana, limite com Independência, mas o povo de lá, também não deixou. Restou aos de fora ir ficando na vila próxima, Patrimônio e ao seu redor, Independência (GUSMÃO, 1995, p. 35, grifos nossos).

A autora explica que as terras de Campinho eram aquelas protegidas pelos parentes, terras que não poderiam ser vendidas. O parentesco era um elemento organizador dos padrões de ocupação das áreas de moradia e junto ao casamento eram fundamentais para organização e resistência do grupo. O casamento era considerado o reforço da própria descendência que, assim, diferenciava cônjuges parentes e não parentes (GUSMÃO, 1995). E era nesse sentido que o grupo impedia a presença de *gente de fora* em terras do bairro, naquela área que chamam, atualmente, de Campinho, pois poria em risco a segurança do grupo.

Como demonstrado no capítulo II, os casamentos ocorriam entre parentes, dentro da comunidade, mas Gusmão explica que nos casos em que alguém casava com alguém externo às terras do bairro era entendido como *de fora* também. Este caso nos remete às afirmações de Menezes apresentadas abaixo:

As relações entre iguais nem sempre ocorrem dentro de linhas democráticas, mas se constroem também sob critérios de sanção, reprovação para aqueles que se comportam a favor do dominante, quando rompem com algum costume, valor ou regra social da comunidade (MENEZES, 2002, p. 36).

Essas observações inspiram nossa reflexão sobre a existência de algum grau de conflito formado dentro do próprio grupo em razão das situações impostas a eles. A autora explica que Scott (1985) também dedica alguma atenção a esses conflitos dentro da classe dos camponeses, abalizados por parentesco ou relações de vizinhança (MENEZES, 2002). Scott (2013) apresenta alguns indícios de um *discurso oculto* que se desenvolve no interior das relações entre os próprios subordinados no sentido de criticar e julgar os próprios pares, aqueles que mais ou menos tentam se adequar ou tirar proveito das estruturas de poder:

Mesmo que as relações entre subordinados se caracterizam pela simetria e pela reciprocidade, o discurso oculto que se desenvolve nestas circunstâncias pode ser igualmente tirânico, ainda que todos participem na sua modulação. Veja-se, por exemplo, a atitude que tantas vezes impera entre os trabalhadores no sentido de penalizar qualquer elemento que se esforce por conquistar a simpatia dos patrões. As palavras usadas pelos seus pares para descrever tal comportamento (lambe-botas, lambe-cus, vendido, bajulador) destinam-se a impedi-lo, podendo ser complementadas por olhares discriminatórios, comportamentos de exclusão ou mesmo violência física (SCOTT, 2013, p. 59).

A partir da análise empírica observamos que os de Campinho desenvolveram entre si algumas normas que, por exemplo, condenavam qualquer membro que casasse fora do grupo ou aquele que tentasse vender as terras. Os que arriscavam tomar atitudes como estas eram avaliados como quem visava apenas seus interesses pessoais, ignorando o coletivo, ajustando-se ou tirando algum proveito das mudanças em curso.

Aqueles oriundos das uniões com os *de fora*, ou aqueles que venderam terras, eram repelidos, muitas vezes de modo implícito, pelas pessoas da comunidade, por exemplo, as sogras limitavam a inclusão das noras nos sistemas de trocas vicinais na comunidade. Nesse sentido, no caso de Campinho notamos a existência de um tipo de sistema de dominação entre os grupos subordinados, fruto das relações no interior de um sistema mais amplo, o qual envolve uma gama de atores, como o Estado, entre outros, sob sua influência. As ações no âmbito desse subsistema ajudam a refrear aqueles agentes que pretendem adotar ações que contrariem as expectativas do grupo.

O grupo subordinado às forças externas que provocavam as mudanças em curso exercia sua própria vigilância e sancionava aqueles que agiam contra suas prerrogativas. Utilizavam essas técnicas para manter a unidade face à dominação exercida a partir das ações estatais, mas também para suprimir a dissidência entre aqueles que estavam sendo afetados pelas mudanças em curso. Para Scott:

Estas sanções podem assumir as mais variadas formas, desde pequenos gestos de reprovação, passando por atitudes ostensivas de desprezo até, claro está, a atos de intimidação ou violência física. [...] As relações de forças entre os subordinados se tornam mais acentuadas na medida em que os perigos são elevados a partir de deserções. Os mecanismos de controle são dolorosos e por vezes sórdidos. Calúnias, difamações, mexericos, rumores, manifestações públicas de indiferença ou desprezo, injúrias, maledicência e ostracismo são apenas algumas das sanções que os subordinados podem exercer sobre os outros (SCOTT, 2013, p. 186:187).

As armas que usavam, como os olhares reprovadores, a negação dos parentes, são sanções relativamente brandas contra determinados poderosos, mas eficazes contra os dissidentes dentro do próprio grupo (SCOTT, 2013). Notamos a eficácia dessas formas de sansão, como a rejeição, quando conversamos com uma das moradoras da comunidade. A história de rejeição da informante é conhecida por alguns pesquisadores que estiveram no lugar, e segundo eles os fatos foram narrados pela própria interlocutora, pois de acordo as regras locais, por não ter nascido lá e ter se casado com um filho daquela terra, sofreu rejeição. A moradora só se legitimou frente à comunidade após a morte da benzedeira do lugar, pois cumpriu uma espécie de profecia. A benzedeira afirmou que deixaria seu legado

para a primeira mulher que, desavisada, cruzasse o seu cortejo de morte, e esta mulher foi a informante, que recebeu o seu dom.

Essa história de rejeição foi contada pela própria interlocutora a outros pesquisadores, mas, atualmente, quando trata de sua história no lugar surge uma outra versão. A interlocutora trata apenas de como herdou o dom “de rezar nos outros”. Essa foi a história que alcançamos na ocasião de nossa pesquisa. O seu caso nos remete mais uma vez a Pollak ao afirmar que, no que concerne a algumas memórias, muitas vezes os atores sociais optam pelo silêncio, pelos “não-ditos”, em decorrência de situações traumatizantes, de lembranças comprometedoras ou até mesmo para evitar mal-entendidos (POLLAK, 1989, p. 6). Por sua vez, Portelli (1998) explica que temos que considerar não apenas os fatos ocorridos, mas também a omissão dos mesmos nos depoimentos. A atitude da interlocutora pode ser bem entendida aqui como uma tentativa de reescrever uma história dolorosa:

Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros [...]. Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história (POLLAK, 1989, p. 13).

Ainda como forma de resistir às ameaças de ocupação por pessoas de outros lugares que chegavam por meio das ações governamentais, as terras da fazenda, antes usufruídas em sistema de *uso comum* pelos moradores locais, passou a ter acionada uma divisão:

Agora tem [essa divisão em núcleos]! [...] Depois de uns tempos para cá foi que começou esse negócio. Aí começou a entrar gente de fora, como muitos vem do Espírito Santo (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, adendo nosso).

Após a chegada das pessoas oriundas de outros locais para região, a partir dos incentivos governamentais, “cada um ficou com a medição para poder se segurar [na terra]”⁵⁵. As áreas do bairro que eram ocupadas a partir de uma divisão em núcleos familiares, utilizadas de acordo com a necessidade dos moradores, passaram a exigir que cada família se responsabilizasse por proteger uma extensão do terreno. Isto significou, inclusive, um reforço das diferenças entre as terras de parentes e não parentes:

O Dr. Derly avisou o pessoal do Buriti que tinha muita terra, para o pessoal vir. Aí o pessoal começou a invadir. Até que eles chegavam aqui em casa conversando, mas a gente empurrava lá pra longe. Porque senão... Aí tinha o Benedito Elias lá em cima arrumava lá pra eles... (Cristina, 85 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12/10/2015, grifo nosso).

Nesse intervalo de quatro anos, ele [Derly] anunciou para Minas, Espírito Santo, que tinha muita terra devoluta aqui em Paraty. E terra boa, fértil. Aí invadiu de gente aqui. Aí quando eles viram isso vieram todo mundo, muita gente para cá. Aí foi quando abriu aí o Patrimônio, Forquilha, lá em cima, Corte 70, lá na divisa que vai pra Ubatuba... aí encheu de gente aqui na...

⁵⁵ José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015.

Córrego dos Micos... muita gente entrou aí. Aí a gente, nós que ficamos cá pra baixo, aí foi quando começou a dividir os pedaços. Porque senão eles invadiam tudo e a gente ia ficar como ficamos, praticamente ficamos quase encurralados por eles aí. Que eles vieram abrindo, abrindo, não tinha mais lugar pra eles ficarem lá pra cima aí... (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifos nossos).

Ao utilizar o termo *invadir* para se referir à ação daqueles que chegaram à região requerendo as terras, a interlocutora reforça o direito à posse daqueles que já estavam estabelecidos e fornece pistas, inclusive, para se pensar que este foi um contexto de forte ameaça, fazendo com que agissem frente a essa situação, *empurrando* os recém-chegados para longe para se defender. É exatamente nesse momento de ameaça, no qual os moradores de Campinho se negam a ceder parte de seu território aos recém-chegados, que notamos os indícios de uma resistência mais cotidiana interposta no sentido de garantir as suas terras. Além de resistir aos de fora “empurrando-os para longe” e através da divisão em núcleos, repelem qualquer ameaça externa negando o parentesco com os descendentes dos *de fora*, mesmo que haja qualquer ligação, pois não se deve “citar como parente para não requerer a terra” (GUSMÃO, 1995, p. 64).

Quando os *de fora* não foram aceitos em Campinho saíram em busca de outros locais para viver, inclusive, em Trindade, como já demonstrado por Gusmão. Alguns, como apontaram os dados coligidos neste trabalho, conseguiram terras na área da fazenda Independência, mas na área diferenciada, oposta àquela do grupo mais coeso, terras cedidas por seu Benedito Elias, como visto no capítulo anterior, e aquelas vendidas pelos próprios moradores da fazenda, descendentes de escravos. Além destes, outros ocuparam também terras nas imediações, fora da área da fazenda Independência. A partir desses deslocamentos e dessa dinâmica de ocupação, dentro e fora da fazenda, surgiram novos lugares, tais como Patrimônio, Córrego dos Micos, Novo Horizonte, entre outros.

Aquele lugar para lá era do meu avô e do meu tio, meu avô era Venâncio. Então, aquele mato pra lá, ali era deles, mas para os fundos já era gente de fora que veio e comprou, então, meu avô morreu aí ficou meu tio e um primo, mas meu tio morava em Santos, trabalhava lá, lá morava. Aí meu avô primeiro, antes de morrer, vendeu um pedaço, depois vendeu mais outro pedaço. Aí sei que ele vendeu para um senhor lá, depois o senhor foi loteando também, aí dali já tem a minha prima Clarinda, que pertence aquele lado ali do Novo Horizonte, ela também foi vendendo uns pedaços, então, ali se formou, dizem que já está uma cidade... Eu não fui lá não. Nunca fui lá, mas dizem que é muito bonito Novo Horizonte, mas eu nunca fui lá (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015, grifo nosso).

Nota-se que a moradora ao fazer referência ao processo de ocupação das terras por pessoas que vieram de outros locais a partir da venda por parte de seus parentes, deixa claro que os mesmos pertencem ao outro lado da fazenda, agora denominado Novo Horizonte, e que nunca foi ao local, ou seja, não mantém relações. O lugar denominado, atualmente, de Patrimônio era considerado por muitos como parte das terras de Independência, mas foi sendo povoado por pessoas vindas de outros locais. Como visto anteriormente, o primeiro morador oriundo de outro local, registrado na memória dos moradores, foi Benedito Elias, vindo de Trindade, mas após sua chegada outros vieram, inclusive, instalando-se em terras que estavam sob seus domínios, como visto no capítulo II.

Como apontam as notícias difundidas na época, aqueles que foram viver nas terras da fazenda Independência na década de 1960, após incentivos governamentais, não receberam nenhuma ajuda técnica ou incentivos para que desenvolvessem a agricultura, então, na década seguinte, passaram a ser apontados como os destruidores da reserva florestal. Foram acusados de desmatar uma área de mata ainda intocada, em volta da fazenda, em um curto intervalo de tempo, isto é, desde o período em que saíram de seus lugares de origem e foram viver no local (*Jornal do Brasil*, 22/08/1972, p. 23).

Com a instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina, nos anos de 1970, englobando também outras áreas além daquelas onde estavam os posseiros desde a década de 1960, os limites passaram a ser considerados pelo Governo Federal como área de preservação natural e foram instaurados vários esquemas restritivos sobre o uso da terra. Foi limitado o extrativismo, a caça, a pesca e os moradores que estavam no interior do Parque passaram a ser proibidos de praticar atividades fundamentais à sobrevivência como sempre haviam feito. Essas normas que foram definidas para gerenciar a vida na localidade impediam e/ou controlavam práticas e atividades ali consolidadas. A instituição do Parque significou para os grupos que ali estavam a supressão de suas práticas costumeiras e, para os recém-chegados, mais uma ameaça ao seu estabelecimento e sobrevivência no lugar.

Aqui percebemos também elementos desencadeadores de formas de *resistência cotidiana* acionadas também pelos grupos que passaram a viver ali, os recém-chegados, frente às dificuldades que lhes eram apresentadas, pois enquanto o governo dava prosseguimento aos planos que traçou para essas famílias, elas continuavam sobrevivendo nas áreas do Parque, havendo muitos embates com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Para sobreviver, as estratégias empreendidas pelos grupos que dependiam do uso daquelas áreas que o Parque alcançava, consistiu na utilização dos recursos de forma clandestina. As notícias veiculadas no mês julho de 1972 informavam que o Instituto mobilizou agentes especiais na busca daqueles que tratavam por "caçadores e desmatadores clandestinos", sob o discurso da necessidade de preservação das espécies onde a caça era proibida (*Jornal do Brasil*, 30/07/1972, p. 29).

As ações desses grupos eram empreendidas através do anonimato, o que nos lembra de situações descritas por Thompson (1998) na obra *Costumes em comum*, onde o autor trata dos atos furtivos que ocorriam em terras comunais que foram cercadas. As demandas, isto é, as ações furtivas eram totalmente justificadas pelo costume, pelo modo de vida dos moradores. Thompson sugere que o costume estava impresso num contexto de normas e tolerâncias sociais e que "vigorava igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento" (THOMPSON, 1998, p. 89)⁵⁶. Além desta, lembra outra obra de Thompson (1997), *Senhores e Caçadores*, onde relata um momento histórico de tensão e luta na Inglaterra do século XVIII em decorrência das transformações sociais. Sua principal contribuição nesta obra é a reflexão sobre as resistências às mudanças no contexto do estabelecimento da Lei Negra, sob o discurso de proteger as florestas inglesas dos chamados caçadores clandestinos.

Segundo a notícia emitida pelo *Jornal do Brasil* de 22 de agosto de 1972, a preservação do Parque era considerada fundamental pelo IBDF, principalmente porque nos seus limites viviam as famílias desde a década de 1960, aquelas levadas pelo programa do governo do estado. O Instituto argumentava que estavam no entorno sem qualquer orientação

⁵⁶ Para Thompson não deve ser desconsiderada a permanência sugerida pela palavra tradição, pois o costume deve ser entendido como "um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitivas" (THOMPSON, 1998, p. 16-17).

e, para sobreviver, estavam destruindo as matas. Argumentavam ainda que o Parque da Bocaina estaria na área considerada, por decreto federal, Patrimônio Histórico Brasileiro.

Essas famílias se organizaram em terras localizadas na fazenda e em seu entorno e as várias modalidades de atividades que utilizaram para garantir sua subsistência, incluindo a caça considerada clandestina, foi uma das maneiras que os estabelecidos e os recém-chegados utilizaram para resistir aos efeitos das ações governamentais. Os recém-chegados foram qualificados como invasores, no entanto, é necessário relativizar esse posicionamento, pois foram tão lesados quanto os de Campinho, do ponto de vista da atuação do Estado, pois foram atraídos por promessas governamentais que instauraram na região um estado de todos contra todos e a partir de sua própria concepção, como informou seu João, morador de Patrimônio, foram “jogados na terra sem qualquer assistência”.

3.3 As formas de resistência cotidiana e os embates mais visíveis

A passagem da rodovia Rio-Santos, na década de 1970, facilitou o acesso àquela região e trouxe consigo a figura de pretensos proprietários como Raul, o filho de Romualdo, como visto no capítulo anterior. Para Ângelo, 41 anos, morador de Campinho, antes da rodovia dificilmente apareciam pessoas reclamando as terras da fazenda. Havia apenas um homem chamado Zolino que se dizia proprietário da Independência. Sobre isto seu José também argumenta:

Foi depois da Rio-Santos [que pessoas de fora passaram a reclamar a propriedade]. Até antes não passava ninguém aqui, ninguém dizia ser dono. O único que dizia ser dono de tudo isso aqui até chegar lá na divisa do Estado de São Paulo era um senhor lá do Rio, um tal de Zolino (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Zolino afirmava ser o dono, mas segundo os moradores, ia ao local apenas para praticar atividades de caça, apenas uma vez ao ano. Segundo José seu tio ficava encarregado de não permitir a entrada de pessoas externas as terras do bairro no local nessas ocasiões. Zolino caçava no lugar hoje denominado de Forquilha, próximo a Independência. Ele reunia alguns homens e passavam toda a semana nas matas caçando. Segundo o interlocutor, ele não oferecia grande risco sobre a manutenção da posse da terra.

No caso de Zolino, os moradores parecem ter compreendido que, naquela circunstância, na qual o pretense proprietário reclamava a posse da terra, mas não os *incomodava*, sua resistência só poderia ser bem sucedida na medida em que se ocultavam atrás da máscara de submissão (SCOTT, 2011, p. 224), bem representada pela atitude servil do tio de seu José, de modo que o pretense proprietário não necessitasse utilizar o seu *discurso público*, como informa Scott: “se é verdade que a subordinação requer uma representação credível de humildade e respeito, também a dominação requer uma representação credível de altivez e controle” (SCOTT, 2013, p. 39).

Os de Campinho vestiam uma máscara de submissão e aceitação do seu discurso, mas esse comportamento ponderado dos moradores em relação a Zolino transparece o aspecto estratégico dessa atitude, pois ele, enquanto alvo das representações do grupo, pode ser reconhecido como um agente que poderia lesá-los ou socorrê-los em determinada ocasião. Tal atitude vai mais uma vez ao encontro das proposições de Scott ao afirmar que podem ocorrer raramente, mas são bastante expressivos, os casos nos quais “os subordinados tendem, por

prudência, medo e desejo de cair nas boas graças dos mais fortes, a moldar o seu comportamento público às expectativas dos poderosos” (SCOTT, 2013, p. 28). Mas, além disso, devemos considerar a posição de Zolino, que só usava as terras para caçadas eventuais. Ameaçava a posse da terra de modo a garantir uma postura de submissão dos moradores, mas ainda assim, não estava presente constantemente no cotidiano do grupo.

A *gestão da impressão* é vista a olhos nus como atitude de deferência e submissão, mas é uma técnica fundamental de sobrevivência dos grupos subalternos em contextos diversos. Pois “um subordinado prudente tende a conformar o seu discurso e os seus gestos àquilo que sabe que dele se espera – mesmo que essa submissão mascare uma opinião muito diferente daquela que é revelada fora de cena” (SCOTT, 2013, p. 71), no âmbito do *discurso oculto*, por exemplo, a opinião do grupo de que aquelas terras eram deles.

Esses atores sociais agem de modo espontâneo ou através de esforços para serem convincentes, controlam os sentimentos que poriam em risco a farsa, tais como a raiva, o rancor, e o desejo de vingança por uma injustiça sofrida e/ou presenciada. Devemos estar atentos ao fato de que “a representação compreende não apenas os atos discursivos, mas também uma atitude de submissão nos gestos e nas expressões faciais, bem como obediência concreta a ordens que podem ser desagradáveis ou humilhantes” (SCOTT, 2013, p. 62), como pode ser o caso do tio de seu José ao ter que impedir que outros moradores entrassem na área enquanto Zolino caçava.

Ao contrário de Zolino, Raul, o filho de Romualdo, oferecia um risco mais declarado à posse da terra, pois dizia aos moradores de Campinho que as terras eram de seu pai e a partir de tal argumento tentava proibir a manutenção das lavouras e a construção das casas. José destaca que Raul espalhava placas pela localidade com advertências aos moradores sobre a propriedade:

Ele dizia ser dono disso aqui. Aí andou botando placa aí na beira da pista, dizendo que era propriedade do seu Romualdo não sei de que (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Por essa época, nos anos de 1970, já havia no local muitos habitantes e, para resistir às investidas de Raul, os moradores também advertiam o pretense proprietário à sua maneira. Iam para os caminhos do bairro, por vezes crianças, munidos com pedaços de madeira para amedrontá-lo. Quando não eram vistos, os habitantes também tombavam as placas fixadas por Raul, onde o mesmo informava: ‘É terra com dono’. Mas além de tombarem essas placas, dispunham outras no local com frases em resposta informando-o: ‘Não ia pegar mais aquela terra’, ‘Essa terra era nossa’, ‘Não entra’⁵⁷. Essas placas certamente eram também uma advertência aos que chegavam à região e bastante indicativas do cenário que se instalava com os rumores da abertura da rodovia.

Ao longo dos anos 1970 o grupo reivindicava na justiça as suas terras enquanto posseiros, e é nesse sentido que dona Luiza lamenta que nessa ocasião ainda não existia o conhecimento por parte dos moradores que aquela é uma terra de quilombo, pois poderiam ter usado essa informação nas placas e até mesmo para argumentar, assim não seria necessário acionar a divisão das terras dos núcleos familiares. Como poderá ser visto no depoimento abaixo, essa divisão das terras ocorreu como uma forma de garantir o controle e permanência do grupo na área, entendida aqui como uma das formas de resistência:

⁵⁷ Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015.

Ninguém sabia nada de quilombo, pra falar assim: 'Essa terra aqui é de quilombo, essa terra é nossa. Essa terra aqui é da comunidade. Essa terra é nossa', e então tanto é que ficou assim dividido em núcleo familiar, porque aqui... A terra daqui não pegava, lá não pegava e um ia brigar pela terra do outro. Aí cada um tirou seu pedaço para que não invadisse aquele pedaço, aí outro cercava outro pedaço para não pegar (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Scott nos alerta que é necessário observar que o nível de repressão empreendida nas situações de poder termina por estruturar as opções de resistência dos seguimentos sociais, ou seja, “dependendo das circunstâncias que enfrentam, os camponeses devem oscilar de atividades eleitorais organizadas a confrontações violentas, a atos anônimos e silenciosos de ‘fazer corpo mole’ e de roubar” (SCOTT, 2002, p. 29).

É necessário atentar que os estudos para construção da rodovia ficaram prontos no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, quando começou seu traçado nas terras de Campinho, mas a rodovia foi aberta ao tráfego somente em 1975. No entanto, no período imediatamente anterior à sua construção houve uma intensa corrida imobiliária no município de Paraty (GARCIA JR. et al., 2003) acirrando os conflitos em diversas áreas. Porém, os moradores em Campinho acreditam que o interesse de Raul surgiu apenas com a passagem de fato da rodovia pelo local, porque facilitou o acesso àquela região, como argumenta abaixo um dos interlocutores:

Era difícil. Acesso era difícil. Ele [Romualdo] morava em Santos. De Santos para cá, pra vir aqui, ele tinha que descer... Vir até Guará, de Guará pegar um ônibus, que só tinha um ônibus que vinha de Guará pra cá pra Paraty, descendo por essa serra de Cunha. Isso mesmo com o tempo bom, quando não chovia, porque senão não dava pra passar. Ou então ainda tinha que dar a volta lá por Barra Mansa, ir até Barra Mansa e de lá pegar um ônibus pra Angra dos Reis, para de Angra dos Reis pegar uma barca pra vir pra cá. Por terra não vinha, a não ser com tempo bom também, que a estrada era... Estradinha, lugar que tinha que subir morro, tudo de barro, ninguém subia quando chovia... nem a pé quase dava pra subir, quanto mais de carro, então. Era difícil o acesso para vir aqui. Então, para ele não interessava muito vir aqui. Só que depois que a Rio-Santos passou pra eles ficou fácil, porque de Santos aqui fazia em duas, três horas de viagem (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Os episódios ocorridos em Campinho se expressam de forma eficiente como mobilizadores políticos, no sentido de abrirem possibilidades de confrontação no *discurso público*, porém, inicialmente, as reações às situações de limitação e privação do uso do território impostas pelas ações do Estado se deram também de uma forma mais imediata e menos explícita.

Quando as ameaças chegaram a um ponto no qual passaram pelo risco de perder definitivamente a autonomia sobre a área onde sempre viveram, optaram por reagir em outro plano, expressando explicitamente o seu discurso. Nesse sentido, a partir do caso de Raul percebemos como a *resistência cotidiana* se desdobra em outras ações que implicam o reconhecimento público, como veremos adiante. Para Menezes (2002, p. 35) a “expressão política mais nítida é a ruptura da transcrição oculta, tornando-se pública”.

Quando resolveram apelar para ações mais declaradas, inicialmente recorreram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty, que indicou seu advogado, Antônio Francisco Mayer, para assumir o caso. Feitosa e Silva (2015) explicam que o STR de Paraty foi fundado em 1964, tendo à frente o trabalhador rural Hélio Cardoso, afastado do cargo, mas após uma sequência de presidentes, o STR sofreu uma intervenção no seu processo administrativo e permaneceu um período sem realizar eleições, havendo o estabelecimento de uma “junta governativa”. As autoras explicam que o presidente da “junta governativa” era Jair Alves da Silva. Durante sua administração se iniciaram preleções sobre a ineficiência da atuação do Sindicato na resolução dos conflitos envolvendo os trabalhadores, mas, além disso, foram evidenciados vários casos de desfavorecimento dos sindicalizados durante ações que envolviam o sindicato:

Quando veio a voz que vinha a estrada Rio-Santos, a grilagem bateu. O pessoal que vinha grilar as terras vinha procurar a entidade que apoiava o trabalhador, e ali a entidade se vendia, como Jair Silva se vendeu [Higino, morador de São Roque. Entrevista realizada em 18/04/2014 e 28/05/2015] (STRAUCH, 2015, p. 206).

Segundo Lhotte, o Sindicato era o órgão oficial mais procurado pelas comunidades no início dos anos de 1970, mas seu advogado ou cobrava muito caro ou, por transações desonestas, convencia os próprios clientes a venderem as posses (LHOTTE, 1982, p. 26).

Almeida (1997) em seu trabalho cita o caso de um posseiro de São Roque, no qual o lavrador foi orientado pelo advogado do Sindicato a assinar um termo de comodato com os proprietários. A autora reforça que “embora sua família vivesse no local há mais de 3 gerações, com possibilidade de requerer a terra por usucapião, quando assinou o documento, ele perdeu este direito ao reconhecer os outros como proprietários” (ALMEIDA, 1997, p. 43). Siqueira (1984) também chama atenção para ocorrências nesse sentido no que concerne ao caso dos Trindadeiros.

Em documento da CPT consta que no caso de Campinho, Mayer propôs uma ação de usucapião onde as famílias pagariam pelos serviços prestados um valor considerado exorbitante. Nessa circunstância os moradores foram obrigados a desistir (CPT. Relatório. 20/05/1977. Conflito Fazenda Paraty-Mirim/Campinho. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino). Higino, morador de São Roque, uma área onde também havia conflitos fundiários, e que atuava no STR como parte do Conselho Fiscal em 1974, explica que presenciou quando os de Campinho procuraram o Sindicato em busca de ajuda com o processo de usucapião e lhes foi cobrado 20% das terras pela assessoria no processo (STRAUCH, 2015).

Vários são os exemplos em que notamos que houve uma postura desfavorável aos trabalhadores por parte do Sindicato durante esse período em Paraty, e isto pode ser demonstrado ainda através da entrevista abaixo:

[...] [Assim como ocorreu em Campinho] Do mesmo modo lá no Patrimônio, onde tinha um grileiro, doutor Luciano lá de Santos, que tava invadindo a terra dos trabalhador e enterrou o Sindicato. E o sindicato começou engavetar, Jair Silva e o advogado Maia [Mayer]⁵⁸, né? E começou engavetar. Aí o pessoal procuraram o Pe. Pedro e através da CPT, a Pastoral da Terra, o bispo Dom Valdir é que entrou com a CPT, a Pastoral da Terra, que ganhou a causa. Patrimônio e Campinho. E foi nessa época... CPT atuou

⁵⁸ Nos documentos escrevem o nome de formas diferentes.

desde de 76 pra cá (Higino, morador de São Roque. Entrevista realizada em 1983 por entrevistador não identificado. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Gusmão (1990, p.161) esclarece que quando o conflito foi instaurado entre 1975 e 1976, seu Gilberto, líder local, que já atuava no Sindicato, entendia os limites da atuação do órgão e por isso conduziu o grupo a buscar orientação da luta fora dele. “O trabalho pastoral da Igreja (CEB) já existia em Campinho” (GUSMÃO, 1990, p. 134), estavam organizados em torno de uma Comunidade Eclesial de Base mas, como demonstra a autora, uma visita do bispo ao local no final dos anos de 1960⁵⁹ foi fundamental para o grupo:

O Bispo da região – na época Diocese de Volta Redonda – fala da necessidade da igreja, mas aponta para a necessidade de união de todos para ‘problemas futuros’ que viriam abalar a comunidade. A referência pouco clara então dizia respeito à construção da Br. 101 – Rio/Santos que cortando as terras habitadas pelos negros de Campinho (70/73), trouxe sobre eles a especulação e reivindicação de sua propriedade. O Bispo da Diocese, contou perante o povo que ‘com o desenvolvimento de uma estrada federal dentro do lugar ia aparecer também problemas. E quando esses aparecessem que fossem à paróquia’, que ele iria ajudar a comunidade. [Quando tiveram início as proibições relacionadas à construção da rodovia] o Bispo foi procurado e os encaminhou ao pároco local que ‘viajou muito com a gente aí, fora de hora, fazendo reunião aqui, discutindo o problema com o povo que houvera de fazer o povo comunitário, arrumá dinheiro, arrumá advogado’ (GUSMÃO, 1990, p. 133, adendo nosso).

Inferimos que a formação da CEB funcionou também como a formação de um espaço de crítica do grupo que, por sua vez, se converteu em um *espaço social seguro* dos trabalhadores no sentido de ser “um espaço de discurso anti-hegemônico” (SCOTT, 2013, p. 176). A “igreja”, nesse sentido, funcionava também como o ponto de encontro para reunião das ideias dos grupos subordinados.

Apesar dos entraves citados acima, no interior da CEB estruturou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), contando com Pedro Geurts, padre local em 1975, e através do Bispo Dom Vital. O advogado Thomaz Miguel Pressburguer foi levado à região e passou a assessorar juridicamente o grupo na justiça em busca de seus direitos. Os moradores aceitaram a proposta de Pressburguer que iniciou o trabalho com as famílias a um preço mais acessível do que o do primeiro advogado, e o valor acertado seria pago em mensalidades. As famílias se esforçavam para cada um reunir por mês um montante, alguns mais outros menos, para cobrir as despesas da causa (CPT. Relatório. 20/05/1977. Conflito Fazenda Paraty-Mirim/Campinho. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

Para Feitosa e Silva (2015, p. 320), a atuação de advogados externos ao Sindicato em outros conflitos da região, como Jarbas Penteado em Trindade, Barra Grande e São Gonçalo, demonstra ainda o estado de tensão em relação à ação do STR de Paraty e a falta de confiança dos trabalhadores rurais na presidência de Jair Alves da Silva.

Os elementos elencados acima acerca da atuação do Sindicato que, por sua vez, culminou na desconfiança dos trabalhadores também os levou a crer ser necessária uma reestruturação desse órgão. Segundo Gusmão (1990, p. 161), foi por isto que “nas eleições de

⁵⁹ Os Bispos que atuaram na Diocese de Volta Redonda entre os anos de 1960 foram Dom Agnelo Rossi (1956-1962), Dom Altivo Ribeiro (1963-1966), Dom Waldir de Novais (1966-1999).

83, 86 e 89 [Gilberto passa a] encabeçar uma chapa de oposição, que com sucesso reestrutura o STR”. Entra no ano de 1983 a nova diretriz no STR de Paraty:

Gilberto: Mas não foi nós que criamos não. Quando a gente assumiu o poder no Sindicato já pegou de outras pessoas que já existiam...

Márcio: Rosângela, e Silva, tinha...

Gilberto: Era o Amâncio [Amâncio Feliciano Gonçalves já era presidente do STR de Paraty em 1981]...

Márcio: O Amâncio, né?

Gilberto: Sabe, eram outros que eram presidente, depois eu acho que não deu certo pra eles. Nós como tinha a Pastoral da Terra que dava muita força pra nós, ajudou nós a assumir o Sindicato. Aí nós ficamos lá forte porque na hora que nós brigamos pra adquirir isso aqui, talvez ainda agora a Cristina te falou a orientação da nossa comadre que mora em São Paulo, Neusa, então nós já tinha o advogado pra ajudar a gente na justiça (Gilberto, 91 anos e Márcio, moradores de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12/10/2015).

Em 1971 veio a Rio-Santos, e aí veio miséria, veio progresso, mas veio também a miséria de Paraty. [...] Entrei no sindicato vendo o sofrimento do povo, aí fui para o sindicato, e eu e meus companheiros, lá a gente derrubou o sindicato do pelego [Higino, morador de São Roque. Entrevista realizada em 18/04/2014 e 28/05/2015] (STRAUCH, 2015, p. 199).

Aqueles moradores que decidiram não participar da ação de usucapião, também passaram a ser diferenciados pelos demais moradores do lugar. Segundo Gusmão aqueles que faziam parte da vida coletiva do grupo, mas que não aceitaram integrar o processo o fizeram por entender que as terras já lhes pertenciam. A autora citou o caso de um morador que teve sua área cercada entre a de seus parentes, sem condições de expandi-la, mas destacou que seus direitos não foram ou são negados pelo grupo, pois tem sua condição no lugar garantida pela descendência, mas como ainda destaca: “entende-se não serem atuantes e cooperadores com a coletividade” (GUSMÃO, 1990, p. 137). Este caso ainda é um dos “exemplos da pressão mais ou menos coerciva que pode ser desenvolvida para monitorizar e controlar os desvios no seio de um dado grupo subordinado” (SCOTT, 2013, p. 59).

Os de Campinho consideram aquele período como emblemático de grande *luta* para os moradores da comunidade, não apenas porque reivindicavam abertamente as suas terras, mas porque, naquele momento, para além da própria subsistência começaram a trabalhar para produzir farinha para pagar o advogado. Nesse sentido nos aproximamos mais uma vez das colocações de Comerford (1999), para quem o termo *luta* também é utilizado para caracterizar o cotidiano de trabalho dos *pobres*:

Neste discurso, o trabalho, visto como dimensão da luta cotidiana, aparece menos como um objeto de troca em um mercado de trabalho do que como um aspecto da dignidade e do valor de quem, ao buscar cumprir as responsabilidades em relação à sua família, enfrenta todo tipo de dificuldade (COMERFORD, 1999, p. 19).

Apresentamos abaixo um indicativo de como se deu a organização das famílias para quitar as despesas da causa:

Por causa do Gilberto o povo já estava acostumado a se reunir, principalmente nas celebrações religiosas. Com o aparecimento dos “donos” da terra, o povo foi se unindo mais para estudar a situação. Atualmente, se organizaram, com provas e documentos necessários, para conseguir usucapião. Arcaram com as despesas na medida do possível. Tem uma caixa para a qual contribuem mensalmente com uma parte, ao alcance de cada um, como se fosse pagamento de prestação. Assim vão pagando, aos poucos, os advogados e agrimensor. Tem uma comissão representativa escolhida por eles mesmos (DIOCESE DE BARRA DO PIRAIÁ, 1977, grifo nosso).

Nessa época eu tava solteira, aí depois eu casei e a gente começou a trabalhar, e fazer farinha e vender para poder pagar o advogado. Aí tinha advogado que ia embora, a gente ficava de boca aberta. Depois aparecia outro e era a mesma coisa. Aí sei que depois veio um padre, o padre Pedro, ficou aí em Paraty trabalhando. E o Gilberto trabalhava no Sindicato, aí veio uma senhora [Neusa Gusmão] de São Paulo, ela era antropóloga. Aí ele pegou e falou que aqui estava precisando de uma pessoa para dar ajuda. Aí ela veio pra cá, e ficou aí no Gilberto, e conversava, aí veio nas casas da gente, mas vinha com as filhas do Gilberto porque a gente tinha medo. Aí veio, perguntava, a gente falava. Então daí ela foi botando isso para a frente. Foi botando pra frente. Aí depois fizeram o livro [...]. Aí depois os meninos entraram de frente, aí começaram a andar, e andar, e lutar e a gente faz farinha e paga advogado, os meninos em cima... (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015).

A atitude dos de Campinho expõe a passagem do discurso público de subserviência em relação aos diversos agentes com os quais tiveram contato, que de uma forma ou de outra ameaçavam sua autonomia e permanência no local, para uma atitude de confronto com o poder, que naquele momento estava associado a figura de Raul chegando ao local em decorrência da construção da Rio-Santos.

Houve dificuldade em localizar o pretense proprietário, Romualdo, para que fosse solicitado a comparecer ao Fórum de Paraty. Os lavradores, seu Gilberto e Álvoro, delegados pelo grupo, foram procurar por seu endereço em São Paulo, pedindo informações na cidade, e regressaram bem sucedidos. Após o seu retorno, procuraram por um advogado. Passaram-se as primeiras audiências sem a presença de Romualdo, pois este ainda não havia sido solicitado, no entanto, durante as últimas audiências foi intimado, mas não compareceu⁶⁰. Com isso, algumas famílias de Campinho logo tiveram sua posse legitimada. Esperava-se o mesmo resultado para as restantes, durante as audiências que ocorreram até o fim do mês de agosto do ano de 1977 (CPT. Relatório. 20/05/1977. Conflito Fazenda Paraty-Mirim/Campinho. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

Scott explica que se “o primeiro ato de desafio ao poder conhecer uma derrota decisiva, dificilmente será imitado por outros” (SCOTT, 2013, p 307), mas se o ato de tornar público o seu discurso de indignação for bem-sucedido “a sua capacidade de mobilização como ato simbólico é potencialmente assombrosa” (SCOTT, 2013, p 307). As colocações de Scott vão ao encontro dessa experiência de reação dos moradores de Campinho, pois a partir

⁶⁰ É importante ressaltar que em um dos documentos consultados no arquivo da CPT consta que ação movida pelas famílias foi contestada por Romualdo e também pelo Estado, por não estar claramente definido se essa área em litígio estava situada dentro da fazenda Paraty-Mirim, desapropriada em 1960 (CPT. Ficha de Conflito no Quilombo Campinho da Independência. 17/07/1988. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

das primeiras vitórias em favor das famílias o caso da comunidade começou a servir de exemplo e de esperança para muitos outros moradores do município e da região que estavam envolvidos em conflitos fundiários. Tal informação pode ser constatada a partir da leitura de um trecho da correspondência datada do mês de maio de 1976 enviada pelo padre Pedro Geurts a Ivo Poletto, primeiro secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra, onde relata a situação de Campinho:

Em primeiro lugar te mando alguns relatórios atualizados. Especialmente o caso de Campinho e o outro de Barra Grande podem ser interessantes para você. Campinho está indo muito bem e para nós é considerado um caso ganho no foro [sic], mas tem ainda certos problemas em relação à própria comunidade, que tem alguns elementos que estão atrapalhando por falta de entendimento de causa. Mas em geral vai ótimo. O Dr. Miguel aparece dois a três vezes por meses [sic] aqui e está bastante animado pela causa. E com ele tem outros interessados. Até a Eni já esteve aqui, acompanhando o movimento. O trabalho mais importante agora é o fortalecimento da comunidade, e isto não é fácil por causa das mudanças sociais e o aliciamento da sociedade de consumo. A cidade está muito perto... E os turistas andam por aí para mostrar que a vida poderia ser mais cômoda... (CPT. Carta. 20/05/1977. Carta de Pedro Geurts remetida a Ivo Poletto. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino, grifo nosso).

Quando Pedro Geurts cita acima que alguns elementos estavam “atrapalhando por falta de entendimento da causa”, tratava-se do que discutiu Gusmão em seu trabalho. A autora explica que durante a interposição da ação de usucapião as famílias⁶¹ foram chamadas individualmente para reconhecer o perímetro de suas terras, no entanto, isso causou “a introdução da ideia de posse individual, ou seja, a ideia da possibilidade de venda da área demarcada” (GUSMÃO, 1990, p. 141). Porém, como discute a autora, a partir de um consenso no grupo sobre a impossibilidade de comercializar a terra coletiva, a qualquer possibilidade de ameaça o coletivo impetrava alguma intervenção. Nesse sentido, observamos em campo que essa divisão que foi eficaz numa época, ainda não se diluiu, pelo contrário, são reforçados ainda alguns laços comunitários frente às possibilidades que se abrem para o grupo.

Destacamos aqui que a utilização desse instituto jurídico, usucapião, visa assegurar direitos individuais (ainda que usucapião coletivo). Esse era o instrumento jurídico disponível e sob seu respaldo foram encaminhadas grande parte das lutas por terra em todo o Brasil, tanto pelo sindicalismo quanto pela CPT. O não reconhecimento do *sujeito coletivo de direito*⁶² era uma constante na história do direito no Brasil, alterando-se essa realidade com a constituição de 1988.

No caso das lutas dos moradores de Campinho é imprescindível destacar o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pois a CPT passou a desempenhar papel fundamental na defesa dos posseiros nos processos de expulsão movidos pelos *grileiros* atraídos pela Rio-

⁶¹ O total da área em litígio era 142 ha, correspondente a 12 dos 16 sítios, no entanto, não conseguimos esclarecer exatamente quantas famílias entraram ou não no processo. Esses dados foram levantados por Gusmão (1990, p. 32) nos Editais do Forum de Paraty acerca da medição oficial realizada em 1970 para o processo de usucapião.

⁶² A este respeito ver Wolkmer (2001). O autor faz uma discussão sobre a ideia dos movimentos sociais - incluindo o movimento quilombola - como *sujeito coletivo de direitos* e capaz de ordenar a vida no seu território.

Santos, utilizando a ação de usucapião como instrumento mais importante. Como desdobramento disto, de 1976 a 1983 a Pastoral da Terra assessorou a oposição sindical, pois como já foi exposto, o STR na época fazia acordos que prejudicavam os trabalhadores rurais (GARCIA JR. et al., 2003), e convencia-os, inclusive, a assinar documentos desfavoráveis, como os contratos de parceria e comodato (LHOTTE, 1982).

Em meio às ocorrências de conflitos, inclusive em Campinho, após a aprovação do artigo 68 das disposições transitórias da CF/1988, a comunidade foi orientada por Neusa Gusmão a formar uma Associação de Moradores no lugar, com vistas a proceder aos encaminhamentos para a titulação. O grupo se organizou e fundaram a Associação dos Moradores do Campinho da Independência (Amoc) em 1994 (LIMA, 2008).

Em Campinho a situação passou da resistência dos posseiros para luta por direitos de quilombolas a seu território, por conta, inclusive, da Constituição de 1988. O processo contou com a ajuda da pesquisadora Neusa Gusmão, como foi visto, mas também da vice-governadora Benedita da Silva. Além disso, a postura do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do período, ao recusar um projeto estadual de conceder títulos individuais, foi de grande valia (GARCIA JR. et al., 2003).

Esta foi a primeira comunidade quilombola do estado do Rio de Janeiro a ter suas terras tituladas, baseada no artigo 68 das disposições transitórias da Constituição Federal. Ainda em março de 1999, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) entregaram o título definitivo à Comunidade Remanescente de Quilombo do Campinho da Independência. Os moradores de Campinho receberam da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro o título definitivo de seu território⁶³.

3.4 Campinho da Independência hoje: as formas de *resistência cotidiana* como ações práticas

Neusa Gusmão (1990, p. 225) explica que “Campinho é a primeira luta organizada de trabalhadores e igreja, a conseguir resultados favoráveis para o trabalhador rural. A prova disso é que mesmo não tendo seus direitos reconhecidos, a comunidade permanece na terra”. Mesmo com a vitória judicial na década de 1970, Campinho ainda enfrentaria outras situações conflitantes com relação às terras nos anos de 1980, como visto no capítulo anterior, mas notamos que traços da *resistência cotidiana* de outrora ainda persistem para garantir o controle do grupo sobre o local, mesmo após a titulação. Após a abertura da Rio-Santos ao tráfego, a chegada dos pretensos proprietários é uma constante na vida da comunidade, agora quilombola. Além das ameaças já mencionadas, atualmente, surgem pessoas em Campinho argumentando que foram embora antes da titulação, alegam ser ex-moradores e acionam o parentesco no intuito de reclamar o seu direito a terra.

Mas sempre ainda aparece gente aqui. Até hoje, ainda aparece gente dizendo que a família morava aqui, que foi nascido aqui. Às vezes nem a gente não conhece o pessoal, mas sempre ainda vem [...]. Até o mês passado [setembro de 2015] veio um pessoal. Eu tava na igreja, aí chegou procurando seu Gilberto, que eles eram da família Martins, só que eles não eram daqui essa família. Essa família era lá da Jabaquara. Lá do outro lado. Pra baixo do Paraty-Mirim. Então, como eles são morenos igual a gente, da cor da gente...

⁶³ Informação da Comissão Pro-Índio de São Paulo.

Quer dizer, que os pais deles e a mãe já morreram e eles não sabem certo o endereço, então, vem, como agora é quilombo... aí certo alguém bota na cabeça deles: 'Não, vocês eram de lá, quilombo'. Mas não eram daqui! (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015, grifo nosso, adendo nosso).

Dona Luiza afirma que, atualmente, mesmo havendo essa divisão dos núcleos, como apontado anteriormente, após a titulação quem passou a deter o poder absoluto foi a Associação de Moradores de Campinho (Amoc). Ou seja, atualmente, todas as decisões ou qualquer alteração no local devem ser comunicadas e aprovadas pela Associação:

Então ficou no núcleo. Aqui dessa parte para cá, até lá naquela ponte que você passou pra ir pra casa do Ângelo, aquilo lá é núcleo familiar nosso. Aí chega lá no Ângelo lá, tem uma parte lá que é o núcleo familiar do Gabriel, aí tem o núcleo familiar do André. Lá, da Conceição. Tem o núcleo familiar do Martins. É por núcleo, mas é tudo da Associação (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

É desenvolvido em Campinho um programa desde o ano 2000 denominado de Turismo Étnico Sustentável, com o intuito de valorizar a cultura local. Tal iniciativa adotou diversas ações, tais como a utilização da casa de farinha, e a atividade de contar as histórias da comunidade pelos chamados *Griôs* - os moradores mais antigos que detém o conhecimento da história e o transmite através da oralidade -, além disso, estimulou a produção local do artesanato, entre outros (BARATA, 2013). O lugar é visitado diariamente e dispõe de infraestrutura para receber os turistas: local para hospedagem, restaurante, a casa de artesanato onde expõem o que produzem no local, entre outros.

Concordamos com Linhares (2014) ao explicar que o cenário que hoje o Quilombo do Campinho vive é diferente do descrito por Gusmão. Campinho, atualmente, é completamente familiarizado com as atividades turísticas. Recebe um público externo diverso e de origens distintas praticamente todos os dias. Porém, mesmo distante do que fora antes da passagem da rodovia Rio-Santos e da inserção de Paraty e do próprio local no circuito comercial turístico, podemos e devemos considerá-los exemplos de empreendedores de várias formas de resistência que lhes garantiu a permanência na terra, e essa história das lutas, resistência e vitória merece ser contada e recontada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos problemas enfrentados ao longo do trabalho de pesquisa, em especial a dificuldade de acesso ao grupo, aparentemente comum a estranhos aos de Campinho, buscamos nos debruçar sobre a identificação das formas de *resistência cotidiana* através das experiências vividas pelo grupo durante eventos ocorridos entre os anos de 1940 e 1980.

Os dados sobre esses eventos que afetaram a região foram coligidos a partir da memória dos moradores durante o trabalho de campo realizado em Paraty no ano de 2015, documentos e através das situações descritas nos trabalhos produzidos sobre o local, particularmente o trabalho produzido pela antropóloga Neusa Gusmão, que trata da fundação da “comunidade-bairro” e do processo de luta pela terra. Essas análises foram de suma importância para avaliarmos também como essa memória vem se reproduzindo ao longo do tempo, demonstrando, inclusive, em muitos casos, inclusão ou retirada de dados nas narrativas.

No que concerne essa memória nos são valiosas mais uma vez as considerações de Pollak (1992) ao esclarecer que devemos reconhecê-la como um fenômeno construído, tanto a individual quanto a coletiva, atentos a que ambas sofrem modificações em função do momento no qual são estruturadas e quando são expressas. Além disso, o autor aponta que é também um objeto de disputa no âmbito dos conflitos gerados entre pessoas que presenciaram os mesmos acontecimentos, mas vivenciaram de modos diferentes, no sentido de ver reconhecida a sua interpretação do passado ou memória específica. Em Campinho os relatos das experiências em diversos contextos sociais são passados de geração a geração. Há uma história oficial e esta se perpetua através dos relatos orais sobre a escravidão, as três mulheres herdeiras da terra, as lutas, entre outros, como foi visto anteriormente.

Inicialmente levantamos quais foram as possíveis situações de assédio aos moradores de Campinho através da revisão bibliográfica e da memória oral, sendo elas: a chegada dos primeiros agentes externos em Independência entre os anos de 1926 e 1950; o interesse de pretensos proprietários, nos anos de 1960, e a chegada de mais pessoas externas à região por intermédio do governo do estado; a instituição de Unidades de Conservação na região, e a construção e abertura ao tráfego da rodovia Rio-Santos nos anos de 1970, entre outras intervenções que se seguiram.

Entre as consequências dos processos de interferência na região está a transformação do local em um cenário de disputas na medida em que os moradores sofrem as investidas de agentes diversos e se veem obrigados a agir de modo a garantir as suas demandas em detrimento daquelas dos detentores do poder. A situação de conflito promovida, inclusive, pelo Estado, afetou, além dos de Campinho, os demais que chegaram à região. Inferimos que os conflitos existentes em Paraty, mais precisamente na área das antigas fazendas, podem ter ocasionado sua inclusão no Plano de Ação Agrária e para a reforma agrária na década de 1970.

Os moradores, a partir desses vários processos, começaram a reagir através de ações práticas entendidas como formas de *resistência cotidiana*, no sentido que James Scott dá ao termo. Mas além dos de Campinho, procuramos ainda apontar como as mudanças, desencadearam, inclusive, reações que também podem ser entendidas como formas de resistência cotidiana por parte de outros grupos, dado que reforçam o nível dos impactos dos desdobramentos da influência exercida pelos empreendimentos no meio rural do litoral Sul do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, chamamos atenção para o fato de que as lutas na região, tomando Campinho como exemplo, possivelmente se sucederam em mais de um plano. Ou seja, além daquela mais organizada politicamente envolvendo o Sindicato, a CPT, entre outras organizações, houve uma outra, permeada de ações práticas, mais cotidianas, menos visíveis. Argumentamos ainda, com base nos dados de nossa pesquisa, que essas ações menos visíveis empreendidas pelos moradores de Campinho frente a vários processos de pressão foram fundamentais, pois contribuíram para permanência do grupo no local por várias décadas até que sua luta assumisse outra dinâmica.

As formas de reação do grupo foram descritas por Gusmão (1990) ao tratar das divisões através do parentesco empreendidas pelos moradores, e as formas de utilização e divisão das terras e dos recursos. Mas, além destas, é possível apontar ainda algumas ações como o amedrontamento dos pretensos proprietários nos caminhos e aquelas resistências empreendidas pelo grupo recém-chegado ao operar através da caça e extrativismo, considerado clandestino, para sobreviver em terras proibidas.

Como nos orienta Scott, devemos estar atentos à natureza das mudanças que os atores sociais têm experimentado, pois talvez ela seja o dado mais importante que estrutura as opções de enfrentamento das vítimas (SCOTT, 2002). Há também necessidade de estarmos atentos às experiências desses atores, “não devemos ter como único critério de julgamento o fato das ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior” (THOMPSON, 1987, p. 13).

Chamamos atenção mais uma vez para as considerações de Scott quando nos alerta sobre ser necessário voltar nossa atenção também às ações menos explícitas dos grupos em situações de subordinação, pois como assegura este autor não é apenas “através de revoltas ou da pressão política legal que o campesinato tem marcado presença política” (SCOTT, 2002, p. 13), mas também através dessa resistência mais silenciosa, cotidiana.

Simultaneamente, à medida que resistem, os atores sociais explicitam, embora genericamente, o que aferem como ameaça. A resistência é fruto de experiências variadas, ela pressupõe uma luta, e esta, velada ao não, objetiva a aquisição ou reconquista de direitos, costumes, acesso aos recursos, garantir a qualidade e um modo de vida.

Campinho da Independência resistiu ao longo do tempo, conquistando, inclusive, o título de propriedade definitiva nos anos de 1990, obtendo seu reconhecimento como comunidade quilombola. Apesar de todas as tensões internas que recortam há muito, as famílias ainda são a referência para manutenção do grupo, principalmente por estarem imersos em uma região com enorme potencial turístico onde ainda hoje “eclodem ofensivas de expropriação sobre as populações tradicionais, utilizando na maioria destes casos a legislação ambiental para tanto” (BARATA, 2013, p. 26).

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Anthropologie appliquée ou anthropologia impliquée? - ethnographie, minorités et développement. In: BARÉ, J. (org), **Les applications de l'anthropologie – um essai de réflexion collective depuis la France**, Paris, Karthala, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. In: **Cadernos NAEA**, Nº 10, Belém: UFPA, NAEA, 1989.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto – terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus, PPGSCA/FORD, 2006.

ALMEIDA, Marisa Costa. **Concepções de Natureza e Conflitos Pelo Uso do Solo em Parati/RJ**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

ALVES, Edileia de Carvalho Souza. “(...) **Tem que partir daqui, é da gente**”: a construção de uma escola “Outra” no quilombo Campinho da Independência, Paraty, RJ. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. 2014.

ARBEX, Marcos Abdo. **Avaliação dos efeitos do material particulado proveniente da queima da produção de cana-de-açúcar sobre a morbidade respiratória na população de Araraquara - SP**. Tese de Doutorado. Faculdade de medicina da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, 2001.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro, Re lume Dumará, 1994.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Relatório histórico-antropológico desconhecimento territorial da comunidade quilombola de Cabral – município de Parati – RJ**. INCRA – Rio de Janeiro, 2008.

AVENA, Regina Célia Suzano. **Construções Rodoviárias, Bacias Hidrográficas, Geração de Passivos Ambientais E Riscos Associados: o caso da rodovia RJ - 165 – Paraty-Cunha**. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2003.

BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, Belém, Vol. 21, Nº2, 2008, p. 09-23.

BALÉE, William. Culturas de distúrbio e diversidade em substratos amazônicos. In: TEIXEIRA, W. G.; KERN, C.; MADARI, B.; LIMA, H. N. and WOODS, W. (eds.), **As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM Brazil. 2009. pp. 48-52.

Disponível em: <http://www.biochar.org/joomla/images/stories/Cap_3_Balee.pdf> Acessado em: 25/12/2015.

BARATA, Jade Prata Bueno. **Educação Entre Alienação e Emancipação: um estudo de caso do Quilombo Campinho da Independência, Parati, RJ.** 2013. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (CFCH), Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ.

BEAUD, Stéphane.; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BERREMAN, Gerald D. Por Detrás das Máscaras Sociais. In: Alba Zaluar Guimarães. **Etnografia e Controle de Impressões em uma Aldeia do Himalaia: desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 1996.

BRASS, T. (1990) Moral Economists, Subalterns, New Social Movements, and the (Re-) Emergence of a (Post-) Modernised (Middle) Peasant. In: **The Journal of Peasant Studies**, vol. 18, No. 1, Outubro, 1990.

BURAWOY, Michel. Por uma sociologia pública. In: BRAGA R. e BURAWOY, M. (orgs), **Por uma sociologia pública.** São Paulo: Alameda Editorial, 2008. p. 15-67.

CALDEIRA, T. P. R. (1989) Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes. In: **BIB, Rio de Janeiro**, n.27, pp. 3-50. January 1986, pp. 49-63.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARVALHO, Julia Manso Paes. **O Patrimônio Imaterial da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba e a Escola: Em busca de uma educação diferenciada Paraty, RJ.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2010.

COMERFORD, Jonh Cunha. **Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CONTI, Bruna Ranção; ANTUNES, Diogo de Carvalho. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ). **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 213-223, Dec. 2012.

DE DECCA, Edgar S. **O silêncio dos vencidos.** Editora Brasiliense, 1988.

DIEGUES Jr. Antonio C. S. **Pesca e Marginalização no Litoral Paulista**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. 1973.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FEITOSA, Annagesse de Carvalho.; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Coord. **Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. p. 293-391. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. **Trabalho Assalariado: uma estratégia de reprodução camponesa?** Monografia. Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão – CCH/UFMA. 2014.

FOOTE WHYTE, Willian. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 2005.

FREIRE, Zêzito. **Paraty no século XX**. Rio de Janeiro. 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GARCIA JR, Afrânio et al. **Assentamentos rurais em perspectiva comparada: dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais**. 2003.

GEERTZ, Clifford. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. In: **Mosaico Revista de Ciências Sociais**, Ano 2, Número 1, Volume 1, 1999, p. 279-303.

GOMES, Laura Jane et al., Conflitos de Interesses em Unidades de Conservação do Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro. **Informações Econômicas**, SP, v.34, n.6, jun. 2004.

GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. **Revista Dados**. V. 3, Nº 2. 1990.

_____. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio De Janeiro (1950 - 1964)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987.

GUANZIROLI, Carlos Henrique. **Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional: o caso de Angra dos Reis**. 1983. Dissertação de Mestrado. Instituto

Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COOPE) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Campinho da Independência: um caso de proletarização caiçara**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de São Paulo. 1979.

_____. **A dimensão política da cultura negra no campo: uma luta, muitas lutas**. Tese de doutorado. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 1990.

_____. **Terra de Pretos Terra de Mulheres – terra, mulher e raça num bairro rural negro**. MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995.

_____. **Projeto Mapeamento e Sistematização das Áreas Remanescentes de Quilombos – Relatório Técnico-Científico da comunidade negra de Campinho da Independência, Parati - RJ**. Universidade Estadual de Campinas, FCP, UFA, 1998.

HAGGIS, Jane; STEPHANIE JARRETT, Dave Taylor.; MAYER, Peter. By the Teeth: A Critical Examination of James Scott's The Moral Economy of the Peasant. In: **World Development**, vol.14. no.12, 1986. p. 1435-1455.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

LHOTTE, Christine. **Trindade para os trindadeiros**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, São Paulo. 1982.

LIMA, Livia Ribeiro. **Quilombos e Políticas de Reconhecimento: o caso do campinho da independência**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. 2008.

LINHARES, Joyce Silva dos Santos Drumond. **Os Projetos de Etnodesenvolvimento no Quilombo Campinho da Independência- Paraty/RJ**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

LONG, N.; PLOEG, J.D van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice*. Harlow: Longman, 1994. P. 62-90 (CITADO apud texto “**Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura**”, em

tradução de Daniela Garcez, Leandro Krug Wives e Rita Pereira; revisão técnica Sérgio Schneider. Versão para circulação interna).

MAIA, Aline Borghoff.; TELÓ, Fabricio. Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Baixada Litorânea: o caso da Fazenda Campos Novos. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Coord. **Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. p. 293-391. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MATTOSO, Adriana de Queiroz. Parati – **Preservação versus desenvolvimento turístico**. Monografia - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de São Paulo. 1980.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa) **Dez anos de luta pela terra: 1969-1979**. CEDEC/ABRA/CPDAUFRRJ, 1983.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Dimensões políticas da violência no campo. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S.; BENEDETTI, A. C.; SOUZA, I. C.; ALENTEJANO, P. R. R.. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre: Editorada UFRGS, 2009.

MEDEIROS, LeonildeServolo de. Coord. **Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. p. 293-391. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Coord. **Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. p. 36-96. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

MELLO, Diuner. **Paraty Estudante**. Instituto Histórico e Artísitico de Paraty e Valle Sul Construtora Ltda.; Guaratinguetá, SP. Frei Galvão Gráfica e Editora, 2006.

MENEZES, Marilda Aparecida e MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sérgio e GAZOLLA, Márcio

(orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural – perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: URGs, 2011. p. 49-66.

MENEZES, Marilda Aparecida. O COTIDIANO CAMPONÊS E A SUA IMPORTÂNCIA ENQUANTO RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Vol. 21, Nº 01, jan.–jun./2002.

MONSMA, K. JAMES C. SCOTT E A RESISTÊNCIA COTIDIANA NO CAMPO: uma avaliação crítica. In: **BIB, RJ**, no.49, 1º semestre de 2000, pp. 95-121.

MONSMA, K. James C. Scott e a resistência cotidiana: uma avaliação Crítica. In: **XIII Encontro Anual da ANPOCS-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Caxambu, MG. XIII Encontro Anual da ANPOCS. 1999.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática S.A, 1988.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e transformações no litoral Sul fluminense (texto de 1983). In: **Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro em Uncategorized**. 2010.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: **Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa**. São Luís: CPT, 1995, p. 16-65.

PAULA ANDRADE, Maristela de. Terras de Uso Comum, Identidade e Território Numa Situação de Terra de Índios No Maranhão. **Desenvolvimento e Cidadania**, vol. 3, 1994, p. 28-33.

PAULA ANDRADE, Maristela de. et. al. **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO LESTE MARANHENSE: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. São Luís: PPGCsoc/UFMA, 2012. 232 p. (Relatório Técnico).

PINHEIRO, Thaís Rosa. **TURISMO ÉTNICO E A CONSTRUÇÃO DAS FRONTEIRAS ÉTNICAS: o caso do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty (RJ)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PIVEN, Frances Fox & CLOWARD, Richard A. **Poor people's movements: why they succeed, how they fail**. New York: Vintage. 1977.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. **Revista Brasiliense** (S. Paulo), n.45, p.83 - 97, 1963. Republicado em Cliff ord Andrew Welch et al. (orgs) **Camponeses brasileiros** vol. 1. Leituras e interpretações clássicas. S. Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009. Coleção História Social do Campesinato brasileiro.

REIS, Caroline Bárbara Ferreira Castelo Branco. **Panorama Quilombola no Estado do Rio de Janeiro: Terra, Educação e Cultura**. Relatórios de Pesquisa. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2010.

RIBAS, Marcos Caetano. **A História do Caminho do Ouro em Paraty**. Contest Produções Culturais. 2003.

SCOTT, James. C. **A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

_____. Exploração normal, resistência normal. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

_____. Formas cotidianas da resistência camponesa, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra) **Raízes**, vol. 21, no. 01, 2002.

_____. Everyday forms of peasant resistance. In: **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 13, No. 2, Janeiro de 1986, pp. 5-35.

_____. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

_____. **The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia**. New Haven. Yale University, 1976.

SILVA, L O. **Terras devolutas e latifúndio: Efeitos da Lei de Terras de 1850**, Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1996.

SOUZA, Marina de Mello e. **Paraty: a cidade e as festas**. Editora UFRJ. Tempo Brasileiro. 1994.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2008.

STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald. **Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Escuela Internacional de Doctorado en Agroalimentación – EIDA 3,

Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Sostenibilidad, Universidade de Córdoba/Espanha, 2015.

TANSCHHEIT, Fernando São Thiago. **O Impacto da Especulação Imobiliária no Cotidiano das Populações Caiçaras de Paraty**. Relatório de Pesquisa. Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2010.

Thompson, E.P. **A miséria da teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Senhores e caçadores**, 2a edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TOSTA, Alessandra. **Contando histórias: Uma etnografia das narrativas e usos do passado em um povoado fluminense**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGAS/UFRJ. 2005

TURTON, A. (1986) Patrolling the Middle-Ground: Methodological perspectives on 'everyday peasant resistance'. In: **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 13, No. 2, Janeiro 1986, pp. 36-48.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão?. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 163-183, June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 25/05/2016.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: João Carlos Tedesco. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 1. ed. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 1999.

WHITE, Christine Pelzer. Everyday Resistance, Socialist Revolution and Rural Development: The Vietnamese Case. In: **The Journal of Peasant Studies**, vol. 13, no. 2, January 1986, pp. 49-63.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. Editora Alfa Omega. 2001.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. **Os Caminhos da Bocaina: uma questão agrária ambiental**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 2002.

Documentos

CEPERJ. Relatório. 2010. Projeto de Cadastramento das Populações Indígenas e Quilombolas em Doze Municípios do Estado do Rio de Janeiro com Vistas à Inclusão no Cadastro Único. Elaborado pela CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/img/Editora%C3%A7%C3%A3o%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf> Acessado em: 03/05/2015.

CPT. Carta. 20/05/1977. Carta de Pedro Geurts remetida a Ivo Poletto. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.

CPT. Ficha. 20/05/1977. Ficha de dados referente ao conflito de Campinho da Independência. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.

CPT. Relatório. 20/05/1977. Conflito Fazenda Paraty-Mirim/Campinho. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.

CPT. Ficha de Conflito na Fazenda Paraty-Mirim, 1972 e 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.

CPT. Ficha de Conflito no Quilombo Campinho da Independência. 17/07/1988. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.

DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ. *Boletim da Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda*, nº 103, ano VII, 1977, julho, 2ª quinzena.

ENTREVISTA. 1983. Higino, morador de São Roque. Entrevista realizada em 1983 por entrevistador não identificado. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ. Relatório. 15/10/1981. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ; SEAF. Relatório. Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ. Levantamento de conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ. 06/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ.

INCRA. Relatório. 1986. Relatório das Ações do Incra em Parati, por Josemar Costa de Oliveira.

PLANAVE. Escritório Técnico de Planejamento S.A. Urbanização da Área de Expansão Urbana da Cidade de Parati, Relatório Final. 1997.

PREFEITURA DE PARATY. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, Diagnóstico Ambiental, Econômico e Social. 1994.

Matérias de Imprensa

CORREIO DA MANHÃ. Plano de Ação Agraria para o Estado do Rio. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 5/05/1959. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ. Rio-Santos com levantamento feito terá estudos em agosto. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 12/05/1968. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ. Pratiní: turismo em 3 níveis na Rio-Santos. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 15/02/1973. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ. DNER tem empréstimo para pavimentação. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 19/01/1971. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ. Avaliação de fazenda a ser transformada em núcleo agrícola. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 30/01/1960. Hemeroteca Digital Brasileira.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Exploração Vai Acabar no Parque Nacional Bocaina. Diário de Notícias. Rio de Janeiro: 22/08/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio-Santos. Diário de Notícias. Rio de Janeiro: 16/05/1971. Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO BRASIL E. do Rio Cria Núcleo Agrícola. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 13/06/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO BRASIL Técnicos Fazem em Parati Levantamento Para Instalar 160 Famílias da Bocaina. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 25/05/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO BRASIL. Agentes Buscam Caçadores. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 30/07/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO BRASIL. Parati Tem Posseiros De Veraneio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 31/05/1987. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.

JORNAL DO BRASIL. Dono de Terra Quer Tirar Dúvidas. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 22/08/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO BRASIL. E. do Rio muda para melhor terra famílias que tiram madeira de Parque Nacional. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 27/04/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO BRASIL. Parati-Mirim aguarda projeto turístico. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 25/02/1973. Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO BRASIL. Parati-Mirim Ergue Casas Para Colonos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 29/06/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DO BRASIL. Remoção. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 23/08/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Rio-Santos 257 kms de aventura. O Estado e São Paulo. São Paulo: 22/05/1975.

O CORREIO DE PARATI. O futuro de Paraty. O Correio de Parati. Rio de Janeiro: 27/09/1931. Acervo do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (Ihap).

O FLUMINENSE. 160 famílias de bocaina ocuparão Parati mirim. O Fluminense. Rio de Janeiro: 27/04/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

O FLUMINENSE. Mola Mestra. O Fluminense. Rio de Janeiro: 24/05/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

O FLUMINENSE. DER deve acelerar Parati. O Fluminense. Rio de Janeiro: 09/08/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

ÚLTIMA HORA. Parati. Última Hora. Rio de Janeiro: 04/07/1963. Hemeroteca Digital Brasileira.

ÚLTIMA HORA. Vai terminar a ação nefasta dos grileiros no Estado do Rio. Última Hora. Rio de Janeiro: 13/01/1960. Hemeroteca Digital Brasileira.

ÚLTIMA HORA. Grileiros estão invadindo fazendas desapropriadas. Última Hora. Rio de Janeiro: 15/09/1964. Hemeroteca Digital Brasileira.

Sítio Eletrônico

Koinonia. Um Território: Campinho da Independência. In: *Boletim Territórios Negros*, v.1, n.1, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/artigos-detalhes.asp?cod=12573>>. Acessado em: 15/01/2016.

ICMBIO. Relatório. 2011. Relatório da Monitoria do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairucu. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/conselho_consultivo/downloads/Relat%C3%B3rio_Monitoria_APA_Cairu%C3%A7u_.pdf>. 16/05/2016.

ICMBIO. Plano de Manejo. 2004. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairucu. Dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_cairucur.pdf>. Acessado em: 16/05/2016.

Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP). *Exposição Atos e Retratos*. Disponível em: <<http://www.ihap.org.br/?page=atoseretratos&content=atoseretratos>>. Acessado em: 15/01/2016.

Associação Cairucu. Disponível em: <<http://www.cairucu.org.br>>. Acessado em: 10/03/2015.

Câmara dos Deputados: Decreto nº 50.813, de 20 de Junho de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50813-20-junho-1961-390791-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 07/03/2015.

Comissão Pró-Índio de São Paulo. Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro: a conquista da titulação em Campinho da Independência. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rj/rj_conquista.html>. Acessado em: 15/01/2016.

Fundação Centro de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br>>. Acessado em: 15/06/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acessado em: 25/05/2014.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acessado em: 19/01/2015.

Instituto Estrada Real. Disponível em: <<http://www.institutoestrada-real.com.br>>. Acessado em: 02/08/2015.

Revista Estado em Juízo, n. 56. Ano 2002. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/781176/DLFE-46968.pdf/Revista56EstadoemJuizo_pg_523_a_533.pdf>. Acessado em: 01/08/2015.

Entrevistas realizadas

Antônio Carlos Diegues. 24/07/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em São Luís/MA. Áudio.

José. 11/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

Regina. 17/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

Luiza. 11/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

Ângelo. 11/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

Cristina. 12/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

Márcio. 12/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

Gilberto. 12/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

Justino. 16/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

Gigi. 16/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ. Áudio.

João. 18/10/2015. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em Paraty/RJ.